

Wagner José da Rosa

Tensões e diálogos

A trajetória da
Comissão Pastoral da Terra
em Mato Grosso do Sul

EDITORA
pontocom

Wagner José da Rosa

Tensões e diálogos

A trajetória da
Comissão Pastoral da Terra
em Mato Grosso do Sul

Prefácio de Rosemeire Aparecida de Almeida

Copyright © 2026 Wagner José da Rosa
Direitos adquiridos para esta edição
pela Editora Pontocom

Preparação: Sérgio Holanda
Revisão e diagramação: André Gattaz
Projeto gráfico e capa: Helena Philip

Editora Pontocom

Conselho Editorial

José Carlos Sebe Bom Meihy

Muniz Ferreira

Pablo Iglesias Magalhães

Zeila de Brito Fabri Demartini

Zilda Márcia Grícoli Iokoi

www.editorapontocom.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rosa, Wagner José da
Tensões e diálogos [livro eletrônico] : a
trajetória da Comissão Pastoral da Terra em Mato
Grosso do Sul / Wagner José da Rosa ; prefácio
Rosemeire Aparecida de Almeida. -- São Paulo :
Editora Pontocom, 2026.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-89496-24-3

1. Ação social - Brasil 2. Reforma agrária -
Brasil 3. Reforma agrária - Brasil - História
I. Almeida, Rosemeire Aparecida de. II. Título.

26-345810.0

CDD-333.3181

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Luta pela terra : Reforma agrária :
História 333.3181

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Sumário

Prefácio (por Rosemeire Aparecida de Almeida)	7
Introdução	11
1. O contexto regional e a trajetória de fundação da CPT	27
2. A conjuntura eclesial e as mudanças na Igreja: a busca de entender o país pelo caminho da ação social	43
3. A trajetória de fundação da Comissão Pastoral da Terra: ousadia motivada pela Teologia da Libertação	67
4. Das tensões aos diálogos: conquistas e sementes da CPTMS	83
5. A título de conclusão	117
Referências	119

Prefácio

ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA¹

E escrever o Prefácio do livro “Tensões e diálogos: a trajetória da Comissão Pastoral da Terra em Mato Grosso do Sul” é para mim uma tarefa que extrapola o exercício acadêmico de orientadora da pesquisa que deu origem ao texto. Desejo registrar que se trata, sobretudo, de uma escrita de prefácio com a boa emoção da alegria, pois entendo que publicar os resultados de uma pesquisa, no âmbito dos estudos em Pós-Graduação, é cumprir o derradeiro objetivo, qual seja, o compromisso social! Uma espécie de devolutiva aos sujeitos da pesquisa e ao crivo da sociedade, de forma mais geral.

Porém, antes de comentar a obra, quero falar do autor porque entendo que há entre eles uma imbricação para além do habitual – uma fina sintonia autor-obra que imprime à pesquisa uma marca indelével.

O autor, Wagner José da Rosa, é filho da Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul. Em 2004 foi assentado com sua família no sítio das Primavera, município de Juti-MS. Seu estradar é literalmente forjado às margens da estrada, desde o princípio marcado na luta pela terra e para nela permanecer, mas também pela conquista da Educação no/do Campo. Luta esta que experienciou intensamente: entrou na academia para cursar Ciências Sociais via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Mestrado na mesma instituição no programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade, da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND).

¹ Doutora em Geografia pela Unesp, Campus de Presidente Prudente, com Pós-Doutorado pela Universidade de Córdoba, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), Espanha. Professora Titular Emérita na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas.

Desde o início da vida acadêmica, Wagner apresentava inquietude em relação ao papel da Comissão Pastoral da Terra (CPTMS) no tocante à origem e consolidação da luta pela terra em Mato Grosso do Sul. Reflexão impulsionada de um lugar social de engajamento: o de agente de pastoral da CPTMS.

Devido a este compromisso, sofreu o conflito do pesquisador que se nega a ser neutro ao mesmo tempo que precisa garantir a cientificidade da pesquisa. De um lado, a condição de pesquisador participante era um trunfo que lhe dava amplo acesso às fontes; por outro, impunha o desafio de entender que a pesquisa não é uma opinião pessoal ou um apanhado de memórias bem alinhavadas.

Ciente de que a pesquisa precisa considerar a realidade em movimento, ou seja, o diálogo e as tensões, a identidade mas também os conflitos, Wagner trilhou o caminho do procedimento analítico crítico sem negar sua condição de “orgânico” à CPT. Isto é, alguém que surgiu de dentro desta entidade e que buscou, por meio da investigação acadêmica, organizar a trajetória da CPTMS a partir da premissa de que determinadas ações de luta pela terra – desempenhadas por agentes pastorais – foram fundamentais até mesmo para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em MS.

Nesta obra, o leitor terá a oportunidade de entender as particularidades da trajetória de fundação da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso do Sul (CPTMS), em especial da primeira pastoral de Mato Grosso do Sul: a regional Dourados. Todavia, para chegar nesta análise Wagner apresenta dados da conjuntura social, econômica e eclesial que levou à organização e fundação da CPTMS. Neste sentido, ênfase é dada ao resgate da questão agrária, que se expressava em conflitos fundiários e violência contra os pobres da terra, no sul de Mato Grosso do Sul – este será o “pano de fundo” para a ação dos principais sujeitos do processo de fundação da CPTMS, motivados pela Teologia da Libertação.

Com cuidado próprio de quem sabe que o objeto de pesquisa é também sujeito, Wagner aponta para uma trajetória não linear da CPTMS que é feita de debates conflitantes ou tensões no tocante ao entendimento do papel da entidade na luta pela terra, bem como no debate sobre o futuro dos camponeses no capitalismo – situação que se

comunica com a atualidade brasileira de estagnação da luta pela terra e da reforma agrária. Nesta direção, o autor resgata a trajetória de disputas internas para indicar novas encruzilhadas no tempo presente, tais como a presença maior da CPT na implementação de projetos de geração de renda no campo em substituição ao protagonismo anterior na luta pela terra.

Todavia, estas disputas e conflitos no interior da entidade não impediram a unidade maior em prol da defesa da terra e do modo de vida dos camponeses, em particular no Mato Grosso do Sul, um estado assumidamente latifundiário.

Em síntese, em suas palavras: “A CPT teve um papel muito importante nesta luta de tirar do papel o direito e colocar na prática, em particular na conquista da terra, na construção da educação do campo no Mato Grosso do Sul, na agroecologia, enfim, na luta pelos direitos dos camponeses. Soma-se ainda o trabalho de denúncia contra todas as formas de violência com a compilação de dados importantes sobre os conflitos no campo e trabalho escravo”.

Três Lagoas-MS, 13 de março de 2026.

Se a terra nos é dada, não podemos pensar apenas a partir de um critério utilitarista de eficiência e produtividade para lucro individual. Não estamos falando de uma atitude opcional, mas de uma questão essencial de justiça, pois a terra que recebemos pertence também àqueles que não têm.

Papa Francisco (2015)

Introdução

Objetivos

A terra no Brasil tornou-se um território de disputa, sinal de poder e de relações de submissão de pessoas e até mesmo de povos, desde a expansão marítima dos reinos de Portugal e Espanha, até a atualidade. A maior parte do que hoje se compreende como Brasil e que foi colonizado por Portugal, um dia pertenceu à Espanha, e as terras do sul de Mato Grosso do Sul foram a última fronteira a ser demarcada nessa disputa.

Pensar a questão da terra é o ponto de partida para se entender a gênese da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que nasce na década de 1970 tendo como base a nova forma de se fazer teologia que havia nascido poucos anos antes, denominada Teologia da Libertação. Essa teologia foi construída a partir do povo e teorizada por vários teólogos que buscaram colocar as dores do povo mais sofrido em pauta e apresentar um Deus mais próximo da realidade humana. Essa teologia deu as bases necessárias para a fundação de muitos organismos e pastorais, dentro e fora da Igreja católica. Esse Deus que sente a dor de seu povo é o Deus que a CPT tenta vivenciar como resposta concreta de amor em direção àqueles que necessitam da terra para poder viver. Apesar de nascer católica, sendo um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ela é ecumênica e até mesmo inter-religiosa.

Na pesquisa de Mestrado que originou este livro procuramos apresentar um pouco deste processo e os sujeitos que ajudaram a iniciar essa trajetória de organização dos camponeses sem terra, bem como os desdobramentos de suas lutas. Por sua vez, a trajetória de fundação da CPT lançou bases para a criação de outros movimentos de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Acreditamos que os impactos da fundação da CPT podem ser entendidos não somente no processo de organização da luta pela terra como também em outras frentes levantadas pelos agentes dessa pastoral, como a educação do campo, a proposta de uma agricultura diferente da convencional de mercado – a agroecologia –, a comercialização dos produtos da agricultura familiar, as feiras de Sementes Crioulas, a criação de cooperativa de crédito, entre outras ações que desencadearam desse processo.

Na dissertação de Mestrado que originou este livro, buscamos dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso do Sul (CPTMS), tendo por fundamento o pressuposto do papel preponderante destes agentes na conquista e conformação atual dos territórios camponeses dessa região, uma vez que foram as suas iniciativas que reforçaram e contribuíram para que acontecessem muitas outras ações de luta pela terra e por nela permanecer. Assim, tivemos como objetivo principal analisar a trajetória fundacional da Comissão Pastoral da Terra, em particular da primeira pastoral de Mato Grosso do Sul, que foi a regional Dourados, com foco na gênese desta pastoral, relacionada à luta pela terra, e nas motivações e protagonismo dos seus agentes.

Como objetivos específicos, elencamos:

- compreender a gênese da posse e luta pela terra camponesa no sul de Mato Grosso do Sul;
- entender as conjunturas social, econômica e eclesial que levaram à organização e fundação da CPT no Mato Grosso do Sul;
- apresentar os principais sujeitos do processo de fundação da CPTMS;
- perceber se há relações conflitantes ou tensões dentro da CPTMS ou da Igreja; e
- conhecer quais são as ações que a CPTMS desenvolve e qual seu desafio na atualidade: formação política ou prestação de serviço?

Procedimentos de pesquisa

Trajetória de vida

Para entender a escolha do tema do projeto e também os procedimentos de pesquisa, é preciso compreender alguns elementos de minha trajetória de vida.

Como ponto de partida e considerando minha trajetória de luta pela terra e de ação pastoral na CPT, defino-me como um pesquisador participante, pois o compromisso social, político e ideológico do investigador é com a comunidade, é com pessoas e grupos humanos populares, com as suas causas sociais, pois "[...] não existe neutralidade científica em pesquisa alguma e, menos ainda, em investigações vinculadas a projetos de ação social" (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 55),

Não é uma tarefa muito fácil a de pesquisar, refletir e escrever sobre aquilo que faz parte da vivência cotidiana da nossa própria trajetória de vida. Em meu caso, por vezes predominou uma visão romantizada e até ingênua em relação a alguns elementos da pesquisa, a exemplo da forma como eu descrevia os fatos a partir da minha visão sobre eles, pouco considerando a história social mais ampla e suas contradições. Esta situação tornou-se elemento de importantes debates com a orientadora e outros professores durante a condução da pesquisa e redação da dissertação.

O ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica. Mesmo que a ação de pesquisa e as ações sociais associadas a ela sejam bem locais e bem parciais, incidindo sobre apenas um aspecto de toda uma vida social, nunca se deve perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma vida social. Deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações – a vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem inter-atuamos. (Idem, p. 54)

Este desafio de ler a realidade local/regional considerando o contexto geral dos processos permitiu-me alargar conceitos, abrir novas perspectivas de compreensão sobre a trajetória da CPT a partir dos fatos históricos, da vida e das experiências reais, produzindo um olhar mais crítico porque próximo da realidade para, deste modo, poder contribuir com essa pastoral, com minha vida acadêmica e com a Academia.

No ano de 2002, no município de Juti, no Mato Grosso do Sul, conheci a irmã Lucinda Moretti, agente de pastoral da CPT. Irmã Lucinda realizava um trabalho com os indígenas Guarani-Kaiowá, os acampados e os recém assentados dos projetos Sebastião Rosa da Paz e Guanabara – na ocasião, ela fez o convite para eu participar de algumas dessas atividades. Assim se deu o início do meu trabalho como agente de pastoral da Comissão Pastoral da Terra, que depois se intensificou com o meu engajamento na luta pela terra, como acampado. Foi nessa caminhada que me encantei pelo trabalho desenvolvido pela CPT.

Tomo a liberdade de me colocar na categoria de assentado da reforma agrária, e de um intelectual orgânico. Da luta pela terra, do acampamento, passei pelo processo de assentamento, segui como agente de pastoral da CPT, depois pela luta da educação do campo, entrei na academia, cursei Ciências Sociais e finalmente concluí o Mestrado. Creio ser praticamente impossível fazer ciência de forma imparcial, há sempre uma intencionalidade por trás de cada uma de nossas ações, o que não desqualifica a ciência e nem o meu trabalho, pelo contrário. Foi minha história de vida, e é a minha perspectiva de vida e de luta por vida digna, que dá sentido ao que tenho feito.

Minha família, tanto por parte de pai como por parte de mãe, é migrante do interior de São Paulo e do interior do Paraná, sempre caminhando em busca de melhorar as condições de vida. Meus pais foram criados na terra, são camponeses, mas tiveram que ir para cidade. A maior parte da família da minha mãe vive no Mato Grosso do Sul e a do meu pai no Mato Grosso, assim desde criança conheço bem a BR-163, pois vivíamos entre esses dois Estados, mas quase sempre na cidade, ou melhor, em diversas cidades.

Em uma dessas voltas para o município de Juti, onde está a família da minha mãe, ela soube de um grupo que estava organizando

um acampamento da Federação da Agricultura Familiar – FAF. E na segunda reunião, eu fui com ela – depois deste dia nossas vidas mudaram, pois em pouco tempo eu já estava envolvido com a luta. Foi no acampamento que conseguimos adquirir uma maior consciência em relação ao processo de luta pela terra, foi no desafio da lona, onde moramos por três anos, que aprendemos a viver a organização da luta pela terra e descobrimos que a lona é quente no verão e fria no inverno.

Em um certo momento da trajetória da luta pela terra, o nosso acampamento mudou-se para uma estrada vicinal do município de Juti e fomos morar ao lado de uma das fazendas do meu tio, irmão de minha mãe, que ficou alguns anos sem falar conosco por causa dessa situação.

No ano de 2004, o acampamento mudou-se para perto da Fazenda Terra do Boi, onde hoje é o Assentamento Santa Clara II, e ali meus pais vivem até hoje, no lote 17 – Sítio das Primaveras. Tamanha foi nossa alegria quando, no dia 13/06/2005, plantamos no nosso lote as primeiras árvores – um pé de grevêlea e outro de jatobá. Me recordo muito bem o dia em que quase choramos na mesa ao ver a pouca comida, mas quase toda ela produzida com nossas próprias mãos. É revolucionário e gratificante comer o que se produz.



Sítio das Primaveras – Primeiras árvores plantadas por meus pais, Helena Cassavara da Rosa e Lídio Lírio da Rosa. Essa foto é muito representativa para mim, pois foi uma luta em família e vê-los realizados no sítio tem um valor que não posso mensurar. Arquivo pessoal.

Foi na luta pela terra, na reforma agrária, que minha família conseguiu ter um espaço para chamar de seu e conseguir ter melhores condições de vida. Foi por meio da reforma agrária que meus pais conseguiram voltar a viver como camponeses e quando se encontraram como tal, nesta terra ficaram. Em novembro de 2024 eles completaram 20 anos de permanência na terra. A BR 163 agora é apenas caminho para visitar os parentes. A luta na terra, porém, foi e ainda é contínua, pois precisamos lutar por crédito, educação, produção, comercialização...

Foi pela reforma agrária, e iniciativa de pessoas e entidades, que tive a oportunidade de fazer meu primeiro curso superior. Recordo de, no dia de nossa formatura, me emocionar com nossos colegas de turma que, com seus 60 anos de idade, realizavam seus sonhos e o de suas famílias que não tiveram a oportunidade de estudar. Foi nessa luta que me tornei consciente de meus direitos e de que é preciso lutar pelo direito de uma vida melhor para todos (para a terra, na terra e fora dela).

Dessa forma considero a presente pesquisa como uma pesquisa participante, pois segundo Brandão (2007)

Entre as suas diferentes alternativas, de modo geral, as pesquisas participantes alinham-se em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular. Assim, geralmente, elas colocam face-a-face pessoas e agências sociais “eruditas” (como um sociólogo, um educador de carreira ou uma ONG de direitos humanos) e “populares” (como um indígena tarasco, um operário sindicalizado argentino, um camponês semialfabetizado do Centro-Oeste do Brasil ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). De modo geral, elas partem e diferenciam possibilidades de relacionamentos entre os dois polos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes. (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 53)

O caminho que trilhei foi de jovem agente de pastoral, sindicalista e acampado da reforma agrária para cientista social (FCH-UFGD), teólogo (UCDB) e mestre em educação e territorialidade (FAIND-UFGD). Pela minha condição de religioso franciscano, também me graduei em teologia. Me considero, desde a Graduação em Ciências

Sociais, como um pesquisador participante, um intelectual orgânico, pois “nesta concepção em que Gramsci chama os intelectuais de orgânicos, incluem-se como intelectuais os sacerdotes, os notários, os professores, os técnicos industriais” (GALLINO, 2005, *apud* ROSA, 2017 p. 154).

Não é um trabalho simples, pois os limites entre sujeito (pesquisador) e objeto de pesquisa é uma linha muito tênue. Contudo, é muito satisfatório quando se pode colocar os conhecimentos adquiridos, sejam eles o experimentado no dia a dia como sindicalista e camponês ou o da academia, como cientista social ou teólogo, a serviço e em diálogo.

Provocações para a pesquisa

Com o passar dos anos, os caminhos me levaram para outros lugares e me distanciei um pouco do trabalho da CPT. Todavia, já havia percebido, nas reuniões da CPT, que os agentes de pastoral eram os mesmos desde a época em que comecei a atuar na pastoral, com poucas mudanças. Várias foram as perguntas que essa situação provocou, tais como: como preservar a trajetória de pessoas que doaram suas vidas em prol do trabalho na CPT para a conquista de uma vida mais digna para os camponeses e camponesas? Quem continuará esse trabalho na CPT? Como será entendido esse momento da história?

As leituras indicavam que havia muitas publicações sobre a importância da CPT para a constituição dos movimentos sociais de luta pela terra, para a educação de base, para a agroecologia. Porém, grande parte dos trabalhos a que tive acesso tratam a história da CPT de forma pontual, destacando ações sem o objetivo de trazer uma visão geral. Merecem destaque alguns destes trabalhos pela forma engajada como apresentam a CPT e a atuação de seus agentes na luta pela terra. Neste sentido, temos a pesquisa de Marisa de Fátima Lomba de Farias (2006), em que a autora escreve sobre a memória e trajetória dos movimentos sociais na região de Três Lagoas. A pesquisa deu origem ao livro *Acampamento América Rodrigues da Silva*. Alzira Salete Menegat (2009) também contribuiu com o resgate da história da CPT com a pesquisa *No coração do Pantanal*, de forma específica na região de Corumbá. O mesmo ocorre com o estudo de Nelson de Lima Junior

(2020), ao retratar a situação dos brasiguaios na Gleba Santa Idalina, em Novo Horizonte do Sul. Outro estudo que aborda a CPT é a dissertação de Marcelo Ribeiro Mendonça, defendida em 2021, com o título *A geografia das lutas da Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Três Lagoas (MS): a opção preferencial pelos mais pobres*. O autor escreve sobre a CPT, porém a partir da organização de um organograma no país, trazendo uma importante discussão sobre as questões sociais, políticas e econômicas do Brasil no período de fundação da CPT, a década de 1970. Neste recorrido das questões estruturais, foca na fundação da CPTMS sem, contudo, abordar as especificidades no Mato Grosso do Sul – é provável que essa opção de análise tenha relação com o objetivo de estudo do autor, a trajetória da CPT em Três Lagoas.

Como se afirmou anteriormente, estas pesquisas são importantes para criar evidências robustas acerca da ação da CPT ao lado dos pobres do campo, contudo, pouco se escreveu sobre a trajetória fundacional da CPT, em particular de Dourados, que é a primeira do regional do Mato Grosso do Sul, e sobre as motivações de sua gênese e o protagonismo dos agentes dessa pastoral.

Fases da pesquisa

Em consonância com o que afirma Brandão (2007, p. 55): “O compromisso social, político e ideológico do/da investigador(a) é com a comunidade, é com pessoas e grupos humanos populares, com as suas causas sociais”, busquei resgatar a memória das pessoas envolvidas com a CPT, fiz pesquisas bibliográficas e encontrei textos que referendam o trabalho da CPT na gênese de muitas ações em favor dos camponeses e camponesas. Pesquisei no arquivo documental da CPT Alfeo Prandel,² que tem uma boa parte dos documentos à disposição de

² O arquivo Alfeo Prandel, da Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso do Sul (<https://cptms.org.br/cedoc/>) abriga, além de documentos institucionais, uma vasta documentação sobre a história dos camponeses do MS ao longo de seus encontros e manifestações. São documentos importantes, tais como atas de fundação de assentamentos, associações de agricultores e cooperativas, registros de atividades culturais, organizativas, entre outros. O arquivo reflete a capilaridade das relações da CPT-MS e das instituições eclesiais com grupos sociais no espaço rural.

forma virtual. Pude ler muitas Atas, inclusive da última assembleia da CPT, em 2024. Consegui autorização para estar no arquivo da Diocese de Dourados, onde pesquisei a documentação que ainda guardam do, então, bispo diocesano Dom Teodardo Leitz, da Ordem dos Frades Menores (OFM). Não é muita coisa, mas no material disponível é possível perceber o apoio e o cuidado pastoral para com os agentes de pastoral e os sem-terra.

A seleção das pessoas para serem entrevistadas nesta pesquisa seguiu critérios, a saber: a participação direta ou indireta no processo de fundação da CPT, bem como camponeses que foram coparticipantes do processo de desenvolvimento dos trabalhos da CPT, outros que seguem desenvolvendo ações iniciadas pela pastoral e que foram citadas, em algum momento, pelos primeiros entrevistados – num total de vinte pessoas. As entrevistas aconteceram de forma presencial (em uma entrevista mais espontânea) e também via WhatsApp (com questionário fechado). Das várias pessoas selecionadas para a entrevista via WhatsApp, algumas não deram retorno.

Os procedimentos de pesquisa não tiveram como meta dar conta da trajetória da CPT como um todo, muito menos ser uma amostra quantitativa, mas, sim, resgatar processos qualitativos por meio de pessoas que tiveram papel chave nas ações da CPT em prol da democratização da terra no Mato Grosso do Sul e da luta para permanência na terra conquistada.

Referencial teórico

Várias foram as referências necessárias para a escrita da dissertação. Para discorrer sobre a conjuntura nacional da década de 1970 e, mais especificamente, do território do sul de Mato Grosso do Sul, foi preciso fazer um recuo histórico para apreender o processo de ocupação desta região. Para isso foram fundamentais os textos de Arruda (1997), Brand (2004), Benícia (1997), Cavalcanti (2010), Fabrini (2019) e Queiroz (2008).

Para compreender uma pastoral que nasce católica, que tem religiosos e religiosas na sua gênese, e segue sendo um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi necessário realizar

um apanhado do processo de transformação por que a Igreja Católica passou em meados do século XX e, também, da teologia e do fazer teológico que a revolucionaram. Para isso foi importante o Concílio Vaticano II (CVII, uma grande assembleia dos bispos de todo o mundo, ocorrida de 1961 a 1965 no Vaticano) e seus documentos, entre eles *Gaudium et Spes* (GS), *Lumen Gentium* (LG), *Perfectae Caritatis* (PC) e *Dei Verbum* (DV).³ Portanto, entre os 16 documentos conciliares, estes citados foram os que ajudaram a compreender essa transformação. O CVII tem vários precedentes históricos e dentro das questões mais ligadas a perspectiva social, está a *Rerum Novarum* (RN), documento escrito pelo papa Leão XIII no ano de 1891, e que trata especificamente das relações entre os operários e os patrões. Esse texto é a base moderna da Doutrina Social da Igreja (DSI).

Documentos importantes também foram escritos na Igreja na América Latina e Caribe e dois deles têm fundamental importância para essa temática: os documentos das reuniões dos bispos em Medellín e em Puebla. Os documentos emanados pelos bispos latino-americanos e caribenhos levam o nome da cidade onde aconteceu a assembleia do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Para compreender a Teologia da Libertação também foram importantes os trabalhos de Galilea (1982) e Gutierrez (2021).

A compreensão do campesinato⁴ como identidade é de sua importância para esse trabalho. Neste sentido, nos apoiamos em Almeida (2003, p. 101-106):

[...] diferentemente do camponês europeu, o campesinato brasileiro tradicional foi concebido às margens do sistema escravista-latifundiário-exportador. A ele não foi dado o direito à terra, restando a posse como alternativa. No entanto, a concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre a terra dos posseiros, cabendo ao fazendeiro decidir sobre sua permanência ou não na situação de

³ Todos os documentos da Igreja Católica são escritos na língua oficial da Igreja que é o latim e os levam o nome das primeiras palavras que compõem o texto.

⁴ Estamos atribuindo esse conceito teórico de campesinato para organizar a diversidade de sujeitos citados pela CPT, a saber: pobres da terra, trabalhadores do campo, lavradores etc.

agregado. [...] Para compreendermos o papel do campesinato, é preciso considerar a formação de uma classe camponesa no Brasil, uma classe que, longe de ser resquício feudal, também não pode ser reduzida à condição de assalariada, sendo esta última questão um ponto de divergência em relação ao pensamento de Caio Prado Jr. (1981). Acreditamos também que a ausência de conceituação precisa, bem como a tentativa de escamoteamento de sua formação, é consequência da exclusão camponesa do processo histórico brasileiro. O resultado dessa exclusão ideológica é o desmerecimento dos movimentos sociais e a classificação evolucionista que procura concebê-los como pré-políticos, os quais somente uma organização de fora pode transformá-los em políticos. [...] Assim, o grande dilema do campesinato parece estar no fato de que sua formação histórica é garantida pela eterna contradição entre a permanência, mudança e transformação e não necessariamente na simplificação: conservadores versus revolucionários. Isso significa compreender que sua reprodução e sua luta diária é feita tendo como base a manutenção de valores considerados tradicionais: família, terra e trabalho. Este parece ser o limite, mas também o seu possível, uma vez que tem sido capaz, nesta luta, de (re)inventar novas formas de enfrentamento, um novo jeito de lutar, o que tem garantido sua permanência para muito além das determinações do capital.

Considerando que o conceito não é uma moldura, ou seja, é na realidade que testamos a sua validade e pertinência, para uma melhor compreensão do conceito de camponês buscamos analisar como este se materializava no trabalho desenvolvido pela CPT. Neste sentido, foi feita a seguinte pergunta para os agentes da pastoral selecionados para a pesquisa: o que significa *camponês*? Todas as respostas foram obtidas via WhatsApp e algumas estão dispostas a seguir:

É tanto o sujeito social de origem no campo, quanto o sujeito político que vê e entende a terra em suas mais diversas dimensões, não só física. (Eliel Freitas, entrevista via WhatsApp concedida ao autor em 10/05/24)

Quem trabalha na terra e nela produz o sustento da família seu objetivo principal é viver na terra e colher os seus frutos. Não é o Lucro.

(Rosângela Pedrosa, entrevista via WhatsApp concedida ao autor em 07/05/24)

Na minha concepção significa homem e mulher que extrai o seu sustento de uma área pequena agricultável e de criação de animais, podendo ser individual, familiar ou coletivo, com de ferramentas tecnológicas ou não. Esse conceito também é confundido como agricultura familiar, então vai depender também de outro viés e de quem interpreta, inclusive para os órgãos públicos costuma colocar todo mundo como sendo agricultor. (Vanilton Camacho, entrevista via WhatsApp concedida ao autor em 15/05/24)

Quem vive no Campo e do Campo. Tem consciência de classe. (Valdevino Santiago, entrevista via WhatsApp concedida ao autor em 16/05/24).

Camponês é um conceito político para identificar quem usa a terra como um lugar para construir seu projeto de vida com sua família. Trabalhando, lavrando e produzindo com sua família. Que tem uma relação de amor a terra e uma relação harmoniosa com a natureza. (Miecleslau Kudlavicz, entrevista via WhatsApp concedida ao autor em 14/05/24)

Depreende-se que as respostas dos agentes corroboram a compreensão conceitual de camponês que utilizamos no referencial teórico, uma vez que independente do uso das expressões *trabalhadores rurais* ou *agricultores familiares*, os entrevistados apontaram que o centro que congrega a concepção de camponês é a relação com a terra, o trabalho e a família. Logo, compreendemos que camponês é tanto um termo político que marca uma diferença de classe como um modo de vida, que tem na terra o seu elemento de reprodução social, como ensina Almeida (2003).

Para o entendimento de Educação Popular e de seu legado para a Educação do campo, nos baseamos em Brandão (2007), em especial quando afirma:

Quando em alguma parte setores populares da população começam a descobrir formas novas de luta e resistência, eles redescobrem também velhas e novas formas de “atualizar” o seu saber, de torná-lo

orgânico. Criam por sua conta e risco, ou com a ajuda de agentes-educadores eruditos, outras formas de associação, como os sindicatos, os movimentos populares, as associações de moradores. Estes grupos, que geram outros tipos de mestres entre as pessoas do povo, geram também outras situações vivas de aprendizagem popular. Eu não tenho dúvidas em afirmar que é entre as formas novas de participação popular, nas brechas da luta política, que, hoje em dia, surgem as experiências mais inovadoras de educação no Brasil. (BRANDÃO, 1981, p. 107)

Especificamente sobre o desenvolvimento da Educação do campo e a participação da CPT no Mato Grosso do Sul, foi de grande importância o trabalho de Almeida e Kudlavicz (2008), intitulado: *Abrindo caminhos para uma educação que valoriza os saberes do homem e da mulher do campo*. Os autores afirmam que a concepção política de Educação da CPT foi essencial para reprodução do campesinato no Mato Grosso do Sul. Vejamos:

A Comissão Pastoral da Terra em Estado de Mato Grosso do Sul, partindo da concepção de que a educação pode ser instrumento de reprodução do campesinato e transformação socioespacial, desde a década de 1980, reconhece que não basta a conquista da terra pelos camponeses. Há a necessidade de lutar por outros direitos do homem e da mulher do campo, dentre eles encontra-se a conquista de uma educação diferenciada ou “alternativa” para as escolas dos acampamentos e assentamentos. (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2008, p. 14)

Sobre território, educação do campo e campesinato, a principal referência foi Camacho (2009). Em seus trabalhos, o autor assevera que o território está em disputa de classe e que, portanto, a Educação do campo precisa assumir o território como categoria central de análise:

A perspectiva de leitura da realidade sob o prisma espacial/territorial traz muitas contribuições para o entendimento das identidades territoriais que resistem sob o modo de produção capitalista dentro dos mais diversos territórios: indígenas, camponeses e quilombolas. Tendo em vista a luta de classes manifestando-se especialmente no

embate pelo controle territorial, o território torna-se categoria de análise fundamental para a Educação do Campo pela necessidade de revelação das lógicas antagônicas existentes na produção dos territórios. (CAMACHO, 2009, p. 52)

A análise de Agroecologia tem como alicerce o trabalho de Caporal (2009) na perspectiva do enfoque integrador, ou seja, a agroecologia como uma ciência que contribui para a aprendizagem acerca da vida sustentável na Terra:

Ademais, como ciência integradora a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade. (CAPORAL, 2009 p. 68)

Outro pesquisador importante para entendermos a relação entre Agroecologia e campesinato foi Miguel Altieri. O autor defende a Agroecologia como uma saída econômica para o campesinato, e afirma que:

[...] a agricultura camponesa em todo o mundo está passando por um processo de empobrecimento sistemático. As populações aumentaram, as propriedades rurais estão ficando menores, o ambiente está se degradando e, per capita, a produção de alimentos estagnou ou está diminuindo. Frente a essa crise, que vem se aprofundando, uma importante medida nos programas de desenvolvimento rural deve ser a prevenção do colapso da agricultura camponesa, tornando-a mais sustentável e produtiva. Tal transformação somente poderá ocorrer se os projetos perceberem o potencial de contribuições da agroecologia e as incorporarem a

estratégias de desenvolvimento que, ao mesmo tempo: a) melhorem a qualidade de vida dos camponeses que hoje produzem em pequenas propriedades e/ou em terras marginais, com o desenvolvimento de estratégias de subsistência ecologicamente fundamentadas; b) aumentem a produtividade da terra daqueles agricultores que competem no mercado, através do planejamento e promoção de tecnologias de baixo uso de insumos que reduzam os custos de produção; c) promovam a geração de renda – e trabalho – através do planejamento de tecnologias apropriadas que aumentem o valor agregado do que é produzido dentro das pequenas propriedades, particularmente na área de processamento de alimentos. (ALTI-ERI, 2004, p. 109)

Fabrini (2018) contribui neste debate ao apontar a agricultura agroecológica como sendo menos dependente da exploração do trabalho, e apresenta um debate importante sobre a contraposição entre agronegócio (dependente do trabalho) e agroecologia (dependente da natureza):

Na agricultura de negócio (agronegócio) a produção é muito dependente do trabalho que se expressa nos conhecimentos científicos, técnicos e informacionais (máquinas, fertilizantes, herbicidas etc.) sob o domínio e comando dos capitalistas. Já a agroecologia pressupõe uma agricultura menos dependente de insumos produzidos pelo trabalho, sendo mais dependente da natureza e sua dinâmica do que das técnicas e conhecimentos produzidos pelo trabalho. Existe na agroecologia centralidade no fator de produção terra-natureza, e não terra-mercadoria, esta equivalente de capital, e conseqüentemente, produto do trabalho. Na agroecologia a terra não é equivalente de capital; a terra é natureza. (FABRINI, 2018, p. 78)

Para somar no entendimento dos princípios da Agroecologia no Brasil, destacamos ainda a contribuição do documento Marco Referencial em Agroecologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), de 2006.

1. O contexto regional e a trajetória de fundação da CPT

A região onde analisamos o processo de fundação da CPT e sua trajetória de consolidação é o então sul de Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul, uma região tradicionalmente ocupada pela população indígena: “[...] já há cerca de 2 mil anos praticamente todo o território atualmente sul-mato-grossense estava ocupado por diferentes populações indígenas”. (OLIVEIRA E VIANA, *apud* QUEIROZ, 2008 p. 16). De modo muito específico, os indígenas das etnias Guarani e os Kaiowá, conforme Monteiro (1992, p. 476-477): “A presença guarani abrangia, no século XVI, uma imensa área que hoje inclui os estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul” .

Sendo assim, a ocupação humana desse território não é nova. Novas são as relações que surgem depois da entrada do não-indígena. A presença indígena e também a sua exclusão e resistência nesse território não é foco de nosso estudo, logo não é objetivo desenvolver esta temática visando seu aprofundamento. Todavia, não citar a ocupação indígena no sul de Mato grosso do Sul seria omitir uma parte da história. O mesmo raciocínio se aplica às intervenções da Igreja Católica nesse território, negá-las seria um paradoxo, uma vez que o objeto de estudo da pesquisa é justamente a ação da Igreja por meio da Comissão Pastoral da Terra.

Foram variadas as formas de intervenção da Igreja no Território. A exemplo da pastoral comum da Igreja, litúrgica e sacramental, embora estas não sejam nosso objetivo de análise, mas sim, as que incidem na vida da sociedade local, não somente a católica. Neste sentido, as ações territoriais mais longínquas são apenas citadas, para que se possa dar foco nas últimas décadas.

Entre os relatos mais antigos, encontramos textos que dizem que os jesuítas estiveram por essa região e tentaram desenvolver seu trabalho com os povos indígenas, sem sucesso, com as então denominadas “reduções” em meados do século XVII (Cavalcante, 2010, p. 6). Mais de um século depois, novamente esta região torna-se palco de conflitos entre as cortes portuguesa e espanhola, até o estabelecimento do Tratado de Madri em 1750. Apesar deste, as incursões bandeirantes portuguesas não obedecem os limites estabelecidos e seguem entrando em território espanhol até o período da Guerra.

O Sul do Mato Grosso era terra espanhola, que passa ao domínio português por meio do bandeirantismo (1640-1750), e após consolidada a posse como território brasileiro no Tratado de Madri, muitos dos que estavam no Movimento de Bandeiras foram os primeiros a ocupar grandes porções de terra na região. Primeiramente a região é anexada à capitania de São Paulo, posteriormente à capitania de Mato Grosso. Como forma de consolidar a posse, a coroa portuguesa a partir de 1767 construiu o presídio em Iguaçemi, o Forte de Coimbra, a Vila de Albuquerque e a Vila de Miranda. O abandono da região persiste mesmo com a Independência do Brasil em 1822 (GRESSLER; SWENSSON, 1988, *apud* CAMACHO; ASSUNÇÃO, 2022, 35).

Dentro de uma visão colonizadora, essa região segue vazia de capital e abandonada por muitos anos, ignorando a população indígena. Segundo Queiroz (2008) a ocupação, não indígena, do início do século XIX se deu, de modo especial, por mineiros e paulistas que faziam aqui uma pecuária extensiva e predatória, uma área de cria e recria de gado que depois eram levados para Minas Gerais engordados e seguiam para o Rio de Janeiro, grande centro consumidor. Assim foram os inícios dos grandes latifúndios de gado que perpetuam até hoje, embora ocorra algumas mudanças como a introdução da soja e da cana-de-açúcar, ou o manejo rotativo entre gado e grão, as propriedades continuam sendo latifúndios.

O processo de disputa territorial transforma o território e essa disputa vai além da dimensão econômica. Segundo Fernandes (2009): “Convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos

por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente” – essa afirmação ajuda a compreender a história do sul do Estado, feita de conflitos e dominação ideológica.

[...] as disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato de o território ser uma totalidade, e multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico. [...] As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. (FERNANDES, 2009, p. 5)

Essas disputas territoriais fazem parte da história e do cotidiano da população sul- mato-grossense, pois é neste contexto que se formam os latifúndios e que surge a luta pela terra. Pensar sobre essas disputas territoriais, que são disputa de classe, nos ajuda a compreender os sujeitos e processos que envolvem a realidade agrária do sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul).

Breves considerações sobre a Fronteira Brasil e Paraguai

O sul do Mato Grosso do Sul, diferente de outras regiões do país, tem seus limites fronteiriços demarcados depois da Guerra contra o Paraguai (entre 1864 e 1870). Até a Guerra, essa região não estava demarcada e as fronteiras entre Brasil e Paraguai não existiam. Somente após a guerra é que essa situação começa a ser resolvida:

[...] a natureza das relações entre Brasil e Paraguai evoluiu a cada período histórico, sendo, porém, constante o aumento do vínculo entre eles. Os períodos de colonização e do Império no Brasil são marcados por disputas territoriais e constante redesenho de fronteiras, sendo a Guerra da Tríplice Aliança o evento de maior impacto. (ARAÚJO FILHO et. al., 2019, p. 163)

muitas lutas por permanência e sobrevivência ao longo dos anos – algumas delas pudemos conhecer. Assim corroboramos com Martins (2019), quando assevera que a fronteira...

é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. [...] E, sobretudo, fronteira do humano. É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico. É nela que nos defrontamos mais claramente com as dificuldades antropológicas do que é o fazer história, a história das ações que superam necessidades sociais, transformam as relações sociais e desse modo fundam e criam a humanidade do homem. (MARTINS 2019, p. 11)

De fato, está é a história de muitas e diferentes coisas que aconteceram/acontecem na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, pois desde as mais remotas ocupações a região é palco de conflitos e tensões que vão moldando os povos que nela vivem, criando desumanidades e também novas humanidades a exemplo dos brasiguaios, que foram uma nova identidade criada na fronteira, reveladora das necessidades sociais daqueles que não tiveram oportunidade de ter acesso à terra no Brasil e se viram obrigados a migrar. Enfrentaram outras conflitualidades na fronteira, cuja solução foi o retorno ao Brasil em forma de movimento coletivo para conquista da terra – assunto que vamos tratar mais à frente.

Importante registrar que a disputa territorial nesta fronteira Brasil e Paraguai não é assunto do passado, na atualidade a fronteira continua sendo palco de discussões em torno de acordos bilaterais voltados ao desenvolvimento da região. Senão, vejamos:

[...] a fronteira sul-mato-grossense tem ganhado protagonismo na relação bilateral. No âmbito da Rota Bioceânica, foi assinado acordo para a construção de ponte sobre o rio Paraguai entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta (Alto Paraguay-PY), o que, somado ao asfaltamento do trecho paraguaio da rota, deverá aumentar a conectividade da região do Chaco e, conseqüentemente, as interações com o Brasil. O governo paraguaio anunciou também uma

segunda ponte, também em Porto Murtinho, sobre o rio Apa, conectando o município ao departamento de Concepción via Valle-Mi, consolidando nova rota a Assunção. (ARAÚJO FILHO et al., 2019, p. 163)

Não temos a intenção de fazer análises sobre essas últimas grandes obras na fronteira e seus impactos, tão somente apontar que a fronteira teve e tem uma grande importância não só para o Estado, mas também para as gentes que nela vivem: De forma geral, “pôde-se demonstrar que, em todas as etapas, as fronteiras desempenharam papel primordial, com o trecho sul-mato-grossense ganhando inserção crescente”. (Ibid.).

A Companhia Matte-Laranjeira: monopólio da terra e exploração do trabalho

Conforme Queiroz (2008), depois de seis anos de uma sangrenta Guerra e a vitória da Tríplice Aliança, o Exército Brasileiro iniciou o processo de demarcação do território nacional. Durante esse processo de demarcação, um comerciante porto-alegrense foi responsável por manter os suprimentos alimentares para as tropas que estão trabalhando. Esse comerciante era Tomás Laranjeira, que andando com as tropas percebeu que pela região era nativa a erva mate (*illex paraguayenses*), que ele conhecia bem. “De fato, costuma-se associar à ação do empresário Tomás Laranjeira, entre os fins da década de 1870 e inícios da década seguinte, o início da montagem de um grande empreendimento ervateiro, estabelecido formalmente em 1883” (Idem, p. 41).

Ainda de acordo com o Queiroz, aproveitando-se desse conhecimento Tomás consegue da coroa a concessão de exploração dos ervais e começa a construir o que mais tarde se tornou um “Estado dentro do Estado” (ARRUDA, 1997, p. 33), comandado pela empresa Companhia Matte Laranjeira. Concessão após concessão, a Companhia Matte Laranjeira chegou a ter cinco milhões de hectares, totalizando todo o sul do Mato Grosso do Sul, quase toda a área que anteriormente pertencia ao Paraguai, como podemos visualizar no mapa a seguir:

O que seria a concessão dos ervais acabou por tornar-se a posse da terra. “O próprio decreto de 1882 estabelecia o direito dos moradores que viviam da elaboração da erva na área da concessão” (Idem, p. 31). Ainda segundo Arruda, como dono de terras e sem mão-de-obra suficiente, a Companhia se utiliza dos indígenas e dos paraguaios como trabalhadores e que, muitas vezes, foram obrigados a trabalhar de forma análoga à escravidão. Muitas situações de degradação humana, muito sofrimento e muita dor compõem essa parte da história do Mato Grosso do Sul, seguindo o processo dolorido da formação da atual fronteira com a anexação de uma parte do Paraguai ao Brasil.

Arruda (1997) relata que por quase meio século a erva mate foi o principal produto produzido nessa região, e poucos se atreveram a entrar nessas terras, mesmo porque ela contava com forças de segurança que garantiam não só o trabalho forçado, análogo ao trabalho escravo, mas também a não invasão das terras. No documentário *Caá – a força da erva* o senhor Reinaldo narra o difícil trabalho na Companhia Matte Laranjeira, afirmando que “na época da Matte Laranjeira era tipo ditadura, eles que mandavam. Eles iam lá no Paraguai e traziam os paraguaios para trabalhar para eles e tinha que ser do jeito que eles queria. Se não fizesse do jeito que eles queria então ou eles matavam ou então a pessoa desertava” (CAA, 2005)

Poucas famílias, oriundas do sul do país, conseguiram se fixar em alguns espaços de campo, onde não havia a produção de erva. Muitas dessas famílias foram expulsas ou mesmo mortas.

Os migrantes iriam tornar-se num ponto de opacidade, uma descontinuidade, interrupção na tentativa de controle total. Colocava-se para a Matte Laranjeira a necessidade de eliminar, esvaziar esse ponto e retomar a organização. Alterava-se assim essa dinâmica do exercício do poder da Matte, obrigada a enfrentar um contingente de pessoas diferenciadas dos seus trabalhadores. (ARRUDA, 1997, p. 48)

A partir de então, um novo cenário se iniciou na ocupação do sul do então Mato Grosso. Com a chegada dos gaúchos começou um processo de disputa que foi aos poucos provocando a divisão das terras ocupadas pela Matte. Aqui não se trata de reforma agrária, mas sim da

divisão das terras ocupadas pela Matte Laranjeira e que com a vinda de gente do sul e sudeste começou um processo de “reorganização fundiária”, pois o que era de um único dono agora pertencia a mais pessoas. O poderio da Companhia Matte Laranjeira começou a decair, e vários fatores levaram à sua decadência, o que acontece por volta da década de 1930.

Esse processo começou com a regularização da posse. Segundo o Sr. Bráulio (2012)⁶, o único cartório era o de Ponta Porã, onde os donos de terras declaravam a quantidade de terras que possuíam, mas muitos tinham por exemplo 30 hectares e declaravam 300. Não havia controle específico sobre esses dados e isso deu início aos grandes latifúndios, que começaram destruindo as matas para o plantio de pastos e criação de gado nessa região. Alguns herdeiros dos aventureiros desse período são até hoje grandes proprietários.

Na década de 1920 os povos indígenas foram forçados a ir para as *reduções*, demarcações realizadas pelo governo, em especial pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que limitaram quase toda a população indígena a viver em pequenas áreas dentro do que antes eram seus territórios. A população que foi quase dizimada pelos trabalhos forçados da erva, era agora confinada em pequenos aldeamentos forçados. É de se esperar que isso seguisse trazendo situações de conflitos, como afirma Brand:

Entre os anos de 1915 e 1928, o Governo Federal demarcou oito pequenas extensões de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani, perfazendo um total de 18.124 ha., com o objetivo de confinar os diversos núcleos populacionais dispersos em amplo território ao sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Essas reservas, demarcadas sob orientação do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e consequente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas. Ignorou-se, na sua implementação, os padrões indígenas de relacionamento

⁶ Entrevista realizada pelo autor no ano de 2012 quando da realização de um trabalho da graduação em Ciências Sociais. O Sr. Bráulio foi funcionário da Fazenda Campanário, filho de gaúcho com paraguaia.

com o território e seus recursos naturais e, principalmente, a sua organização social. (BRAND, 2004.138)

Para Fabrini (2019) o processo de ocupação dessa região se deu pela apropriação das florestas, ignorando os povos indígenas. Num primeiro momento, essa apropriação foi quase exclusiva da Companhia Matte Laranjeira, que na exploração dos ervais tomou posse da terra, e também de fazendeiros gaúchos. Em um segundo momento, por volta da década de 1950, juntaram-se ao processo de monopólio da terra os fazendeiros paranaenses e paulistas, de modo especial nas áreas da divisa desses estados.

Apropriadas na maioria por fazendeiros dos Estados de São Paulo e Paraná, as terras florestadas foram incorporadas à dinâmica capitalista no avanço da “frente pioneira”, o que resultou na expulsão de posseiros e indígenas dessas terras. A apropriação da terra nessas áreas florestadas não significou necessariamente a sua ocupação, pois, em muitos casos, as terras foram adquiridas para fins rentista (especulação) e não para produção capitalista. (FABRINI, 2019, p. 150)

Dessa forma, a região sul de Mato Grosso começou a viver um novo ciclo exploratório. Porém, apesar de algumas ações de ocupação dos espaços de fronteira terem incentivado indiretamente a pequena propriedade, a exemplo da criação Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND), em 1943, uma vez que foi planejada para ocupar os supostos vazios demográficos, nacionalizar as fronteiras e assegurar os interesses do capital internacional (FABRINI, 2019), a maioria das terras foi apropriada para especulação e/ou monocultura, e nesta lógica se inseriram também os projetos de colonização privada.

Projetos de colonização: ocupar espaços “vazios”

Conforme Oliveira (1997), na denominada *Marcha para o Oeste*, para povoar as fronteiras e ocupar os espaços vazios, o Governo Federal criou a Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND), por meio do decreto-lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943. ão 6.500 lotes

que trouxeram muitos migrantes de todo o país, mas de modo especial do nordeste brasileiro. Por esse mesmo período houve a entrada das chamadas colonizadoras, empresas que compram grandes porções de terras, organizam e planejam as cidades e vendem os lotes para interessados naquela região. Alguns exemplos são as cidades de Naviraí e Nova Andradina.

A instalação da CAND contribuiu para a chegada de migrantes interessados em lotes e em se estruturar economicamente e socialmente na região, afinal, o governo Vargas disseminava na mídia que o Centro-Oeste oferecia condições de crescimento econômico para quem se aventurasse a desbravá-lo. As migrações contribuíram para a instalação de infraestrutura na região: estradas, escolas, rede elétrica etc., serviços básicos para a manutenção do bem viver. (MARIANO, A. J. F.; TEIXEIRA, J. C. 2022, p. 975)

Mesmo constando na história agrária do sul de Mato Grosso a presença desse projeto de colonização estatal, o Estado de Mato Grosso do Sul nasceu com uma alta concentração fundiária porque o Estado promoveu a concentração da terra via doação de grandes áreas, uma vez que a ideologia dos espaços vazios promoveu a distribuição do patrimônio fundiário aos donos do poder. Importante destacar que estes espaços nunca estiverem vazios de gente e, hoje, a luta pela demarcação das terras indígenas não deixa margem de dúvida em relação a este conflito com o capital, bem como a luta pela reforma agrária.

A concentração de terras no Sul de Mato Grosso do Sul foi resultado da política de apropriação promovida pelo Estado e não necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada, o que se desdobrou em conflito e exclusão dos camponeses da terra. A apropriação capitalista da terra comandada por uma oligarquia regional dificultou a expansão da pequena propriedade no Sul de Mato Grosso do Sul, pois o Estado, desde passado distante, promoveu a transferência de terras públicas por meio da venda ou arrendamento aos grandes proprietários. A atuação do Estado, somada às ilegalidades na

apropriação da terra, proporcionou estrutura fundiária altamente concentrada. (FABRINI, 2019, p. 152)

Percebemos que o processo de organização da estrutura fundiária do Estado não teve como base a pequena propriedade da terra e nem o respeito aos povos originários e camponeses. A terra seguiu concentrada nas mãos de poucos latifundiários fomentados pelo próprio Estado. Na década de 1970, o desenvolvimento da produção da soja e a modernização da agricultura apoiada nas empresas de insumos agrícolas favoreceram a expropriação e expulsão dos camponeses (BATISTA, 1990).

Neste processo, na pouca terra onde as pequenas propriedades conseguiram se manter, segundo Fabrini (2019, p. 148): “emergiu um camponês incluído, mas subordinado, inicialmente ao próprio processo de apropriação e exploração capitalista da terra e posteriormente subordinado às empresas de agronegócio”.

Os brasiguaios, migração e questão agrária

No processo de colonização do sul do Mato Grosso do Sul foram importantes na organização da luta pela terra e do campesinato local os chamados brasiguaios. Segundo Batista (1990), a formação desse sujeito se dá num contexto de diversas situações de crises, primeiro, a crise agrária no Estado do Paraná, na década de 1970, com a ocupação gaúcha, as questões de luta pela terra em Capanema e Santa Helena, o processo de mecanização agrícola e a expropriação dos camponeses, seguindo o conflito agrário no Paraguai – depois de um certo tempo de estabilidade e uma boa convivência entre brasileiros e paraguaios.

De acordo com Batista (1990), fugindo da crise agrária no Paraná, os camponeses não viam outra possibilidade a não ser a busca de melhores oportunidades no país vizinho, uma vez que o preço da terra e as possibilidades de trabalho eram melhores naquele momento, fomentando diversas ondas migratórias rumo ao Paraguai entre 1950 e 1984. “Entre 1970 e 1979 aumentou a emigração de brasileiros e registrava-se o segundo e mais representativo movimento migratório” (Idem, p. 22). Contudo esses números foram caindo em consequência

do processo de modernização da agricultura paraguaia e a especulação imobiliária, como relata Batista (Idem, p. 22) “No último período, de 1980 a 1984, os percentuais diminuíram”.

Nesse mesmo período ocorreu a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre os anos de 1975 e 1982. Mais uma vez, os mais pobres foram utilizados e explorados pelos interesses de poder, e o número de migrantes “foi aumentando consideravelmente a cada ano com a presença de brasiguaios no Paraguai, servindo estrategicamente como medida de segurança ao projeto hidrelétrico de Itaipu” (Idem, p. 47). Ainda segundo Batista, o Estado Brasileiro utilizava os brasiguaios como forma de quebrar a soberania paraguaia em seu próprio território. Porém, não durou muito este interesse do Estado e, outra vez, os brasiguaios foram obrigados a sair das terras onde estavam.

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, foram novamente desapropriados recebendo qualquer quantia, porque vivendo em outro país não possuíam nenhum direito legal sobre as terras que ocupavam, assim definitivamente foi se formando a população de brasileiros no Paraguai. (Idem, p. 20)

E mais uma vez os brasileiros que migraram, bem como a nova geração que nasceu no Paraguai, foram obrigados a sair da terra e voltar ao Brasil, pois

[...] esses perderam as terras para colonizadoras que passaram a agir na especulação imobiliária das terras “amansadas” pelos brasileiros. [...] Foram retirados violentamente de suas terras e as oportunidades só existiam para aqueles que podiam comprar as terras, regularizá-las em Assunção, e continuar investindo no Paraguai. (Idem, p. 22)

Não muito diferente do que aconteceu e acontece no Brasil, os brasileiros que tinham dinheiro ficaram em solo paraguaio, pois estes podiam comprar e regularizar a terra. Prova de que o que estava em jogo não era um possível nacionalismo paraguaio, mas os interesses do capital. Os pobres foram obrigados a voltar para o Brasil, muitos sem nada, pois alguns inclusive saíram fugidos da perseguição e de trabalhos forçados.

Fabrini (2019, p. 157) afirma que os brasiguaios “são sujeitos sociais meio-brasileiros e meio-paraguaios que estão territorializados precariamente na fronteira entre o Brasil e o Paraguai”. Assim, nessas idas e vindas que se forjou esse novo sujeito fronteiriço, o brasiguai. O movimento migratório para o Paraguai foi marcado, primeiramente, pela expulsão do Brasil e, depois, pelo retorno em busca da reforma agrária. Porém, uma parte destes sujeitos nasceu no Paraguai e depois veio com suas famílias para o Brasil na expectativa de conquistar terra e conseguir uma vida melhor em sua pátria. Segundo Batista,

[...] na fronteira do Brasil com o Paraguai [...] os camponeses que lutam pela terra constituíram uma forma própria de organização através dos trabalhadores que autodenominaram-se brasiguaios. (BATISTA, 1990, p. 5)

Os brasiguaios, sem ter para onde ir, buscam alternativas de sobrevivência e somam-se ao processo de organização dos trabalhadores rurais que estava acontecendo na região. A força desse novo sujeito, numérica, política e organizativa, vai ser muito importante na luta pela terra no sul do Mato Grosso do Sul e na organização dos movimentos.

Segundo os agentes de pastoral da CPT, o período do retorno dos brasileiros do Paraguai, agora brasiguaios, significou a possibilidade para estes de ter um pedaço de terra no seu país de origem, então logo engrossaram as fileiras dos acampamentos em solo brasileiro, tornando-se um reforço diferencial para a luta pela terra no Brasil.

Assim, a partir dos anos 1980 contingentes significativos de brasileiros passaram a retornar ao Brasil. De acordo com Marques (2009, pp.50-74), no período de 1981 a 1991 um total de 16.859 brasileiros retornaram do Paraguai. Destes 49,3% retornaram ao Paraná e 26,7% retornaram para o Mato Grosso do Sul. No período de 1990 a 2000 o número de retornos chegou a 55.011 brasileiros. Destes 60,1% retornaram para o Estado do Paraná e 16,3% para o Mato Grosso do Sul. Somando-se as duas décadas, do total de brasileiros retornados do Paraguai 85,9% retornaram para os três estados do Sul do Brasil ou para o Mato Grosso do Sul. Embora não tenhamos dados para o período 2000 a 2010, é certo que este processo de retorno se manteve.

Com isso, é razoável estimar um retorno de mais de 100 mil brasileiros do Paraguai nos últimos 30 anos. (COLOGNESE, 2012, p. 153)

Nos dados apontados por Colognese verificamos que chegaram 13.467 brasiguaios no período de 1981 a 2000. Se seguirmos a lógica do autor, mesmo com ausência de dados, podemos estimar que, nos últimos 40 anos, mais de 20 mil brasiguaios entraram no Mato Grosso do Sul.

O censo de 1970 registrou que 1.007,167 habitantes, predominantemente camponeses, foram expropriados das terras no Brasil. A maioria dos trabalhadores rurais atravessaram a fronteira para a Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Venezuela na tentativa de conseguir a terra para trabalhar. [...] O caso mais marcante até o momento ocorreu nos 1.339 quilômetros de fronteira com o Paraguai, onde vivem, ao longo de 100 quilômetros, 500 mil brasiguaios, representando 15 % dos 3 milhões de habitantes do Paraguai. (BATISTA, 1990, p. 20)

Baseado nos apontamentos de Batista (1990), concluímos que de fato a política de Estado implementada no campo brasileiro é sempre partidária da classe daqueles que muito têm. A escolha pelo latifúndio, pela produção de commodities e pela abertura de áreas via desmatamento para a produção em larga escala demonstra claramente essa opção do Estado, em particular no Mato Grosso do Sul. “É baseado nesse histórico que nasce a formação territorial de Mato Grosso do Sul, assentado na presença assídua dos coronéis pelo controle da terra. O berço de MS é marcado por relações patrimonialistas, em que o Estado é instrumento da classe dominante”. (BARATELLI; ALMEIDA, 2022, p. 123)

Com essa breve conjuntura da região, e mesmo sem aprofundar para dimensionar a questão indígena, podemos afirmar que esse território há muitos anos é palco de conflitos pela posse da terra e segue sendo um espaço de disputa. Contudo, “se nosso passado e presente têm sido de monopolização do território pelo capital, ele tem sido também palco de inúmeras batalhas de resistência que abrem brechas e impõem a territorialização camponesa” (ALMEIDA, 2003, p. 8).

2. A conjuntura eclesial e as mudanças na Igreja: a busca de entender o país pelo caminho da ação social

Não vou fugir nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade, sem devastar.

Irmã Dorothy

Da palavra à ação

A Bíblia é um conjunto de livros que está dividido em dois grandes blocos. O primeiro é chamado de Antigo Testamento e o segundo, Novo Testamento. O que divide esses dois blocos é o nascimento de Jesus, que se data no ano zero do calendário em uso. Parte da Bíblia é compartilhada entre judeus, muçulmanos e cristãos, de modo especial o Antigo Testamento. Alguns fatos e personagens bíblicos do Novo Testamento são também compartilhados por essas religiões, mas os mesmos têm compreensões diferentes para ambos.

Foi a Igreja católica que traduziu e estruturou a Bíblia como a conhecemos, e algumas pequenas modificações entre a Bíblia católica e a protestante (escrita por Lutero) se dá na controvérsia da originalidade da língua do texto de alguns livros. De qualquer forma “a Igreja Católica considera a Bíblia como Palavra de Deus, fonte da doutrina revelada e norma de fé” (MCKENZIE, p. 112), assim ela é um dos pilares da doutrina da Igreja e fonte inspiradora para todo seu agir.

Dois termos teológicos são importantes para entender o caminho da presente dissertação: exegese e hermenêutica. Segundo o Dicionário

Aurélio (1988), exegese se trata da minuciosa interpretação de um texto e hermenêutica é a interpretação dos textos sagrados. E sobre a exegese, a Igreja reafirma no documento conciliar *Dei Verbum* (A palavra de Deus):

Mas, como a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada com a ajuda do mesmo Espírito que levou à sua redação, ao investigarmos o sentido exato dos textos sagrados, devemos atender com diligência não menor ao conteúdo e à unidade de toda a Escritura, tendo em conta a Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé. *Cabe aos exegetas, em harmonia com estas regras, trabalhar por entender e expor mais profundamente o sentido da Escritura*, para que, mercê deste estudo dalgum modo preparatório, amadureça o juízo da Igreja. (PAULO VI, 1965, n.12, grifo nosso)

Dessa forma, a Igreja Católica diz que existe uma única exegese, mas várias hermenêuticas da mesma palavra lida, a Bíblia. A hermenêutica de que se utiliza a Teologia da Libertação não é a mesma de se utiliza toda a Igreja, pelo contrário, ainda hoje ela é vista com ressalva por uma parte do clero e até mesmo de leigos.⁷ É importante ressaltar que houve no Brasil, no mesmo período do florescimento da Teologia da Libertação a introdução do neopentecostalismo, importado do Estados Unidos da América e que tem uma perspectiva de interpretação bíblica bem diferente.

A pesquisa realizada tem como foco um grupo bem específico dentro da Igreja, os fundadores da CPT, que tem uma afinidade com a leitura popular da Bíblia no Brasil, desenvolvida e propagada principalmente pelo Centro de Estudos Bíblicos – CEBI nesse mesmo período de mudanças pós-concílio Vaticano II, que fez a Palavra de

⁷ O termo *leigo* não é utilizado nesta pesquisa como sinônimo daquele que está por fora. Ao contrário, o termo leigo é compreendido enquanto categoria de fiel (fiel clérigo, fiel leigo ou fiel religioso), soma-se ainda o entendimento do Código de Direito Canônico da Igreja Católica, artigo 2252, em que os fieis leigos, além dos direitos que lhes são outorgado pelo batismo, “têm ainda o dever peculiar de, cada qual segundo a própria condição, imbuir e aperfeiçoar com espírito evangélico a ordem temporal, e de dar testemunho de Cristo especialmente na sua atuação e no desempenho das suas funções seculares”.

Deus se aproximar cada vez mais da realidade do povo e, de modo especial, da população mais pobre. Por isso, a seguinte hermenêutica se dá por esse viés, pelos pobres, pois esses são os preferidos de Deus. E no caso do nosso estudo, os pobres da terra.

Para o mundo bíblico a terra é fundamental, pois é o lugar que Deus preparou para o ser humano viver. Terra é o lugar de onde se tira tudo que é necessário para a sobrevivência e é nela também que se dá a manifestação de Deus. Segundo o livro bíblico de Eclesiástico, a terra é “a mãe comum” (Eclo 40,1)⁸. Dessa mãe é que nasce Adão, nome que tem origem no hebraico *’ādām*, derivado de *’ādaāmāh* que significa humos. “A terra não produz apenas as plantas, mas também os animais e até o homem: não é no ventre da mãe que o feto é formado, mas no da terra” (STEIN, 1971, p. 1493). A terra é bênção, é dom, é graça. A terra é o lugar feito por Deus e é nela que vive sua criação.

Contudo, a Igreja não é uníssona e isso é muito claro desde as primeiras comunidades, passando pelas subdivisões e os cismas. E, mais próximo de nós, na realidade da luta, podemos observar o que relata Martins (1989) quando trata da história do Brasil República. Ou seja, a concepção de terra como dom divino não se realiza para todos sem luta, pois a terra tem seus privilegiados e alguns poucos se acham detentores dessa graça divina.

Quando se abre o conflito entre a Igreja e o Estado, nos anos sessenta, é a hierarquia que avança primeiro e em grande parte avança em nome de projetos políticos que são os mesmos do Estado centralizador e autoritário. É por isso que a Igreja assumirá também, desde então, o velho conflito do Estado centralizador e absolutista, cujo grande herdeiro é o Exército, com as oligarquias políticas regionais, constituídas basicamente pelos grandes proprietários de terra. (MARTINS, 1989, p. 20)

Com o passar dos anos uma parte da Igreja no Brasil constrói perspectivas diferentes acerca da interpretação da realidade e mesmo não sendo unânime, reafirmamos que a Igreja reflete mais unidade do que uniformidade no tocante à questão da propriedade da terra. Neste sentido, Martins (Idem, p. 26) afirma que a “surpreendente ação da

⁸ Todas as citações bíblicas seguem o padrão utilizado pela Igreja Católica.

Igreja em relação à questão fundiária é o encontro de processos aparentemente descontraídos”. Ou seja, a discussão a propriedade da terra é mediação para pensar e unir outras dimensões do humano, a exemplo da questão ética, social, econômica, política etc. Bem por isso, não encontramos nos documentos da igreja uma defesa da propriedade, mas, sim, da terra de trabalho como meio de reprodução da dignidade humana dos pobres da terra.

Tomando como referência mais imediata deste trabalho um período razoavelmente próximo, como o dos últimos quarenta anos, é possível constatar em vários documentos da Igreja, neste país, que o tema da propriedade da terra é mediação para considerações sobre questões éticas, sociais, políticas e pastorais. Portanto, *o deciframento correto das posições da Igreja sobre a questão fundiária não parte do problema da propriedade para terminar na propriedade, mas começa em questões éticas, sociais, políticas e pastorais, passando pelo problema da propriedade, para terminar na dimensão do ético, social, político e pastoral.* (Idem, p. 27. Grifos nossos.)

Assim percebemos que para a Igreja a questão fundiária não está na propriedade como tal, mas, sim, na questão da humanidade do ser. O próprio Martins (1989) afirma que mesmo a ala conservadora da Igreja aprova um texto considerado avançado para a época, *Igreja e problemas da terra* (CNBB, 1980), pois “é na questão da concepção do humano que está a chave para decifrar a concepção de propriedade que orienta a pastoral” (MARTINS, 1989, p. 27). Esse texto é muito importante para a luta pela terra, pois introduz a contradição entre terra de trabalho e terra de negócio. Sendo, segundo o próprio texto, terra de negócio é “a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros” e terra de trabalho “a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular”.

Tal conceito corrobora os textos bíblicos, em que a terra é o presente de Deus para que o humano se realize em sua plenitude. Essa é também a concepção dos agentes de pastoral, pois ao responderem a uma das perguntas do questionário, grande parte das respostas indicou

a terra como lugar de “produção e reprodução da vida”, “dom de Deus para sustento e vida digna”, “lugar do bem viver, plantar e colher” e uma compreensão mais moderna da ecoteologia,⁹ a “terra como mãe, geradora e dadora de vida e que merece cuidado”.

Desde o Antigo Testamento lê-se: “Eu vi muito bem a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvei o seu clamor contra seus opressores, e conheço os seus sofrimentos. Por isso desci para libertá-lo do poder dos egípcios” (Ex 3,7-8). O Antigo Testamento fala que Deus é um Deus libertador, que ama e cuida dos pobres, condena os opressores e nunca abandona os seus. No Novo Testamento Jesus, Filho de Deus, “o Verbo encarnado” (Jo 1,14) segue seu plano de salvação. Os pobres seguem sendo os preferidos, no evangelho de Mateus apresenta o como será o juízo final

³¹ “Quando o Filho do Homem vier em sua glória, acompanhado de todos os anjos, então se assentará em seu trono glorioso. ³² Todos os povos da terra serão reunidos diante dele, e ele separará uns dos outros, assim como o pastor separa as ovelhas dos cabritos. ³³ E colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. ³⁴ Então o Rei dirá aos que estiverem à sua direita: ‘Vinde benditos de meu Pai! Recebei como herança o Reino que meu Pai vos preparou desde a criação do mundo!’ ³⁵ Pois eu estava com fome e me destes de comer; eu estava com sede e me destes de beber; eu era estrangeiro e me recebestes em casa; ³⁶ eu estava nu e me vestistes; eu estava doente e cuidastes de mim; eu estava na prisão e fostes me visitar’. ³⁷ Então os justos lhe perguntarão: ‘Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer? Com sede e te demos de beber?’ ³⁸ Quando foi que te vimos como estrangeiro e te recebemos em casa, e sem roupa e te vestimos?’ ³⁹ Quando foi que te vimos doente ou preso, e fomos te visitar?’ ⁴⁰

⁹ A ecoteologia latino-americana e caribenha é reflexão sobre a fé cristã, ou a partir dela, que incorpora a consciência ecológica como elemento transversal. Ela não somente discursa sobre a ecologia com categoria religiosa (pois do contrário não seria teologia), mas principalmente intenta pensar a fé de forma ecológica. Isto é: de maneira interligada, articulando as diversas disciplinas e áreas de estudo que a constituem, continuando a proposta da opção pelos pobres de Teologia da Libertação e aprendendo com as demais teologias libertadoras no nosso continente

Então o Rei lhes responderá: *‘Em verdade eu vos digo, que todas as vezes que fizestes isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizestes!’*⁴¹ Depois o Rei dirá aos que estiverem à sua esquerda: *‘Afastai-vos de mim, malditos! Ide para o fogo eterno, preparado para o diabo e para os seus anjos.’*⁴² Pois eu estava com fome e não me destes de comer; eu estava com sede e não me destes de beber;⁴³ eu era estrangeiro e não me recebestes em casa; eu estava nu e não me vestistes; eu estava doente e na prisão e não fostes me visitar’.⁴⁴ E responderão também eles: *‘Senhor, quando foi que te vimos com fome, ou com sede, como estrangeiro, ou nu, doente ou preso, e não te servimos?’*⁴⁵ Então o Rei lhes responderá: *‘Em verdade eu vos digo, todas as vezes que não fizestes isso a um desses pequeninos, foi a mim que não o fizestes!’*⁴⁶ Portanto, estes irão para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna” (Mt 25, 31-46, grifo nosso).

Esses são os principais textos onde as misérias e as necessidades dos pobres estão no centro, eles fomentam a espiritualidade da Teologia da Libertação. Portanto, são as bases bíblicas, os conceitos chaves para a compreensão dos motivos pelos quais essa teologia tem os pobres no centro do anúncio do evangelho. Outro termo bíblico que o texto apresenta e que é muito importante, é o Reino de Deus.

Segundo José Adriano Stevani (2017) a escatologia, que é a disciplina da Teologia que estuda o que chamamos “das coisas últimas”, apresenta que a imagem do Reino de Deus é completa no “já, mais ainda não”, ou seja, o Reino de Deus é a vida toda, seja ela no mundo dos vivos ou no depois, na ressurreição, ou no Reino dos céus. A busca da antecipação do Reino dos céus se faz na busca de construir o Reino de Deus no agora, mas esse reino só será completo no depois, ou no ainda não.

O Reino de Deus é o centro do anúncio da boa-nova de Jesus. No texto do Pai-nosso, oração ensinada por Jesus lê-se: 9Eis como deveis rezar: Pai nosso, que estais nos céus, santificado seja o vosso nome; 10*venha a nós o vosso Reino*; seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu. 11O pão nosso de cada dia nos dai hoje; 12 perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos aos que nos ofenderam; 13e não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal (Mt 6,9-13, grifo nosso).

O Reino é um tema recorrente na Teologia da Libertação, onde a necessidade de um mundo mais justo e igual para todos é essencial. Dessa forma, para a Teologia da Libertação, o que era verbo/palavra se faz carne/ação e se realiza no aqui da vida cotidiana de toda a humanidade. Neste sentido, Jesus é um Deus presente na caminhada da vida de seu povo.

Da *Rerum Novarum* aos elementos pré-conciliares

Os acontecimentos ligados ao processo das revoluções Francesa e Industrial na Europa são o pano de fundo, na segunda metade do século XIX, da realidade social e econômica em ebulição, com forte protagonismo das massas populares. Sobre estes acontecimentos, Alceu Amoroso de Lima afirma:

Por toda a Europa lavrou, de novo, o incêndio social. Já agora as duas Revoluções, a política e a industrial, se conjugavam sob o signo de uma filosofia social, o Socialismo, que vinha lançar a luva de um desafio de vida ou morte contra o legitimismo neofeudal e o liberalismo burguês. As massas começavam a desempenhar um papel político-social que até então só as elites haviam desempenhado. (LIMA, S/D, p. 18)

Ainda conforme Lima (Idem), a industrialização na Europa central levou o campo a um esvaziamento e nas cidades aumentou os índices populacionais. A situação chegou a ser tão caótica nesse período que famílias inteiras se aventuraram mudando para as Américas, em busca de uma nova vida com melhores condições.

A situação foi tão grave na Europa que levou a Igreja a se posicionar em relação aos grandes abusos que havia por parte dos industriários em relação aos seus trabalhadores. É nesse período que em 1891, o papa Leão XIII, escreve a encíclica *Rerum novarum* (RN, *Das coisas novas*), defendendo os direitos dos trabalhadores, valorizando suas formas de organizações, como os sindicatos e associações de operários. Pede ainda que se respeite o descanso semanal e que se reduza a jornada de trabalho – vejamos um trecho do documento:

Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. (LEÃO XIII n.2)

Historicamente, através de um documento papal, é a primeira vez que a Igreja se manifesta sobre um tema social. Portanto, essa encíclica é o marco referencial para a constituição do que se chama Doutrina Social da Igreja (DSI). Tanto que, em 1931, comemorando os quarenta anos da *Rerum novarum*, o Papa Pio XI escreveu a chamada *Quadragesimum anno*, em que afirma:

Com efeito ao fim do século XIX, em consequência de um novo gênero de economia, que se ia formando, e dos grandes progressos da indústria em muitas nações, aparecia a sociedade cada vez mais dividida em duas classes: das quais uma, pequena em número, gozava de quase todas as comodidades que as invenções modernas fornecem em abundância; ao passo que a outra, composta de uma multidão imensa de operários, a gemer na mais calamitosa miséria, debalde se esforçava por sair da penúria, em que se debatia. (PIO XI, p. 1)

Assim, seguiram-se a publicação de vários outros documentos da Igreja que compõem o arcabouço da Doutrina Social da Igreja. Os últimos textos que entraram no arcabouço da dessa doutrina social são do Papa Francisco, e são eles: *Laudato Si* (LS) e *Laudate Deum* (LD), sobre o cuidado com a casa comum, o meio ambiente, e *Fratelli Tutti* (FT), sobre as relações humanas.

Em síntese, estes são alguns dos muitos elementos que estão nas bases pré-conciliares e, de modo especial, os que estão ligados às mudanças que se iniciam na Igreja com o processo de organização da sociedade pós Revolução Francesa. Somente para citar como exemplo, temos o caso da Juventude Operária Católica (JOC), em 1927 e dos padres operários na década de 1940.

É importante ressaltar que na primeira metade do século XX o mundo viveu as atrocidades de duas guerras mundiais. As guerras e as posturas dos papas perante essas guerras também têm muita influência

nesse período pré-conciliar. Por isso, ainda antes do emanar dos documentos conciliares outras duas encíclicas papais trataram da questão: *Mater et Magistra (Mãe e mestra)*, do papa João XXIII, de 15/05/1961 – encíclica que trata da recente evolução da questão social à luz da Doutrina Cristã e retoma em síntese a mensagem das Cartas dos seus predecessores confirmando-as; e *Pacem in Terris (Paz na Terra)*, de 11/04/1963, também de autoria do papa João XXIII. Esta Encíclica inicia-se afirmando que só sabe o que é a guerra quem vive em um país em que existe a guerra. Aponta que o mundo corre o risco de uma guerra nuclear e conclama o mundo a ser construtor da paz e não da guerra. Esse contexto da década de 1960 era também o da Guerra Fria, um conflito entre Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética em torno de concepções econômicas e políticas antagônicas: o capitalismo e o socialismo, respectivamente.

Concílio Vaticano II, uma mudança fundamental

Em meados do século XX a Igreja Católica Apostólica Romana, no mundo todo, passou por um profundo processo de transformação. Em 1961, o Papa João XXIII convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II – CVII (Concílio é uma grande reunião dos bispos do mundo inteiro para decisões doutrinárias e encaminhamentos da Igreja; o Concílio Vaticano II ocorreu de 1962 a 1965 e reuniu mais de 2500 bispos) e muitas mudanças aconteceram a partir de então. O papa João XXIII, na Constituição Apostólica de convocação do Concílio Vaticano II, diz:

O próximo Concílio, portanto, reúne-se, felizmente, no momento em que a Igreja percebe, de modo mais vivo, o desejo de fortificar a sua fé e de se olhar na própria e maravilhosa unidade; como, também, percebe melhor o urgente dever de dar maior eficiência à sua forte vitalidade, e de promover a santificação de seus membros, a difusão da verdade revelada, na consolidação de suas estruturas. (JOÃO XXIII, 1961)

Renovação e maior eficiência: essas foram as tônicas do Concílio e aparecem nos dezesseis documentos dele emanados e que mudaram

profundamente as estruturas da Igreja, favorecendo uma melhor adequação ao mundo moderno e suas exigências. Todos os textos foram preparados por peritos em suas áreas e numerosas foram as contribuições dos bispos do mundo inteiro para a produção e aprovação dos textos.

Neste contexto, o Concílio Vaticano II gerou um texto chamado *Gaudium et Spes (Alegrias e esperanças)*, que aponta:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. (PAULO VI, 1965, n. 1)

A partir desta constituição pastoral, a Igreja Católica oficializou o caminho que vários grupos em diversos lugares do mundo já estavam trilhando: a opção pela realidade do povo. O reforço destas linhas é tão grande que na América Latina se desdobrou em várias conferências dos bispos latino-americanos e caribenhos.

Mesmo antes da convocação do Concílio Vaticano II, os bispos latino-americanos realizaram em 1955, no Rio de Janeiro, a I Conferência do Episcopado Latino-americano (as Conferências recebem o nome da cidade onde ocorreram), que foi aprovada e formalizada no ano seguinte com o nome de Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM). Desde essa primeira reunião emana a preocupação de conhecer a realidade da América Latina e Caribe e dar uma resposta à realidade do povo de Deus.

As conferências seguintes – Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e, a mais recente, Aparecida (2007) – foram cada vez mais reforçando a necessidade de uma Igreja que considere a realidade do povo. Especialmente em Puebla (1979) se pode perceber uma perspectiva de libertação dialogando com todos os temas e reflexões. E nas palavras de Segundo Galilea (1982, p. 10): “a conferência de Puebla assume amplamente o tema da libertação e da evangelização libertadora, na mesma perspectiva. Puebla chega mesmo a elaborar mais a fundo a ideia da libertação, permitindo-nos um resumo do pensamento católico a respeito”.

Essas conferências foram importantes não só para a América Latina, mas também para a Igreja no mundo. Conceitos e realidades discutidas nessas conferências, bem como a práxis realizada a partir delas, impactaram a teologia (sistemática e pastoral). Elementos dessas reflexões se encontraram também refletidos em textos papais até os dias de hoje.

As conferências latino-americanas pós conciliares reforçaram a necessidade de uma Igreja que leve em consideração a vida concreta do povo. O número 29 do documento de Puebla (1979, p. 69) diz:

Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos e que se exprime, por exemplo, em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção.

Essas conferências são assessoradas por teólogos que acompanharam o percurso do Concílio e que pouco a pouco vão forjando, a partir do Evangelho, da realidade social, econômica e cultural, o que ficou conhecido como Teologia da Libertação.

Teologia da Libertação: luta pela terra e reforma agrária

O que apresentamos até aqui são elementos que antecederam e que contribuíram para a construção do pensar teológico conhecido como Teologia da Libertação. As bases preliminares são muito importantes, seja dentro ou fora da Igreja, pois dão legitimidade para a construção de uma teologia latino-americana e de libertação. Essa teologia nasce na hora certa e oportuna, com os elementos apropriados e os desafios a ela inerentes, seja para sua formulação, seja para sua aplicação.

Gustavo Gutierrez, considerado um dos pais da Teologia da Libertação, em entrevista publicada no site do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, falou a respeito da primeira vez em que usou o termo Teologia da Libertação:

No ano seguinte, eu ainda tinha que dar uma conferência em Chimbote, no Peru. Haviam-me pedido para falar sobre a teologia do desenvolvimento. Expliquei que uma Teologia da Libertação era mais apropriada. (GUTIERREZ, 2012)

No texto de Martine de Sauto (2012), que é o entrevistador da matéria feita com Gustavo Gutierrez, podemos compreender o porquê da escolha de Teologia da Libertação e não do Desenvolvimento. “[...] à teologia, ela é o meio para fazer com que o compromisso com os pobres seja uma tarefa evangélica de libertação”.

A libertação da qual Gustavo Gutiérrez fala não é um programa político. Ela se situa em três níveis que se cruzam. O nível econômico: é preciso combater as causas das situações injustas. O nível do ser humano: não basta mudar as estruturas, é preciso mudar o ser humano. O nível mais profundo, teológico: é preciso se libertar do pecado, que é a recusa de amar a Deus e ao próximo. Quanto à teologia, ela é o meio para fazer com que o compromisso com os pobres seja uma tarefa evangélica de libertação, uma resposta aos desafios que a pobreza coloca diante da linguagem sobre Deus. (IHU, 2012)

Tempo depois Gutierrez vem ao Brasil e tem contato com o difícil momento que o país estava vivendo, em meio à ditadura militar. Ele percebe a resposta da Igreja ao momento político, expressa na organização das comunidades de base, das pastorais e organismos que nascem dessa ação. Esses elementos foram fundamentais para a teorização dessa tão nova e antiga teologia.

A Igreja Católica Apostólica Romana é una, pois tem no Papa, o bispo de Roma, sua unidade, mas ela é formada pelas Dioceses, ou Igrejas Particulares. Cada Igreja Particular é governada por um bispo e este tem autonomia em vários aspectos da vida desta diocese. Desde os primórdios da Igreja, ainda em Pedro e Paulo, por exemplo, já havia algumas diferenças na condução da Igreja. No chamado Concílio de Jerusalém (Atos dos Apóstolos 15, 6-29), há uma forte divergência entre eles e para resolver a situação, passam a se encontrar na busca de convergir decisões.

Assim também é a questão da terra. Dentro da Igreja, a tendência é acompanhar a compreensão do bispo local. A CNBB pauta temáticas, mas a decisão final é do bispo. A questão da terra e da sindicalização, que não é uma orientação nova, mas advém desde a *Rerum Novarum* (1891), é pautada desde o início da CNBB, na década do Concílio Vaticano II. Neste sentido, percebemos que

[...] nesse emaranhado de organismos, havia uma orientação comum, dada pela CNBB, que, era a de criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar. Tendo como objetivo central o combate ao comunismo, a CNBB defendia a extensão dessa sindicalização “a todos os centros rurais, sobretudo quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas por segundas intenções”. Essa orientação, todavia, era mediatizada pelo tipo de concepção da Igreja local, que acabava por impor sua marca à organização emergente. Assim, é difícil falar em homogeneidade de linha de ação nessas entidades criadas a partir da ação eclesial. (MEDEIROS, 1989, p. 76)

Mesmo não existindo uma homogeneidade, há um certo sentido de que é preciso não se furtrar de estar em alguns espaços para pautar lutas, mesmo que essa seja organizada pelos leigos. Na citação que segue, é possível entender como a juventude católica pautou a questão da autonomia, pois os jovens, ligados à Igreja, mostraram divergência quanto ao entendimento da hierarquia da igreja:

Dentro dessa experiência surgiu ainda uma divergência mais profunda e de maior repercussão, que envolveu a Ação Católica Brasileira, através de seus segmentos JUC e JEC (Juventude Universitária Católica e Juventude Estudantil Católica). Enquanto organização de leigos, essas entidades tinham um certo grau de autonomia quanto à orientação da hierarquia da Igreja, o que lhes permitiu um engajamento nas lutas que se verificavam muitas vezes com orientação distinta, colocando-se ao lado dos que defendiam transformações radicais na estrutura social. (MEDEIROS, 1989, p. 76)

Foi essa autonomia que proporcionou a leigos condições de criar uma outra organização política em âmbito nacional, a Ação Popular, com o objetivo de trabalhar com os camponeses e os operários, apoiada no lastro da Ação Católica Brasileira.

[...] com essa perspectiva que ela se voltou para o trabalho de sindicalização rural, tendo por horizonte a construção de uma nova sociedade, de perfil socialista. Dentro dessa visão entrou na disputa da representação dos trabalhadores rurais, não só com setores considerados conservadores da Igreja (os vinculados à hierarquia católica), mas também com o PCB. (Idem, p. 77)

A diversidade e os conflitos internos são tensões que ora ajudam, ora atrapalham no processo de ação pastoral da Igreja. Essa tensão sempre existiu e sempre existirá. A beleza da Teologia da Libertação é que ela, assim como a América Latina, já nasce plural. Essa pluralidade, ao contrário do que se possa imaginar, é justamente o que lhe dá a possibilidade de ser uma teologia latino-americana.

Apesar da situação de pobreza ser resultado da escassez pela má distribuição dos bens, enfim, das riquezas, as conjunturas que proporcionam ou mantêm a pobreza têm uma diversidade e perversidade muito grande e podem ser encontradas em qualquer parte do mundo, inclusive nos chamados países desenvolvidos. Por isso João Paulo II, em discurso em 1979, diz que a Teologia da Libertação cabe em qualquer parte do mundo: “A Teologia da Libertação com frequência está relacionada exclusivamente com a América Latina, mas é preciso reconhecer que é uma exigência de alcance universal” (GALILEA, 1982, p. 5). A Teologia da Libertação pode ser utilizada em qualquer lugar do mundo porque surge a partir de uma necessidade pastoral que vem dos mais pobres.

Mesmo em meio a muitas críticas essa teologia se estabelece e aponta um novo fazer teológico que parte, fundamentalmente, da experiência pastoral. Galilea (1982) afirma que ela é uma teologia pastoral, pois tenta ser uma voz teológica dos pobres. Assim, a Teologia da Libertação ‘tenta’ ser essa voz, pois a teologia não nasce do senso comum, mas ela parte da premissa de que é preciso ter um novo olhar do fazer teológico, pois o existente já não responde aos apelos e anseios

do povo. E isso já estava sendo observado pela Igreja nas várias iniciativas anteriores ao Concílio Vaticano II.

Os teólogos da libertação a partir deste momento iriam construir as bases dessa teologia chamada de libertação. Alguns elementos já estavam dados, outros aspectos seriam pensados e construídos por diversos teólogos e teólogas em toda a América Latina. A novidade apresentada pela Teologia da Libertação é a forma de fazer a pastoral a partir dos pobres, fazendo uso de outras ciências para compreender a realidade. Nesse labor teológico percebem que não se pode ter um olhar preferencial para os pobres e ignorar as ciências sociais e seu uso para compreender quem são, onde e como vivem os pobres. Porém, o mais importante é o auxílio dessas ciências para pensar o que fazer para que o pobre saia dessa situação em que se vive e possa viver uma vida melhor.

Neste sentido, é importante ressaltar o que diz Mitidiero (2008) embasado em Michel Lowy:

A Teologia da Libertação não é uma doutrina sociopolítica e muito menos uma teoria científica, ela é, “antes de qualquer coisa, uma reflexão religiosa e espiritual” (LOWY, 2000, p. 59), contudo essa reflexão não se põe alheia à ciência, uma vez que “reconhece a total independência da pesquisa científica das pressuposições ou dogmas da religião e se limita a usar os seus resultados para nutrir seu próprio trabalho” (LOWY, 2000, p. 62 *apud* MITIDIERO, 2008, p. 46)

Esta ressalva é necessária para assegurar que as ciências estejam trabalhando juntas, em uma interdependência, mas sem anulação mútua. Garantir essa diferenciação também contribui para que a Teologia da Libertação não se torne algo externo a Igreja, pois a mesma nasce, se desenvolve e permanece no seio da Igreja Católica, mesmo ela ganhando adeptos fora do mundo católico, se tornando uma teologia cristã.

A teologia já é constituída como ciência, mas a Teologia da Libertação, dá passos e busca aporte em outras ciências para poder refletir criticamente sobre a realidade. Fé e razão não são opostas, para a Igreja “a fé e a razão constituem como que as duas asas pelas quais o espírito

humano se eleva para a contemplação da verdade” (JOÃO PAULO II, 1998). Apesar de que as ciências, como a conhecemos hoje no mundo ocidental, nasceram no seio da Igreja, a mesma Igreja teve receio das ciências, ou da exaltação das ciências e negação do campo religioso. Na Teologia da Libertação as ciências, de modo especial as humanas, ganham acento, pois

outra diferença significativa entre a Teologia da Libertação e as outras escolas está no seu recurso às ciências sociais, como auxiliares, incluindo uma certa análise da realidade latino-americana. Porém isto não constitui o formal desta teologia, pois como tal é formalmente um discurso da fé. [...] a teologia como reflexão-da-fé, tem por missão não apenas aprofundar a Revelação em si, mas também a revelação de Deus nas realidades históricas e sociais. Por seu recurso às ciências sociais, alguns argumenta que a Teologia da Libertação não passa de um “sociologismo”. Deve-se dizer, contudo, que a teologia sempre utilizou ciências auxiliares em sua reflexão, especialmente a filosofia, embora sem se identificar com nenhuma delas. (GALILEA, 1982, p. 9)

A libertação proposta pela Teologia da Libertação é integral e total, a libertação do humano como um todo, e não apenas de aspectos conjunturais. É por isso que a libertação é do pecado pessoal, mas também das estruturas de pecado, do pecado social. Inclusive, a expressão “pecado social” é formulada na Teologia da Libertação e inserida posteriormente na teologia oficial da Igreja,¹⁰ que percebe que existem

¹⁰ O papa João Paulo II, no texto *Reconciliatio et Paenitentia*, 16, diz: “Falar de pecado social quer dizer, primeiro que tudo, reconhecer que, em virtude de uma solidariedade humana tão misteriosa e imperceptível quanto real e concreta, o pecado de cada um se repercute, de algum modo, sobre os outros. *É pecado social o pecado contra o amor do próximo, o pecado contra os direitos da pessoa humana e o também quando diz respeito as relações entre as várias comunidades humanas.* Trata-se dos pecados pessoalíssimos de quem gera ou favorece a iniquidade ou a desfrutação; de quem, podendo fazer alguma coisa para evitar, ou eliminar, ou pelo menos limitar certos males sociais, deixa de o fazer por preguiça, por medo e temerosa convivência, por cumplicidade disfarçada ou por indiferença; de quem procura escusas na pretensa impossibilidade de mudar o mundo; e, ainda, de quem pretende esquivar-se ao cansaço e ao sacrifício”. (Grifo nosso)

estruturas sociais injustas que seguem prendendo as pessoas, “conduzindo homens e mulheres a servidões inumanas” (GALILEA, 1982, p. 26).

Desde as comunidades de base com os estudos bíblicos até a formulação da Teologia da Libertação, o caminho não foi muito longo. De certa forma, o caminho foi acelerado porque foi ao encontro de uma Igreja sedenta por algo novo que ajudasse a dar esperança ao povo sofrido, pois estávamos em plena ditadura militar. Os sacerdotes, os religiosos e as religiosas são os que primeiro foram motivados e abriram caminho para que os demais fiéis tivessem a possibilidade de chegar cada vez mais perto da Bíblia e de uma Igreja mais humana, motivada essencialmente pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências Latino-Americanas.

Autopia do Reino de Deus passa a ser pensada como etapas de transformações sociais necessárias na realidade terrena. A Teologia da Libertação nasce, portanto, da tentativa e do engajamento de parte dos setores eclesiais para territorializar a Igreja, dando uma feição mais real e objetiva à missão dessa instituição no mundo. (MITIDIERO, 2008 p. 76)

Em 1971, Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia – MT, escreve uma Carta Pastoral, intitulada: *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*, que Martins (1989) afirma ser os primeiros sinais de que a Igreja ampliava seu serviço pastoral e começava a ser também um refúgio para os aflitos:

Basicamente, a Igreja se transformou num refúgio por dois motivos: de um lado, porque as vítimas e perseguidos não tinham e não têm outra alternativa. A justiça e a polícia locais têm estado sob controle dos grandes proprietários, não sendo raro que o juiz, o delegado, o comandante do destacamento e todos os outros funcionários públicos tenham sido nomeados pelo governador por indicação de políticos apoiados e eleitos pela interferência dos grandes fazendeiros locais. Tem sido comum que um peão fugido, ameaçado de tortura e morte, ao recorrer à polícia local, acabe sendo entregue

de volta ao capataz e aos pistoleiros da fazenda de onde escapara. A inutilidade desse socorro é também reconhecida pelos posseiros.

De outro lado, porque a Igreja, a partir dos anos sessenta, tem sido a Igreja da opção preferencial pelos pobres e da pastoral social. A violência da expansão capitalista na Amazônia encontra pela frente uma Igreja vigilante e atenta aos direitos humanos, comprometida com os direitos dos pobres e oprimidos, voz dos que não têm voz. Uma Igreja comprometida com a dignidade do homem e consciente de que a libertação dos pobres passa pelo rompimento das cadeias que escravizam não só o seu trabalho, mas também a sua consciência. (MARTINS, 1989, p. 87)

A Vida Religiosa Consagrada (VRC) de modo geral abraça a realidade libertadora dessa nova teologia e faz com que essa realidade se expresse nas mais diversas formas e lugares onde estão os mais pobres, os esquecidos do nosso país. Assim a Teologia da Libertação foi colocada em prática das favelas até as carvoeiras, do mundo assalariado ao trabalho análogo à escravidão nos lugares mais recônditos do Brasil.

A partir desse período, muitas freiras, desejosas de “ir aos pobres”, não de uma maneira assistencialista como sempre fizeram, mas com a consciência político-social que compreendia a pobreza como uma realidade histórica que poderia ser superada a partir da organização e das lutas do povo, optaram pelos pobres, marginalizados e sofrendores com a perspectiva de que “comprometidos com os pobres, condenamos como antievangélica a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores em nosso continente” (Conferência de Puebla, n^o 1159). Grupos de irmãs passaram a viver nas favelas, nas periferias e na zona rural, partilhando de iguais condições de trabalho numa fábrica e em outros ambientes e adotando um estilo de vida semelhante ao da maioria da população brasileira da época. Em outras palavras, as religiosas, na segunda fase de renovação da vida consagrada, inseriram-se, radicalmente, nos meios populares. (ARAS, 2017, p. 10)

Uma das fases da renovação da vida consagrada foi a possibilidade da retirada do hábito, ou seja, da veste que usavam. Isso proporcionou mais liberdade para se aproximar do povo, o que resultou em uma maior proximidade com este. Aras (2017) afirma que essa proximidade

com os mais pobres também possibilitou uma mudança de perspectiva em relação ao significado dos votos de pobreza, castidade e obediência que são professados pelos religiosos e religiosas como explica.

Viver no meio dos pobres, como os pobres e assumindo com eles/elas suas lutas por vida digna, modificou algumas concepções sobre os votos religiosos, que já tinham passado por transformações na primeira fase de renovação da vida consagrada feminina: o voto de pobreza passou a ser vivenciado “na concreta opção pelos pobres e em estar no seu lugar social, o que se desdobra na dupla dimensão do ético e do político” (MIRANDA, 1999, p. 543); o voto de obediência, compreendido a partir da dimensão da liberdade humana, deu prioridade às decisões comunitárias numa tentativa de evitar o autoritarismo; e o voto de castidade abriu espaço para a amizade, sobretudo com mulheres e homens das CEBs e dos movimentos populares, que passaram a ser frequentados, animados e organizados pelas freiras dos meios populares; estas amizades foram essenciais para o desenvolvimento da maturidade e da afetividade das irmãs fora dos limites de convivência de seus institutos religiosos. (ARAS, 2017, p.10)

A figura do profeta é muito recorrente na Bíblia e este tem um duplo trabalho: denunciar e anunciar – neste caso, a denúncia de um mundo de injustiça e pecado e o anúncio do Reino de Deus, que já pode ser experimentado no aqui, para poder gozá-lo depois em sua plenitude. E a Vida Religiosa Consagrada foi muito profética, assumindo as dores dos esquecidos, entre os quais se encontram o camponês e o trabalhador rural (meeiro, posseiro, arrendatário, assalariado, boia-fria...).

Foi com base na Bíblia e os olhos na realidade que a vida consagrada fez profecia e abriu caminhos lutando pela democratização da terra, lutando por reforma agrária. Porto-Gonçalves (2016, p. 108) afirma que: “A luta pela terra e o apoio às comunidades étnicas e camponesas ganhará um importante aliado na medida em que muitos religiosos começam a deixar as sedes das fazendas e a se aproximar das choupanas e casebres. Enfim, a deixar a Casa Grande e se aproximar da Senzala”.

Nessa perspectiva, a vivência do Reino de Deus, motivada e centralizada na Palavra, manifesta-se concretamente na ação histórica de

profetas e profetisas. Ao longo dos anos, na Teologia da Libertação, essas práticas proféticas tornaram-se visíveis como sinais de uma guinada significativa na orientação pastoral e eclesial da Igreja, deslocando-a em direção ao compromisso com a justiça social, a defesa da vida e a luta dos povos do campo pelo direito à terra.

Nesse processo em que a Vida Religiosa Consagrada passou a abraçar a Teologia da Libertação, alguns nomes se destacaram como verdadeiros referenciais na vivência do profetismo, tanto no interior da Igreja quanto no âmbito da sociedade. Entre eles sobressaem Dom Pedro Casaldáliga, padre Ricardo Rezende e irmã Dorothy Stang, cujas trajetórias expressam de modo exemplar o compromisso com os pobres, a defesa da vida e a denúncia das injustiças estruturais, especialmente no contexto dos conflitos agrários e socioambientais no Brasil.

Dom Pedro Casaldáliga construiu sua vida no Brasil às margens do rio Araguaia. Suas lutas e seus muitos poemas retratam essa opção de vida, e é assim um dos exemplos de profecia. Deixou tudo para viver em uma terra estrangeira que ele não considerava como tal, e envolveu-se em conflitos agrários assumindo as causas dos indígenas e posseiros.

Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá nasceu em Balsareny, cidade da Província Catalã de Barcelona, no dia 16 de fevereiro de 1928, Casaldáliga ingressou na Ordem Claretiana, consagrada as missões, onde foi ordenado sacerdote em 1943. No ano de 1968, Dom Pedro Casaldáliga veio para o Araguaia matogrossense como missionário para assumir as responsabilidades pastorais. Sentiu-se convocado, diante dos problemas encontrados, além das diligências religiosas, investiu tempo e energia na organização de indígenas e posseiros e nas denúncias das violações dos direitos humanos que estes e os peões sofriam. Em 1971 ordenaram-no Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Em 2003, ao completar 75 anos, Casaldáliga apresentou seu pedido de renúncia à Prelazia, como exige o Vaticano de todos os Bispos, exceto ao de Roma, o papa. Acerca da atuação de Dom Pedro Casaldáliga na Prelazia de São Félix do Araguaia. (ESCRIBANO, 2000 *apud* CASTRAVECHI, 2015, p. 4)

Outro religioso importante nessa luta é o padre Ricardo Rezende. Em uma entrevista cedida ao site *Repórter Brasil*, em 2/5/2011, ele mesmo conta sua trajetória e sua luta:

Eu tinha 24 anos, era 1977, ditadura, e tinha acabado de me formar em Filosofia e Ciência das Religiões. Queria trabalhar com a Igreja onde fosse mais útil. Era uma região com escassez de agentes pastorais. A Guerrilha do Araguaia tinha terminado em 74. Em 76, trabalhadores e padres foram presos pelo Exército, apanharam muito. A cidade não tinha eletricidade. Telefone, só o público, não chegava jornal nem TV. [...] Fui ordenado em julho de 1980. Quando cheguei era leigo. Através do Movimento de Educação de Base, dávamos assistência a trabalhadores. Tínhamos cursos de pedreiro, carpinteiro, eletricitista. Cada comunidade com escola recebia quadro, giz, lâmpião, aparelho de rádio e bateria, e sintonizava na aula a rádio da diocese. Instruíamos monitores. Comecei a perceber o conflito fundiário. A população dobrava, mas as terras estavam ocupadas e de forma irregular. Alguém adquiria 13 títulos de propriedade, com 4.450 hectares cada, mas colocava nos lotes área maior. [...] Havia tiro, morte e outro drama: o trabalho escravo. (Entrevista publicada no site *Repórter Brasil*, 02/05/2011)

Muitas mulheres, como discurremos anteriormente, deixaram uma vida mais tranquila e bem definida dos grandes conventos para poderem estar mais próximas dos mais pobres e esquecidos. Várias empregaram suas vidas em trabalhos de organização do povo em associações, cooperativas, sindicatos, grupos de reflexão, organização de mulheres, entre muitas outras atividades. Destacamos como mulher e como exemplo de doação a mártir da Amazônia, irmã Dorothy Stang.

Dorothy Stang nasceu em 1931, em Dayton, Ohio, Estados Unidos. Chegou ao Brasil na década de 1960, era missionária da Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur. A irmã Dorothy desempenhou seu trabalho diretamente nas comunidades amazônicas, reconhecendo a realidade marcada pela desigualdade e pelas relações construídas pela exploração da floresta e das populações empobrecidas, indígenas, ribeirinhos e trabalhadores. (ANDREATTA et al., 2019)

Irmã Dorothy, mesmo depois de sua morte, continuou sendo difamada por aqueles que a mataram, sendo acusada de ser agente do governo dos Estados Unidos da América, entre outras teorias conspiratórias. Recordamos, um pouco mais próximos, os ataques feitos à irmã Joana Ortiz, do CIMI de Mato Grosso do Sul, que foi ameaçada e difamada como falsa freira por sua defesa dos povos indígenas, quando da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava as ações do CIMI, em 2015.

Na sequência apresentamos algumas tabelas que foram feitas a partir dos dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT, registradas entre os anos de 1985 e 2022. Os dados compilados são dos religiosos e religiosas, missionários e missionárias, que tiveram suas vidas ameaçadas e/ou ceifadas nas disputas de terra no país.

Tabela 1- Brasil: Violência contra religiosos e missionários no Brasil
(Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Org. Wagner José da Rosa)

Acre	06
Alagoas	03
Amazonas	07
Bahia	24
Ceará	03
Espírito Santo	03
Goiás	08
Maranhão	45
Mato Grosso	40
Mato Grosso do Sul	02
Minas Gerais	17
Pará	81
Paraíba	06
Paraná	20
Pernambuco	04
Piauí	13
Rio Grande do Sul	04
Rondônia	09
Roraima	04
Santa Catarina	08
São Paulo	03
Sergipe	05
Tocantins	26
Total	341
Total de homens	294
Total de mulheres	47

No Brasil, o berço da CPT é a região Norte. Como demonstrado na Tabela 1, podemos observar que os Estados com maior número de conflitos estão situados na região Norte do país, somando 178 ocorrências, seguida pelo Nordeste com 58, Centro-Oeste com 50, Sul com 32 e Sudeste com 23. A Amazônia Legal, que compreende os Estados do Norte e o Mato Grosso, soma 218 ocorrências. A violência atinge homens e mulheres, e como veremos nas tabelas a seguir, apesar de as ameaças e tentativas de assassinato serem maior entre os religiosos, as mortes têm um percentual bem próximo entre os gêneros masculino e feminino, sendo 57% de homens e 43% de mulheres.

Tabela 2 - Brasil: Comparativo de ocorrências de violência entre homens e mulheres
(Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Org. Wagner José da Rosa)

	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Ameaças de morte	301	40
Tentativas de assassinato	21	5
Assassinato	4	3

Escolher pela radicalidade do Evangelho, a partir da Teologia da Libertação, significou enfrentar os donos da terra e do poder no Brasil, o que levou religiosas e religiosos a sofrer até as últimas consequências, que foi a morte pelas mãos do latifúndio, tornando-se mártires da causa da terra em nosso país – conforme indicado na tabela na página a seguir.

Tabela 3 – Brasil: Religiosas e religiosos assassinados (1985-2005)
 (Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Org. Wagner José da Rosa)

<i>Data</i>	<i>Cidade</i>	<i>Nome</i>	<i>Categoria que causou a ação</i>	<i>Local</i>
14/4/1985	Eldorado do Carajás (PA)	Ir. Adelaide Molinari	Fazendeiro	Rodoviária de Eldorado de Carajás
28/4/1985	Lábrea (AM)	Ir. Cleusa Rody Coelho	Indígenas	Margens do Rio Pacιά
24/7/1985	Aripuanã (MT)	Pe. Exequiel Ramin	Fazendeiro	Ao voltar da fazenda Catuva (MT) e Cacoal (RO)
10/5/1986	Imperatriz (MA)	Pe. Josimo Moraes Tavares	Fazendeiro	Escadas do prédio da Diocese de Imperatriz
28/10/1986	São Mateus do Maranhão (MA)	Pe. Cláudio Bergamaschi	Fazendeiro	Hospital São Camilo
16/5/1987	Juína (MT)	Ir. Vicente Cañas Costa	Madeireiro	T. I. Enawenê-Nawê
12/2/2005	Anapu	Dorothy Mae Stang	Grileiro	PDS Esperança

Esses são alguns dos muitos exemplos de homens e mulheres que deram suas vidas pela causa da terra, motivados pela Teologia da Libertação, em favor da justiça social. Mais à frente analisaremos quem foram os sujeitos da fundação da CPT que, pautados pela Teologia da Libertação, lutaram em prol da dos povos do campo no sul do Mato Grosso do Sul.

3. A trajetória de fundação da Comissão Pastoral da Terra: ousadia motivada pela Teologia da Libertação

A preocupação central não é acumular. De mais a mais, a Mãe Terra nos fornece tudo que precisamos. Nosso trabalho supre o que ela não nos pode dar ou a ajudamos a produzir o suficiente e decente para todos, também para os animais e as plantas. Bem-viver é estar em harmonia com o Todo.

Leonardo Boff (2016, p. 67)

A realidade migratória em direção ao então sul do Mato Grosso, com a perspectiva de ocupar os “espaços vazios”, foi motivada pelo governo federal juntamente com as empresas colonizadoras.

É preciso dizer também que, no sul de Mato Grosso, o processo de formação das zonas pioneiras se relacionou também, em grande medida, com algumas políticas do Estado federal brasileiro, políticas essas comumente englobadas sob o slogan da “Marcha para o Oeste”, lançado por Vargas logo no início do Estado Novo. Como se sabe, essa política se desdobrou num esforço de “nacionalização” das extensas fronteiras sul-mato-grossenses com a Bolívia e sobretudo com o Paraguai. [...] No tocante às fronteiras com o Paraguai, sobretudo no extremo sul do sul de Mato Grosso, as preocupações dos dirigentes pareciam mais agudas, haja vista a grande presença, no seio da economia ervateira, de cidadãos paraguaios e seus descendentes. (QUEIROZ, 2008, p. 45)

No século XX o domínio territorial da Matte Laranjeira, assim como a forte influência que a Argentina e o Paraguai tinham na região, passaram a ser temidos pelo Governo Federal, que tomou algumas decisões para o enfraquecimento do domínio da Companhia:

Em 1943, o governo chegou a transformar em territórios federais as áreas de atuação da Companhia, no sul de Mato Grosso e no oeste do estado do Paraná – respectivamente, os Territórios Federais de Ponta Porã e de Iguaçu. Dentre todas essas medidas destaca-se a criação, em fins de 1943, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) – a qual, locada em áreas até então adjudicadas à Companhia Matte Laranjeira, deveria contribuir para a ocupação dos chamados “espaços vazios” do Oeste brasileiro. (Idem, p. 45)

E não demorou muito para que as empresas colonizadoras também se estabelecessem na região. Conforme Queiroz (2008), o grupo Bata fundou Bataguassu em 1941, o grupo Moura Andrade fundou Nova Andradina nos anos 1950 e a Sociedade Melhoramentos e Colonização (SOMECO) fundou Ivinhema em 1961. E assim se iniciou um novo fluxo migratório na região, que se tornou atrativa para nordestinos, mineiros, paranaenses, gaúchos, paulistas da região noroeste de São Paulo, paraguaios e outros imigrantes estrangeiros (MARIANO, A. J. F.; TEIXEIRA, J. C., 2022). Porém, a depender da classe social, as possibilidades de inserção na sociedade nascente eram diferentes: uns seriam proprietários dos bens e, outros, empregados (ou desempregados), expressando o abismo social da divisão da riqueza.

Promotores de um mundo melhor, os fundadores da CPT

Na região sul do então Mato Grosso já se encontravam os diocesanos (padres diretamente ligados ao bispo diocesano), salesianos, redentoristas e franciscanos (religiosos, padres ou não, ligados a um carisma específico). Estes religiosos trabalhavam em um número bem reduzido, mas com uma área de atendimento de dimensões gigantescas.

O território que hoje é o Mato Grosso do Sul formava uma única diocese, a de Corumbá. Segundo Frei Pedro Knob (1988), nos primeiros dias do mês de fevereiro os freis alemães chegaram em Rio Brilhante, que se chamava Entre Rios, e em 6 de fevereiro de 1938 tomaram posse da paróquia. No ano anterior, na visita do bispo Dom Vicente a esta mesma paróquia, o povo não queria sua partida sem que antes este promettesse enviar um sacerdote para ali residir. Segue Frei

Pedro (1988, p. 54): “Além da enorme paróquia de Entre Rios, que então se estendia até o rio Paraná, os missionários franciscanos também tiveram de atender o povo das paróquias de Dourados e Maracaju, que então estavam vagas”.

O período da colonização não indígena dessa região é também um período de expansão da Igreja Católica, pois esta percebe que é preciso que venham mais pessoas para atender às necessidades espirituais dessa população local que começa a se formar. A expansão da Igreja, nesse momento, não se dá pelo processo de catequização dos indígenas, mas pela necessidade espiritual dos já batizados que chegam à região. Assim, outras congregações, masculinas e femininas, motivados pelo espírito missionário, começam a chegar à região para dar atendimento religioso, fundando igrejas, hospitais e escolas. Alguns exemplos desses novos grupos que chegam são as Irmãs de São José de Chamberry, as Irmãs Filhas da Caridade, os Padres Palotinos, os Irmãos Maristas, os Missionários do Verbo Divino, a Congregação da Divina Providência, entre outros.

Todo esse contingente de religiosos e religiosas foi motivado primeiramente pela necessidade espiritual e, em seguida, pelas perspectivas sociais mais básicas como saúde e educação. Com o Concílio Vaticano II e os seus desdobramentos, a Igreja se abre e “torna-se mais sensível aos problemas sociais e lança-se na defesa da sindicalização do campo, contribuindo na formação de líderes sindicais e ajudando a pressionar o Estado para a obtenção da regulamentação dos sindicatos, bem como no sentido de viabilizar a reforma agrária” (ALMEIDA, 1997, p. 141).

Apoiar a sindicalização não é novidade na Igreja de então, pois o Papa Leão XIII, na *Rerum Novarum*, em fins do século XX, já havia expressado a necessidade de os trabalhadores se organizarem em associações e sindicatos. As vidas desses religiosos nunca mais serão as mesmas a partir do momento em que começam a viver essa mudança e acompanhar os grupos mais fragilizados e, de modo especial, os povos do campo, pois esse processo trouxe transformações positivas na vida das famílias, mas também perseguições.

A partir desses novos fluxos migratórios, muitas famílias do interior do Paraná, de São Paulo e do nordeste do país estabeleceram-se,

seja como camponeses nos lotes da CAND, ou para trabalharem como arrendatários nos latifúndios nascentes na região. Como arrendatários derrubaram as matas nativas, transformando as áreas em campos para plantação, e depois desmatavam em outro lugar, abrindo assim as fazendas para a chegada do gado. Depois disso eram obrigados a deixar essa fazenda. Essa é uma das realidades constatadas pelos futuros agentes da Pastoral da Terra.

Irmã Rosa dizia, né, lá de Naviraí, que os trabalhadores que preparavam o pasto nas fazendas já não tinham mais onde trabalhar. Chegaram nas últimas áreas próximo da cidade, da área urbana de Naviraí. Dessa forma, se começou então a conversação na Pastoral da terra de apoio a esses trabalhadores que não tinham mais para onde ir. (Irmã Olga, 08/11/2022)

A Comissão Pastoral da Terra foi fundada por religiosos e leigos engajados nas suas comunidades e motivados por todas as transformações que estavam acontecendo na Igreja – comentadas anteriormente. Ou seja, estes sujeitos começam a ter um olhar mais crítico para a realidade desse povo que se encontrava em uma situação marginal, excluído do processo econômico e social, e assim foram se colocando ao lado deles e contribuindo com suas lutas.

Principais motivações que levaram à fundação da CPT

Como já foi evidenciado anteriormente, o território sul do Mato Grosso do Sul, como todo o território nacional, passou por profundas transformações nas últimas décadas do século XX. As mais importantes estão ligadas à concentração da terra e modernização dos latifúndios, pois se acelerou o processo de produção agrícola com a intervenção do capital no campo, resultando em derrubada das matas para a entrada da pecuária e depois dos grãos (soja e milho).

Além da expulsão de povos originários e posseiros, como destacado anteriormente, a incorporação das terras à dinâmica capitalista, operacionalizada pelas colonizadoras, tanto oficial, quanto particular, teve sentido excludente, uma vez que trouxe grande número de camponeses e trabalhadores migrantes que não tiveram possibilidade de

adquirir ou receber terra nos projetos de colonização. Observa-se que a incorporação das terras à dinâmica produtiva capitalista foi precedida pela comercialização, ou seja, para que a produção capitalista pudesse acontecer foi necessária a passagem pela acumulação rentista capitalista, representada principalmente pelas empresas colonizadoras privadas. (FABRINI, 2019, p. 151-2)

A concentração de terras nessa região e a predileção por um modelo de ocupação econômica especulatório, fortaleceu o poder dos grandes proprietários.

Consequentemente, esse processo de ocupação do sul do antigo Estado de Mato Grosso, que privilegiou a grande propriedade e a atividade pecuária, gerou uma classe de grandes proprietários de terra que dominou e dirigiu Mato Grosso do Sul desde sua fundação, em 1977. O próprio processo separatista, gestado durante décadas e levado a cabo no governo militar de Geisel, foi um projeto político da classe proprietária de terras. (ALMEIDA, 2006, p. 114)

Considerando esta realidade agrária do Mato Grosso do Sul, de exclusão dos pobres da terra, os agentes de pastoral da CPT, desde a sua criação, nunca foram meramente apoiadores ou assessores da luta pela terra nessa região. Ou seja, a trajetória dos agentes indica que estiveram juntos na teoria e na prática, no pensar das ações de luta e na efetivação das mesmas.

A história da fundação da CPT no Mato Grosso do Sul, na década de 1970, começa com a preocupação com os sitiantes, chacareiros e arrendatários.

Principalmente quando começamos em 78 organizamos a Comissão Pastoral da Terra e também já em 77 já o sindicato dos agricultores familiares de Glória de Dourados, cujo primeiro presidente foi o Carlos Ferrari. Nesse interim, então, além do sindicato, começamos a olhar o que que acontecia com os trabalhadores das fazendas, e se percebeu que os fazendeiros arrumavam a terra para plantar pasto, três anos, eles derrubavam o mato podiam plantar feijão, arroz, mandioca e no terceiro ano precisavam pôr pasto. E assim eles iam arrumando as áreas de fazenda com mão de obra barata. (Irmã Olga, 08/11/2022)

Neste processo de pensar a fundação da CPT, é importante resgatar que os bispos da região amazônica organizaram, de 19 a 22 de junho de 1975, em Goiânia, uma reunião com técnicos, e observadores, visando discutir a respeito da situação do uso e posse da terra e migração na Amazônia legal. Esse encontro foi patrocinado pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz e pela linha de Ação Missionária da CNBB. Dessa reunião saíram algumas decisões, entre as quais:

Criar uma “Comissão de Terra” que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros órgãos afins. (Arquivo Alfeo Prandel da CPTMS)

Em 29 de agosto do mesmo ano, o presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, respondeu positivamente a Dom Moacyr Grechi sobre a criação da Comissão. Dom Moacyr era responsável pela Comissão Episcopal Pastoral e foi um dos articuladores da fundação da CPT e seu primeiro presidente. Dom Moacyr escreveu uma carta aos bispos do país relatando a fundação da CPT e a nomeação de padre Ivo Poletto como secretário executivo desse novo órgão.

Na reunião, que aconteceu em Goiânia de 20 a 22 de outubro de 1975, foram levantados alguns nomes para ampliar o trabalho da CPT no país e para o Mato Grosso foi sugerido o nome do padre Pedro Lisboa, da Prelazia de Diamantino, hoje Diocese de Diamantino. Em agosto de 1976, em Várzea Grande, aconteceu uma outra reunião, assessorada por padre Ivo Poletto, agora com representação de quase todas as Dioceses e Prelazias do então Mato Grosso. A reunião aconteceu em um momento de grande aumento dos conflitos na região e foi sugerida a ampliação do trabalho da CPT no território do Estado. Para isso foram sugeridos mais nomes e Irmã Olga Manosso, das irmãs de São José de Chamberry, que nesse período vivia em Glória de Dourados, foi indicada para compor esse grupo.

Em 8 de outubro de 1976, em Várzea Grande, mais uma reunião de articulação aconteceu, desta vez com uma representatividade ainda maior, mas faltaram três bispos e apesar do parecer favorável sobre a

organização da CPT no regional, era preciso o voto favorável de todos os bispos. Isto aconteceu durante a XV Assembleia dos Bispos em Itaici-SP, entre os dias 8 e 17 de fevereiro de 1977, em que estes afirmaram dar o apoio para a CPT no Mato Grosso, assim como a CNBB estava apoiando a CPT Nacional.

Portanto, de 11 a 13 de março de 1977, em Fátima de São Lourenço-MT, aconteceu a primeira reunião da CPT no Mato Grosso. Nessa reunião já se tinha clareza das diferentes demandas das regiões desse tão grande Estado. Aventou-se também a possibilidade de criar uma subcomissão na região Sul. Um elemento paralelo à organização da CPT, mas que acreditamos ser importante em seu processo de organização, foi a divisão do Estado de Mato Grosso, ocorrida por força de lei em 11 de outubro de 1977.

Em novembro de 1977 aconteceu um encontro informal entre lavradores, lideranças sindicais e agentes de pastoral, que agendaram e organizaram o I Encontro Regional da CPT, ocorrido entre os dias 21 e 23 de abril de 1978. Esse grupo tinha o desejo de ser uma presença maior entre os lavradores. Assim testemunha Irmã Olga a respeito deste evento:

Com assessoria do Ivo Poletto em 77, 78, ele esteve visitando também enviava material e aí organizamos a Comissão Pastoral da Terra. Com uma irmã de Naviraí, outra de Bataiporã e eu, e de Glória de Dourados alguns leigos Rosalvo da Rocha Rodrigues, Carlos Ferrari e dessa forma, incentivados pelo Ivo Poletto, organizamos a Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso do Sul que ficou durante muitos anos com sede em Glória de Dourados e a primeira luta foi acompanhar, o fim da... irmã Rosa dizia, né, lá de Naviraí que os trabalhadores que preparavam o pasto nas fazendas já não tinham mais. Chegaram nas últimas áreas próximo da cidade, da área urbana de Naviraí. Dessa forma se começou então a conversação na Pastoral da terra de apoio a esses trabalhadores que não tinham mais para onde ir, fazenda Jatobá e Entre Rios, aí se organizou para eles resistirem. (Irmã Olga, 8/11/2022)

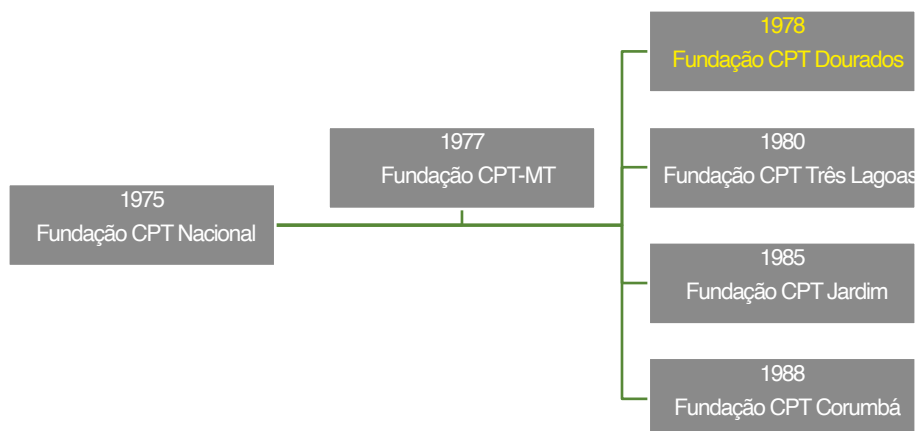
Na fala da própria irmã Olga, que vive atualmente no Assentamento Itamaraty, no município de Ponta Porã, fica destacada a importância do trabalho das religiosas na organização do processo de

fundação da CPT. Assim se evidencia a importância da Igreja e das mulheres da Igreja, nesse momento histórico tão importante, em que se dão os primeiros passos para uma mudança na organização do povo do campo e de certa forma na estrutura fundiária da região e do restante do Estado, pois há um sujeito nascente, o assentado.

As mulheres que estão à frente do trabalho da CPT são religiosas, consagradas: Irmã Olga Manosso (Irmãs de São José de Chamberry) residindo em Glória de Dourados, Irmã Adelia Werner (Irmã Scalabriniana) em Naviraí, e Irmã Inês Turchiello (Imaculado Coração de Maria) em Batayporã. Foram elas, juntamente com outros leigos e leigas, que fomentaram e organizaram a fundação da CPT.

De acordo com este histórico, temos um organograma que parte do processo de fundação da CPT no Mato Grosso e após a divisão do Estado, o aparecimento da CPT no Mato Grosso do Sul, sendo a primeira sede em Dourados e as demais em Três Lagoas, Jardim e Corumbá. Houve também um trabalho em Coxim, mas não chegou a ser uma equipe formalizada. Os trabalhos da CPT não se reduziram a esses lugares citados, ou seja, são mencionados por serem sede de dioceses, que compreendem uma região com vários municípios. Em 1985, houve a mudança da sede da CPT para Campo Grande e a de Dourados seguiu sendo uma regional como as demais.

Gráfico 1 - Brasil: Organograma da fundação da CPT e CPTMS
(Fonte: Arquivo Alfeo Prandel da CPTMS. Org. Wagner José da Rosa)



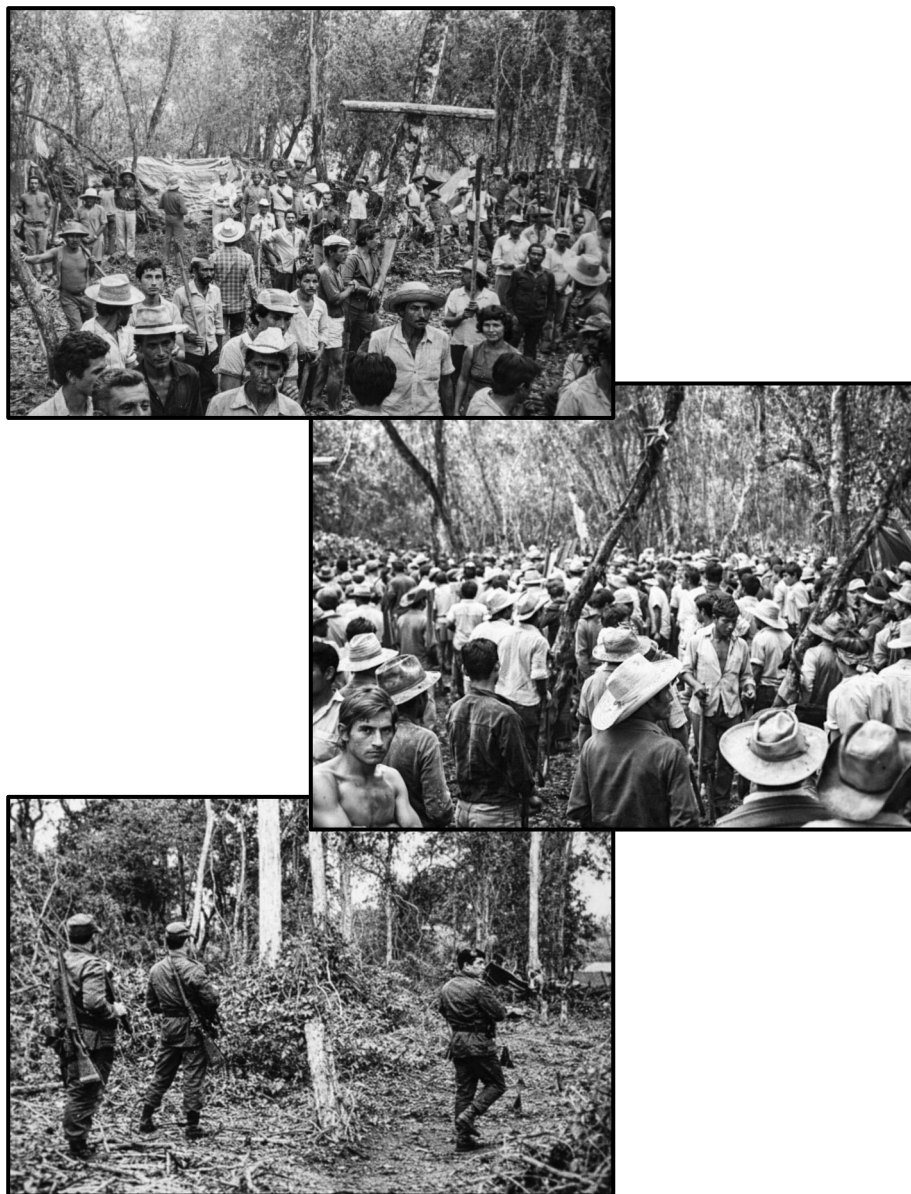
Irmã Olga deixa claro que a motivação principal naquele momento histórico, o pedido mais gritante, era por melhores condições de vida no campo para os pobres da terra. A vida dos pobres era dificultada pela imposição dos interesses capitalistas das grandes fazendas e das corporações colonizadoras da época. Neste período, os trabalhadores, vindos de outros Estados da federação, eram utilizados pelos fazendeiros para derrubar o mato e abrir caminho para as pastagens e após o trabalho de limpeza da área, eram empurrados para outras fazendas ou para as periferias das novas cidades. Nenhum direito lhes era assegurado, o que serviu de motivação para a organização sindical que pudesse garantir um mínimo necessário.

Vale ressaltar a memória do advogado do sindicato de Naviraí, Joaquim das Neves Norte, que foi assassinado na luta pelos direitos dos trabalhadores, como lembra irmã Olga: “nessa resistência teve muitas perseguições e inclusive o assassinato do advogado Joaquim das Neves Norte, que acompanhava esses arrendatários” (Irmã Olga, 8/11/2022).

Entre as dificuldades e a dura realidade, a coragem e a ousadia

Um marco na história da luta pela terra no sul de Mato Grosso do Sul, e na história da CPT, é a ocupação da fazenda Santa Idalina no ano de 1984, no município de Ivinhema. Por meio da organização dos trabalhadores nos sindicatos dos trabalhadores rurais, e com a articulação dos agentes da CPT (em sua maioria as religiosas), um grande grupo de trabalhadores rurais de vários municípios ocupou o latifúndio “o movimento social de luta pela terra teve a participação de trabalhadores rurais dos municípios de Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Caarapó, Fátima do Sul, Dourados, Deodópolis, Ivinhema, Angélica, Nova Adradina, Bataiporã e Taquarussu. (LIMA JUNIOR, 2020, p. 82)

No dia 29 de abril de 1984, os trabalhadores organizados – os arquivos dizem que eram cerca de 1000 famílias –, conseguem entrar na Gleba Santa Idalina, “uma área de terra ociosa com documentação duvidosa, localizada no sul do município de Ivinhema” (Ibid.)



Ocupação da Fazenda Santa Idalina, Ivinhema--MS, 1984. Fonte: Arquivo Alfeo Prandel da CPTMS.

Quando o povo ainda estava na ocupação, cercado por jagunços, o frade franciscano alemão Dom Teodardo Leitz, o terceiro bispo da

Diocese de Dourados, quis entrar na ocupação. Na porteira da fazenda ocupada o frade foi advertido pelos jagunços para que não entrasse na área, pois eles estavam fazendo a segurança do local e sabiam quem era o bispo, ao que este respondeu: “Devo estar onde meu povo está”, como nos narrou Irmã Anaide (Entrevista realizada pelo autor em 10/11/2022). Então, Dom Teodardo entrou na fazenda ocupada pelos sem-terra, onde já se encontravam as irmãs, e celebrou a missa entre os barracos no meio do mato.



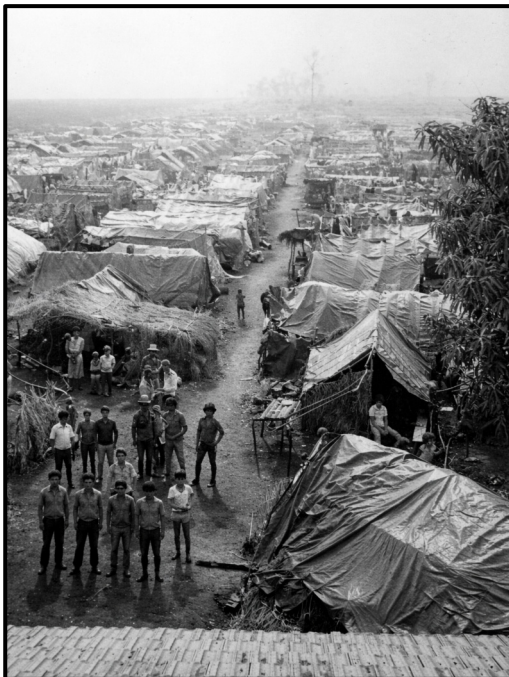
Dom Teodardo Leitz na ocupação Fazenda Santa Idalina. Fonte: Arquivo Alfeo Prandel da CPTMS.

Depois de 19 dias de ocupação, um forte aparato policial fez o despejo das famílias. Em uma carta aberta do dia 14/05/1984, Dom Teodardo escreveu:

O procedimento humilhante e violento da polícia militar do Estado, a soldo da SOMECO S/A, (que forneceu aviões, frota de veículos adquiridos especificamente para a operação militar, combustível, alimentos, alojamento, rádio e recursos financeiros) comandada

pessoalmente pelo secretário do Estado, derrubando barracas, rasgando lonas, destruindo pertences, chutando panelas com comida e até chutando pessoas, impedindo o povo de comer, empurrando-o para o rio Guirai, deixando-os sob forte chuva por muitas horas, dando voz de prisão ao advogado do povo sob mira de metralhadoras, cometendo arbitrariedades contra Agentes de Pastoral, transportando o povo em condições piores que aquelas dadas aos animais, não oferecendo nenhum lugar de permanência, sem possibilidade de se alimentar. (Primeira Carta ao povo de Deus, *apud* LIMA JUNIOR 2020, p. 85)

Quando o povo estava na Igreja na cidade de Ivinhema, depois do fatídico despejo, relata Irmã Anaide que a voz do bispo, que bradava em favor de seu povo, fazia com que os vitrais das janelas tremessem, tamanha era sua indignação com a situação. Destes relatos, o simbolismo maior vem do fato de que a Igreja viva acolheu os irmãos e as irmãs despejados da gleba Santa Idalina, marco da luta pela terra no Mato Grosso do Sul. O templo virou casa, abrigo, lugar de reunião, avaliação e planejamento da luta.



Dourados: Acampamento na Vila São Pedro. Fonte: Arquivo Alfeo Prandel da CPTMS.

Portanto, quando o povo estava sem rumo, a Igreja, materializada na ação do bispo, os acolheu onde hoje é o Santuário Nossa Senhora Aparecida (Vila São Pedro). Conta Irmã Anaide que o bispo respondeu ao ser questionado pelo padre que tomava conta do Santuário, pois o povo iria ser alojado na área de plantio de feijão: “o seu feijão agora é esse povo de Deus”. Esse local havia se tornado um espaço de reuniões e encontros das pastorais sociais e tinha o nome de Marçal de Souza, em homenagem ao indígena Marçal.

No período de Dom Redovino Rizzardo, o centro Marçal de Souza foi ganhando outras funções. Um grupo de religiosas dos chamados institutos de vida¹¹ trocou o nome do centro, apagando assim a memória de luta que marcou esse local. Mas esse pensar diferente não é novidade, pois os conflitos também foram grandes no período de formação da CPT. Houve, inclusive dentro do clero, resistência ao trabalho desenvolvido pela Igreja junto aos sem-terra.

O caráter ambíguo da atuação da Igreja está longe de ser parte de um fundamento teológico, do qual essa contradição seja parte constitutiva e deliberada da atuação eclesial. Essa ambiguidade é produto de diferentes interpretações da fé religiosa, embasada por diferentes formas de ver o mundo e diferentes posições políticas, levando a formas de atuação tão opostas. (MITIDIERO, 2010 p. 168)

Todavia, este histórico caráter ambíguo da igreja não alterou a postura de Dom Teodoro que, por meio de cartas ao povo de Deus, conclamou as paróquias da diocese a suprirem os acampados com alimentos, roupas e medicamentos. Em uma dessas cartas, o prelado teve que desmentir fatos distorcidos sobre sua pessoa, a CPT e a uma das religiosas que acompanhavam os acampados.¹²

¹¹ Grupos formados por leigos, leigas e pessoas que se consagram a um estilo de vida religiosa diferente daqueles de que estamos falando. Essas que assumiram o Santuário voltam a usar o hábito e têm uma teologia mais vertical e menos horizontalizada, inclusive negando e condenando a Teologia da Libertação.

¹² Ao menos duas cartas escritas e intituladas ‘Carta aberta ao povo de Deus’ e outras circulares aos padres, religiosas e leigos e leigas da Diocese. Material pesquisado no arquivo da Diocese de Dourados.

Esse foi um momento histórico na luta pela terra no Mato Grosso do Sul, em que muitas pessoas não mediram esforços para ajudar o povo que foi despejado e acolhidos na Vila São Pedro, por oito meses. Foram organizadas equipes de trabalho, em saúde, em educação, em alimentação, dentre outras necessidades, sempre em conjunto com os acampados.

Na Assembleia Regional da CPT, ocorrida no período de 19 a 21 de outubro de 1984, em Fátima do Sul, a Equipe de Dourados relata que: “trabalhou praticamente o ano em função do fato de IVINHEMA”. A Equipe recorda que entre as ações desenvolvidas houve “trabalho de saúde nas comunidades, hortas comunitárias e material de reflexão” além de “grupo de mulheres, conscientização e campanhas pelo sindicato. [...] Conquista de espaço dentro da igreja diocesana e no regional”.

Na mesma assembleia foi feita uma avaliação sobre a ocupação de Santa Idalina:

[...] Um movimento de grande expressão no Estado, abalou as estruturas de dominação do latifúndio. Forçou uma organização mais efetiva dos sem-terra. Desmascarou a posição “democrática” do PMDB que não assumiu a luta e as propostas dos comícios. Foi um grande passo na direção da reforma agrária. Aos poucos o povo foi ensaiando e vivendo na prática a teoria da organização popular, nas decisões tomadas. O povo queria terra. Serviu para despertar a sociedade para o grave problema da terra. Os fazendeiros organizaram-se, principalmente a SOMECO, que colocou toda sua infraestrutura a serviço da Secretaria de Segurança e do governo. O latifúndio aliou-se ao governo do PMDB. A igreja assumiu uma posição clara em favor dos acampados e da luta dos sem-terra. Teve repercussões dentro da própria igreja porque os “inimigos” internos se identificaram. O tempo em que permaneceram na Vila São Pedro foi um tempo de preparação, de conscientização, adquiriu uma consciência política e de participação comunitária.

O movimento de Ivinhema representou um avanço em termos de luta pela terra, definiu quem é quem dentro do governo e dentro da igreja. O povo descobriu que tem força. Agora, sem opção política no contexto geral, se faz necessário maior preparo político dos agentes e

lavradores. (Assembleia Regional de Agentes do Mato Grosso do Sul. Arquivo Alfeo Prandel da CPTMS)

Quarenta anos depois, a avaliação desta época tem pontos que podemos questionar, todavia cremos que foi realmente um momento decisivo para o histórico da CPT, ou seja, o “fato de IVINHEMA” tornou-se um marco para a luta pela reforma agrária no Estado.

Foram muitos agentes de pastoral que fizeram e fazem parte desta trajetória de formação e luta da CPT no Mato Grosso do Sul; seguem os nomes citados pelos entrevistados:

Irmã Olga Manosso	Lino Sky
Irmã Adélia Werner	Cleofa Malisa Flash
Irmã Inês Turchelo	Belkiss Maria Maciel
Rosalvo Rocha Rodrigues	Dalve Manoel dos Santos
Pompea Maria Betnasconi	Paulo Lotário Junges
Lourdes Motter	Isabel Passareli
Ornezina Rodrigues de Jesus	José Cecílio da Silva Filho
João Carlos Veríssimo	Irmã Lucinda Moretti
Eliete Paes Nantes	Irmã Lúcia Hertz
Ivaneide Ninozzo	Irmã Anaide Barreiros
Nair Ribeiro Cardoso	Padre Alfeo Prandel
Odete Maria Ferronato	Antônio de Paulo Ribeiro
Gema Panazzolo	Adão Cândido
Miecselau kudlaviz	Adriano Alves
Roque Nunes Brandão	Sirlete Augusto Lopes
Adriano Van de Vem	Maria de Fátima Ferreira
Alódia Sartori	Antônio Baroni Rocha
Edson L. Vlanowicz	Valdevino Santiago
Valmir Martins de Assis	Rosani Marize Haubert Santiago
Amélia Pereira Santana	Sérgio da Silva Pereira
Alberto Pedro Alvez	Cristina Andrea Veloso
Geraldo Biancatelli	Eliel Souza Freitas Junior
Pastor Nilton Giese (luterano)	Walter Roberto Marschner
Irmã Ana Sá	Vanilton Camacho
Irmã Maria Silva	Roberto Carlos de Oliveira
Antônia B. Rocha	Rosangela Pedrosa

Vanilton Camacho	Maria Alzenir da Silva
Roberto Carlos de Oliveira	Rosângela Aparecida Pedrosa
Luis Carlos Ribeiro	Irmã Clementina S. Piovesan
Eliseu Acosta	Irmã Josiane Leopoldino da Silva
Valdir Honorio Pereira	Wagner José da Rosa

Optamos por citar os nomes sem destaques maiores porque do contrário teríamos que eleger critérios de seleção para produzir uma amostragem das biografias, como em princípio foi nossa intenção. Todavia, durante a pesquisa entendemos que a contribuição destes agentes faz sentido quando consideradas no coletivo que é a CPTMS, portanto uma biografia individual não teria razão de ser.

4. Das tensões aos diálogos: conquistas e sementes da CPTMS

Do Tamarineiro ao Liberdade Camponesa:
a CPT e a Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul

No Mato Grosso do Sul, a partir do final da década de 1970, a organização dos trabalhadores rurais sem terra se deu de modo sistemático e foi se consolidando com a participação orgânica da CPT.

Em 1978, na região da grande Dourados, os trabalhadores que nunca tiveram terra, ou que desanimados ou pressionados pelos latifundiários, venderam suas terras, indo para as periferias das cidades, são diaristas ou arrendatários. Enfrentam todo tipo de problema, desde a questão da terra, que é sempre pior, que vai para o arrendamento, o salário de diarista que é irrisório, a falta de consciência dos direitos e organização entre si.

É nesse contexto que a CPT MS, vai se organizando. Os agentes fazem reuniões com os trabalhadores em diversas comunidades e municípios, incentivando-os a se organizarem. Promovem encontros; realizam análise da realidade; fazem levantamento dos problemas locais, vão descobrindo e preparando as lideranças. Assim, motivados pelos agentes da CPT, começam a se reunir e despertam para a necessidade de união e organização não só de classe, mas também como categoria de trabalhador.¹³

Como se pode compreender, a CPT nasce para desenvolver trabalhos de formação dos camponeses e contribui na organização destes

¹³ A CPT e a organização da Terra. Arquivo Alfeo Prandel da CPTMS Disponível em: https://www.dropbox.com/s/cvqozvaid65dpx7/DT_006_032_22.pdf?dl=0 Acesso em: 22/09/23.

para que sejam os sujeitos do processo de representação e de luta de classe. A motivação de atuação da CPT extrapola os aspectos meramente religiosos e com a ajuda da Teologia da Libertação e das outras ciências, parte para reflexão e questionamento das injustiças sociais sofridas pelos camponeses. Neste sentido, podemos compreender o que diz Martins (1989) sobre as motivações do envolvimento da Igreja nas lutas camponesas:

Com isso, a Pastoral da Terra ganhou um caráter especial no conjunto das atividades da Igreja. É que o problema da terra era e é claramente político. Decorre de um pacto político que não só excluía os trabalhadores rurais. Preconizava sua maciça expulsão da terra e os transformava em vítimas sem alternativa de um projeto político e econômico que não só condenava milhões de pessoas à miséria, como até mesmo condenava muitos ao desaparecimento sumário, com a conivência, a participação e, até a promoção do Estado. (MARTINS, 1989, p. 88)

Os teólogos da libertação percebem a importância de a Teologia estar articulada com outras ciências para poder dar respostas concretas para as realidades do povo. Nos arquivos da CPT encontramos alguns testemunhos de atividades em que a pastoral foi presença e motivação para os trabalhadores. Retratam-se momentos em que os trabalhadores, com medo da pressão dos latifundiários, quase recuaram no processo de organização, mas os agentes da CPT não desistiram e continuaram até que, em 1981, fizeram outras reuniões para levantamento de demandas.

O trabalho vai acontecendo e em fevereiro de 1981, novamente reunidos em assembleia, lavradores e agentes avaliam a situação dos trabalhadores e analisam a conjuntura na qual estão inseridos, buscando descobrir quais as ferramentas que possuem e como utilizá-las nesta luta pela Reforma Agrária. [...] Final de 1981 voltam a se reunir e avaliando o trabalho destacam as dificuldades encontradas na organização dos trabalhadores sem-terra: ausência de uma história de lutas, a falta de consciência de classe, a ideologia introjetada pelas classes dominantes é forte, há muita exploração de pequeno pelo pequeno. Falta união e confiança entre os companheiros. O comodismo, o

medo, a insegurança diante dos meios de sobrevivência, a desconfiança são algumas das dificuldades. (Idem)

A CPT seguiu motivando e buscando ser presença na formação dos trabalhadores a partir das demandas por eles apresentada. Neste sentido, na assembleia de 1982, a pastoral propõe um formato diferente para as reflexões, a saber:

A assembleia da CPT acontece em dois momentos: 1º de lavradores; 2º dos agentes. Na assembleia dos lavradores havia os trabalhadores sem-terra e os pequenos proprietários e por categoria se reuniram e discutiram sobre as dificuldades no trabalho referente a subsistência e o que foi feito. (Idem)

A partir do resultado desta assembleia, com mapeamento das necessidades e especificidades dos camponeses, começou a divisão dos trabalhos organizados segundo as demandas. Desses grupos de trabalhos específicos, podemos inferir que deriva a gênese do processo de organização dos trabalhadores sem-terra no Estado. Posteriormente, vem o processo de ocupação da Gleba Santa Idalina, em 1984, e o 1º Encontro Nacional do MST, em Cascavel-PR, no mesmo ano.

Nasceu o MST, em 1984, atualmente o principal movimento social de luta pela terra no Brasil, considerado, neste trabalho, como um dos maiores legados deixados pela CPT. Com o surgimento do MST, um novo sujeito social passou a protagonizar a luta pela terra, o trabalhador rural sem terra, um sujeito social com características mais radicais e aguerridas (MARTINS, 1994). (MENDONÇA (2021, p. 76)

Nesse mesmo ano de 1984, na assembleia dos agentes da CPT, uma das questões para as atividades de 1985 era como definir melhor o papel da CPT no movimento sem-terra no Mato Grosso do Sul. Não obstante, nas avaliações de 1985, mais de uma equipe da CPT local relatou a dificuldade de entrosamento entre os próprios agentes.

Nesse período estão consolidadas quatro equipes da CPT – Campo Grande (englobando Coxim), Dourados, Jardim e Três Lagoas. Quanto às relações interpessoais das equipes, somente Três Lagoas não relatou dificuldades. A equipe de Dourados apresentou como impasse

interno o “desentendimento entre agentes”, a de Jardim fala de “divergência no modo de atuação dos agentes” e “ciúmes e desejo de poder dos agentes” e Campo Grande diz haver “conflito entre pessoas”. (Relatório da Assembleia dos Agentes da CPT. Arquivo Alfeo Prandel da CPTMS). Não há maiores detalhes a respeito destes conflitos, tão somente a indicação que se tratava de dificuldades interpessoais.

Neste mesmo relatório apresentam-se como aspectos positivos da luta a autonomia e a estruturação que o movimento sem-terra estava ganhando. Ainda a respeito desse processo de autonomia do MST em relação à CPT – e as diferenças entre a ocupação de Santa Idalina e a de Itasul, vejamos as contribuições de Almeida (2006, p. 147):

Porém, a ação que converge para o surgimento do MST/MS, bem como evidencia a sua atuação diferenciada, é a ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema, em 1984. Essa ocupação foi uma das primeiras ações do MST no Estado, porque, antes, o que tínhamos eram as reuniões como a de 1982 que criou a “Comissão Estadual dos Sem-Terra”, em Glória de Dourados. Como nos demais Estados, o MST no Mato Grosso do Sul nasce sob forte influência da CPT/MS, não só no sentido de assessoria, como também de direcionamento, visto que na ocupação da fazenda Santa Idalina prevalece as decisões e as ações da CPT. Situação que começa a mudar a partir deste período no sentido da construção da autonomia do Movimento, que, naquele momento, foi entendida enquanto afastamento em relação a CPT, tendo como referência as decisões balizadas, em 1985, pelo Primeiro Congresso do MST. É, portanto, neste contexto de construção da autonomia do MST que a ocupação da fazenda Itasul, em 1989, foi gestada e conduzida com quase exclusividade pelo Movimento.

Todavia, embora seja fato a decisão da CPTMS de reconhecer e autonomia do MST, especialmente na ocupação da fazenda Itasul, na prática a essa questão da autonomia do Movimento não era uma situação tranquila, mas complexa, como podemos inferir do relatório da equipe da CPT de Dourados datado de 10 de outubro de 1990.

No documento intitulado *Avaliação do Mato Grosso do Sul*, disponível no Arquivo Alfeo Prandel da CPT, podemos ler que: “Em Itaçu houve uma ocupação pelo MST que após dificuldades largou o

acampamento. Agora a CPT acompanha um grupo com experiência de plantio e criação comunitário. Tomates, porco, frango, gado. Isto está suscitando debate e interesse no acampamento”.

A respeito desse abandono do acampamento por parte do MST, Carlos Ferrari, liderança do Movimento a época, traz outra interpretação dos fatos. Para o dirigente não houve um abandono do acampamento. O que aconteceu foi uma ruptura porque um grupo de acampados decidiu deixar o MST e se unir à FETAGRI.

Em 1989 veio uma pessoa do RS para ajudar na militância aqui, né. E logo em seguida se abriu a secretaria do MST em Dourados e foi o primeiro ponto de referência que foi aberto para centralizar as articulações do MST, do Estado, que foi em Dourados a secretaria. E aí continuou o pessoal acompanhando o grupo em Itaquiraí na Itassu. E naquele período já tinha, em vários lugares do Estado, acampamentos articulados pela FETAGRI, que até lá em 84, 85, eles batiam de frente com a gente, com alguns sindicatos que tinha essa postura de fazer a luta pela terra da forma como a gente fez. E eles continuavam com aquele processo do abaixo assinado, negociação, audiência com o INCRA, com o Governo do Estado, aquela coisa neh. E a gente então batendo de frente com relação as ocupações, acampamentos, da uma radicalizada nisso. E daí no caso aqui na Itassu, começou a aparecer então um grupo da FETAGRI, no caso do sindicato apoiando e tal e uma parte dos assentados hoje no Indaiá, 644 famílias, foi do MST e uma outra parte foi da FETAGRI. (Carlos Ferrari, 15/05/2024)

Portanto, o que cabe apreender na história da luta no sul do Mato Grosso do Sul é que houve um grupo de famílias acampadas em Itaquiraí que a CPT prestou assistência e acompanhamento. A diferença de interpretação faz parte do processo histórico e não cabe discutir quem está com a “verdade” em relação ao relato de abandono das famílias nos registros da CPTMS. Interessa-nos trazer a complexidade dos fatos e de forma específica, elucidar a ação dos agentes da CPTMS. Neste caso, o mais importante ficou evidenciado: a CPTMS participou também da luta pela terra na fazenda Itassul, desenvolvendo trabalhos na dimensão social e econômica junto aos acampados.

Dessas primeiras organizações dos povos do campo até os dias de hoje já se vão mais de 40 anos. É possível observar as mudanças na paisagem de diversas regiões, na economia de alguns municípios, mas também através dos dados da estrutura fundiária do Estado. Segundo os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA¹⁴, o primeiro assentamento de Mato Grosso do Sul foi o Projeto de Assentamento (PA) Tamarineiro, datado de 3/7/1984, onde foram assentadas 149 famílias. O último assentamento foi em 2009, no município de Corguinho-MS, PA Liberdade Camponesa, com 48 famílias assentadas.

No período de 25 anos foram realizados 206 Projetos de Assentamentos, sendo assentadas 28.487 famílias, com uma média de quatro pessoas por família, o que representam 113.948 pessoas, em uma área total de 694.370,6721 hectares.

Segundo os dados da Embrapa, o Mato Grosso do Sul possui 35.714.553¹⁵ hectares, assim os assentamentos do Estado não ocupam nem 2% da área total. Do total do estado, 32.217.221 hectares compreendem áreas rurais e destes, 11.738.307 hectares são destinados à preservação, restando 20.478.914 hectares destinados a um total de 73.072 imóveis rurais. Dessa forma, os assentamentos ocupam 3,39% da área destinada para os imóveis rurais e têm 38,98% dos imóveis. Nessa conta não estão inclusos os imóveis dos camponeses tradicionais e nem as áreas destinadas aos povos indígenas.

Se for analisado simplesmente área, o impacto dos 25 anos de processo de reforma agrária no Estado não parece ser tão grande. Porém, quando falamos em quantidade de pessoas assentadas e perspectivas socioeconômicas nos pequenos municípios, o trabalho de organização do povo para a luta por reforma agrária torna-se importante, apontando que a divisão da terra traz diversos benefícios para os municípios. Esses dados nos ajudam a perceber a mudança de uma parte da estrutura fundiária de nosso Estado, porém não é só isso que

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em: 27/09/2023.

¹⁵ Disponível em: <https://www.embrapa.br/car-2021/resultados> Acesso em: 27/09/2023.

muda com o processo de reforma agrária. Há uma mudança muito importante que não se quantifica, mas se qualifica.

No decorrer dos anos, a CPTMS não abandonou a representatividade na luta pela terra, porém viveu essa opção com tensões internas:

[...] nós tivemos situações em que grupos específicos de sem terras, procuraram uma CPT para que a CPT assumisse e organizasse os acampamentos porque não se identificavam com nenhum dos movimentos existentes na época. E aí teve divergências entre os agentes da CPT porque parte dos agentes entendiam que a CPT deveria atender essa solicitação dos trabalhadores e outros achavam que não que tinha que deixar essa tarefa com os movimentos sociais. Então não foi uma discussão tranquila foi tensa, mas acabou, digamos assim, ficando mais por conta das equipes. (Valdevino Santiago, entrevista dada em 24/05/2024)

A decisão de atuar (ou não) na organização dos acampamentos repassada às equipes resultou em diferentes formas de atuação na luta pela terra no interior da CPTMS. Esse é o caso do acampamento e, posteriormente, assentamento Areias, em Nioaque, em 2007, que assentou 81 famílias. Esta luta pela terra foi organizada e acompanhada pela CPT e pela Federação Estadual da Agricultura Familiar (FETAGRI), até a instalação do assentamento. Esta situação foi relatada na entrevista com Valdevino Santiago, agente da CPT de Nioaque:

Sim, foi a CPT que identificou a área como improdutiva e solicitou a vistoria do INCRA que confirmou ser improdutiva e ainda com penhoras junto ao Banco do Brasil. Como a FAF tinha um acampamento na região e não tinha área em vista, a CPT convidou a FAF para levar os acampados para a área, juntamente com outras famílias indicadas pela CPT. A partir daí, o acompanhamento foi conjunto CPT e FAF. Numa certa altura, teve uma divisão interna das famílias e foi preciso dividir em dois grupos e então, cada entidade acompanhou seu grupo, até a implantação do assentamento. (Valdevino Santiago).

As ações e tensões da CPTMS na atualidade

A CPT contribuiu e segue contribuindo com ações importantes para a organização dos pobres no campo, a exemplo das denúncias de trabalho análogo a escravidão e da realização das Romarias da Terra e das Águas, ações que anunciam conquistas, bem como denunciam as opressões sofridas. Está presente também na organização e comercialização da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, com apoio técnico para manejo agroecológico da terra e para a venda dessa produção. Para tanto, tem criado e apoiado a realização de feiras de sementes crioulas, como a histórica Feira de Juti-MS – que veremos com mais detalhes adiante –, feiras para comercialização direta agricultor-consumidor, e contribuiu ainda para a fundação da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL.¹⁶

Sobre a Cresol, ela aparece de forma tímida nos registros da CPT, mas foi uma atividade empreendida pela pastoral com a mobilização da base para que as discussões pudessem ser feitas em relação ao cooperativismo de crédito. E sobre o trabalho da CPT em relação a essa demanda, é importante a fala de Olácio Komori, presidente fundador da Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – APOMS, sócio fundador da CRESOL e, atualmente, coordenador administrativo da APOMS e da Cooperativa de Produção e Comercialização da Rede dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – COOPERAPOMS.

¹⁶ Tudo começou em Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná, em 1995. Àquela época, um grupo de agricultores idealizou uma instituição financeira focada em suas próprias demandas. Ela seria um espaço de diálogo, no qual colaboradores e associados pudessem construir, em conjunto, soluções sólidas para seus desafios. Os trabalhadores rurais precisavam de mais que acesso ao crédito. Eles queriam conta corrente, poupança e talão de cheques. Então, começaram a rascunhar um modelo cooperativo, aprofundando conhecimento e inspirando-se em iniciativas consolidadas em outras regiões. Nascia a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, ou simplesmente Cresol. A primeira cooperativa Cresol abriu as portas em 10 de janeiro de 1996, no município paranaense de Dois Vizinhos. Pouco depois, começou o processo de expansão. Fonte: O que significa Cresol? Saiba mais sobre a nossa história – Blog da Cresol. Acesso em: 25/05/2024.

Eu acho que não só a cresol tá aí mas aqui também foi uma caminhada que a gente empreendeu aí, né? Atrás de um sistema de acesso à crédito um pouco mais adaptado à agricultura familiares a nossa realidade. [...] E no Mato Grosso do Sul o ambiente que a gente foi discutir para poder criar uma massa crítica em relação a ter cresol no Mato Grosso do Sul, foi o ambiente de relações que a APOMS tinha e a CPT é um desses locais, desses locais parceiros. (Olácio Komori, entrevista realizada em 25/05/2024)

Segundo o próprio Olácio, a CRESOL, hoje, virou um simples banco para poder se manter no mercado pois, “as ferramentas constituídas pelos agricultores, elas sempre têm dificuldades de se manter, porque chegou um nível aí que a competitividade é muito grande”. Essa constatação de Olácio sobre a mudança política e econômica da CRESOL no sentido de se aproximar mais das regras gerais de mercado a fim de poder se manter ativa, mais a frente veremos que também será colocada como desafio de sobrevivência para a CPTMS e, novamente, é motivo de tensões internas.

As Romarias constituem um elemento importante na trajetória da CPT no Brasil e não foi diferente no Estado. A primeira Romaria aconteceu na cidade de Dois Irmãos do Buriti, em 24 de julho de 1988, objetivando celebrar as vitórias e conquistas dos povos do campo, mas também denunciar as dificuldades dos acampados que lutavam pela terra, além de apresentar a insatisfação com o que foi definido pelos constituintes em 1988 quanto à reforma agrária, que não atendia os desejos do povo de amplo acesso à terra de trabalho.

Dando sequência às Romarias no MS, foram organizadas mais quatro Estaduais, sendo elas em Itaquirai, Novo Horizonte, Nova Andradina e a última em Três Lagoas em 25 de julho de 2004, denominada Romaria da Terra e das Águas. Aconteceram também três Romarias internacionais, duas entre Brasil e Paraguai (Mundo Novo e Salto del Guaira; Ponta Porã e Pedro Juan Caballero) e uma entre Brasil e Bolívia (Corumbá e Puerto Quijaro), retratada na imagem adiante.



Corumbá: Romaria da Terra Internacional. Fonte: Arquivo pessoal Delari, ex-agente da CPTMS – Corumbá.

Outro grande desafio enfrentado pela CPTMS foi o trabalho análogo à escravidão, uma realidade revoltante em que trabalhadores viviam em condições degradantes de trabalho. No Mato Grosso do Sul, a CPT tem uma longa experiência de dedicação de seus agentes no combate à escravidão contemporânea, em trabalho conjunto com outras instituições religiosas e também órgãos governamentais. Sobre esse trabalho da CPTMS, Vanilton Camacho, agente e advogado, recorda que Padre Alfeu Prandel foi um dos agentes que mais atuou nessa causa. Segue seu relato:

Quando entrei na Comissão Pastoral da Terra no ano de 1999, a CPTMS já desenvolvia esse trabalho de denúncia sobre o trabalho escravo. O foco das denúncias, era muito forte sobre as carvoarias e nas lavouras de cana de açúcar, onde além de todo trabalho análogo ao trabalho escravo, também era usada mão de obra infantil. Destaco que o Trabalho da CPTMS era junto com outras entidades da Sociedade Civil, entre os quais Sindicatos, mas também a participação do Ministério Público do Trabalho, órgãos estaduais, entre outros. Esse

trabalho de combate ao trabalho escravo no Mato Grosso do Sul, serviu de modelo para outros estados sobretudo no âmbito do Ministério Público do Trabalho. (Vanilton Camacho, 22/07/24)

Em meio a estes desafios, destaca-se o trabalho dos fundadores e dos primeiros agentes da CPT, que motivados pela conjuntura eclesial ou social já citada, buscavam uma vida mais digna para aqueles e aquelas que estavam passando por situações de pobreza, expropriados da terra e da possibilidade de manutenção da própria vida. Estes agentes viveram a Teologia da Libertação e foram importantes para a fundação da CPT, com diversas ações que impactam a vida de muitas e muitas pessoas.

Enfim, pensar a luta pela terra no Mato Grosso do Sul é considerar o trabalho de muitos agentes de pastoral, religiosas e religiosos, leigos (católicos e não católicos), de pessoas de boa vontade que se inspiraram nessa luta, apesar de crer diferente ou, até mesmo, de não crer, e que buscam contribuir para o processo de reforma agrária e de vida digna para os camponeses desse Estado.

Educação Popular e do Campo

A CPT desde sua origem preocupou-se com o processo de formação dos agricultores sem terras. A ocupação da Fazenda Santa Idalina foi o marco no processo de organização do povo, não apenas pelo fato da entrada dos agricultores na área da fazenda, mas por ser este processo resultado de muito tempo de reflexão e mobilização das pessoas dos onze municípios envolvidos no processo de ocupação.

A educação pode ocorrer de muitas formas, sendo uma delas a educação crítica, que busca formar um sujeito com consciência de mundo. Nas formações e assembleias realizadas pela CPT sempre há espaço para a análise de conjuntura e o processo de formação, como no II Encontro da Pastoral da Terra no Mato Grosso do Sul, ocorrido entre 9 e 10 de dezembro de 1978 em Glória de Dourados.

No roteiro deste encontro se observa sempre o esquema problematizador próprio da educação crítica, em que há uma pergunta provocativa e na sequência trabalhos em grupo, com reflexão a partir das

respostas e sobre a realidade social, econômica e política, até a fase de retorno para a plenária. É com essa metodologia que se organizou a temática do evento para que no final se produzisse um material voltado a ajudar os participantes a compreender a realidade em que estavam inseridos. Nessa formação especificamente, as temáticas foram a “A terra na Bíblia”, “Um domínio sem exclusão” e “A terra prometida”.

Em 1979 ocorreu o III Encontro; dando continuidade a esta metodologia educativa, nele os temas trabalhados foram: “Estudo sobre o sindicato como órgão de união de classe” e “Estudo sobre defensivos” (Arquivo Alfeo Prandel CPTMS).

A análise deste material sobre os Encontros de formação interna nos permite compreender a força da educação, como ensina Brandão (1981, p. 11): “A educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força”.

Portanto, considerar estes processos não formais contribui para afirmar que o processo de fundação e organização da CPT em si apresenta-se como um processo educativo interno. Posteriormente, a organização das ocupações e dos acampamentos dão sequência ao processo educativo mais amplo.

Em 1985, foi criada pelo Governo do Estado uma Comissão para o Acompanhamento das Ações Governamentais junto aos sem-terra, coordenada pelo Dr. Aparício Rodrigues de Almeida Junior, ex-secretário de Estado e Diretor do TERRASUL, que num lance de ousadia convidou a então professora de História do município de Glória de Dourados, Irmã Olga Manosso (efetiva), para ficar cedida a essa comissão e, mais tarde, à SEAF, com ônus para a Secretaria de Educação (SE). A função dessa professora era assessorar nas questões relacionadas a Educação nos assentamentos de Mato Grosso do Sul. (*A Educação nos Assentamentos de Mato Grosso do Sul*, 1991, Arquivo Alfeo Prandel CPTMS.)

O documento *A Educação nos Assentamentos de Mato Grosso do Sul* tem o tom de prestação de contas do trabalho realizado, sendo datado de 12/3/1991, meses após a carta da CPT Nacional, de

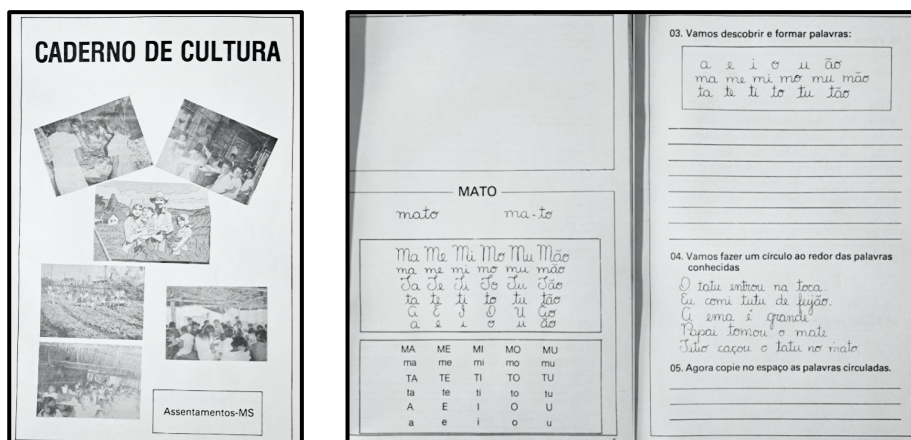
24/12/1990, que pedia o afastamento de irmã Olga e Rosalvo da CPT caso estes continuassem em suas respectivas funções de trabalho na educação estadual e municipal, sob justificativa de que a atuação deles nestes ambientes trazia conflitos para as equipes e para a CPT regional (Arquivo Alfeo Prandel CPT).

As necessidades apontadas após a ocupação da fazenda Santa Idalina, que posteriormente se tornou o Assentamento Novo Horizonte, hoje município de Novo Horizonte do Sul, fizeram com que a questão da educação fosse pauta e ação da CPT. Irmã Olga Manosso relatou em uma das entrevistas que a CPT trabalhou com um caderno de alfabetização elaborado por ela e irmã Gema Panassolo (religiosa pertencente à Congregação das Irmãs de São José de Chamberry e professora); segundo irmã Olga, a irmã Gema “tinha uma letra bonita para fazer o material”.

Na continuidade das pesquisas conversamos com irmã Elsa Lopes Cardoso, religiosa pertencente à Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, professora que, após a demarcação do Assentamento Novo Horizonte, foi com mais duas irmãs viver no local. Irmã Elsa, professora de formação foi atuar como tal, sendo contratada pela então prefeitura de Ivinhema. O trabalho era precário, pois no início não havia nenhum material didático ou estrutura nas escolas do assentamento. Irmã Elsa ajudou também na alfabetização de adultos com o caderno citado por irmã Olga.

Irmã Elsa relatou ainda que a CPT elaborava folhas de leitura, seguindo a metodologia de Paulo Freire. Irmã Gema escrevia a letra A e depois fazia desenhos de coisas que começavam coma letra A, como uma abóbora. Segundo irmã Elsa, assim era mais fácil para os adultos fazerem as relações necessárias. Essas folhas eram enviadas para os facilitadores que, de tempos em tempos, reuniam os agricultores para exercitar as diversas palavras derivadas da letra. Depois eram motivados a buscar palavras em jornais e revistas para fazer colagem ou cartaz, e podiam também levar as folhas para casa para realizar outras atividades.

Seguem alguns exemplos das folhas – transformadas em livro, denominado *Caderno de Cultura*, em 1989.



Caderno de cultura. Fonte: Arquivo Alfeo Prandel CPTMS.

Essa foi uma primeira iniciativa educacional, após a formação dos primeiros acampamentos na década de 1980. “E assim muitos foram alfabetizados, tudo ali no acampamento, sem escola, sem nada, eram nos barracos mesmo. Irmã Gema Panazzolo contribuiu muito nisso, ela tinha uma facilidade nos desenhos” (Irmã Elsa).

Em síntese, com a criação dos acampamentos e assentamentos aparecem muitas outras demandas, a exemplo da educação. Como apontado, as iniciativas de alfabetização de adultos começavam já nos acampamentos de sem terra.

Educação Popular nos assentamentos.

Desde o ano de 1986, quando na região de Dourados havia 10 acampamentos, em conversa com lideranças dos acampados, levantaram entre outros problemas, a grande quantidade de crianças que passavam o dia todo no acampamento sem ocupação. Surgiu a ideia de organizar grupos de crianças que pudessem passar horas do dia reunidas, estudando. Os pais saíram a procura de pessoas do acampamento que se dispusessem a prestar esse serviço de uma forma voluntária e isso foi conseguido. Com a assessoria da Escola Fé e Alegria de Cuiabá. Os assessores trabalharam com os monitores voluntários. Iniciou-se pela questão de alfabetização, usando o método Paulo Freire, tanto para crianças como para adultos. (Arquivo Alfeo Prandel da CPTMS)

Portanto, a demanda por educação era crescente, sendo preciso escolas para essas crianças. A CPT e os assentados conquistaram junto às prefeituras o processo de criação das escolas no campo. Contudo, segundo irmã Olga, começaram a aparecer desafios de várias ordens. Um deles era a formação dos professores, pois aqueles que se despontavam na comunidade eram sempre leigos e não conseguiam fazer concursos, assim não podiam ser contratados. Foi então que a CPT buscou assessoria e experiências de outras regiões, iniciando o processo de formação de professores.

E quando começou esses assentamentos nos deparamos, como CPT, na questão da educação. Por causa que nos assentamentos os professores não tinham magistério. E aí não podiam também fazer curso. Conforme entravam o prefeito que era favorável continuava, entrava um que eles julgavam que não tinha, que não estavam a favor dele ou na campanha, aí ele demitia esses professores. E aí foi quando como CPT como estamos a pensar como trabalhar na formação desses professores leigos dos assentamentos. E aí a CPT deu apoio, a gente fez contato com Pelotas, que a Universidade de lá trabalhava formando professores leigos das fazendas, das áreas de campo, lá por perto de Pelotas, Rio Grande. Aí copiamos. (Irmã Olga, 8/11/2022)

Percebemos a forte influência da política partidária no processo de escolha dos professores e a preocupação da CPT em fazer com que essa influência não prejudicasse os estudantes e nem os professores. A CPT trouxe para o Estado a experiência da formação de professores dos assentamentos realizada pela Universidade de Pelotas. Contudo, outro fator era preponderante para que esse processo desse certo, o recurso financeiro.

Começamos então a buscar os recursos e a CPT, na época Associação Católica também buscar recursos para a formação desses professores leigos dos assentamentos da reforma agrária, lá pelo ano 85, 86 se começou o curso de magistério, em forma de alternância. Tivemos, coordenamos como CPT, três turmas e uma quarta foi uma parceria com o MST. A primeira turma de formação de professores foi em parceria com a Associação de Educação Católica, na escola.... esqueci o

nome, que cedeu o certificado. Depois foi diretamente com a Escola Família Agrícola e se fez parceria para fornecer o certificado da segunda terceira turma foi realizada, encaminhado, pela Escola Família Agrícola/COAMS localizada em Campo Grande.

E junto, então, sim aí se buscou professores que se conhecia e se convidou, e o Estado cedia professores ou convocavam como os concursados e ele cedia por esse trabalho, e os convocados ele pagava para poder trabalhar nesse magistério de férias. Agora estão de alimentação e infraestrutura era por parte vai ser e depois a Comissão Pastoral da Terra. E a última turma de formação foi em parceria com MST que foi lá em Sidrolândia naquele Centro de Estudos que o MST mantém ainda hoje. (Irmã Olga, 8/11/2022)

Se para a educação em geral a situação não é fácil no país, pior ainda para a educação do campo. Naquele período, não se tratava de apenas garantir a formação para os professores, era preciso transportar, alojar e alimentar esses professores, era preciso exigir que o Estado fizesse sua parte também. Percebemos que não foi uma luta simples e fácil, foi um pioneirismo muito importante para chegar até a atualidade.

A luta pela educação seguia e em meados dos anos 1990 a preocupação passou a ser também com a assistência técnica, que não conseguia compreender, muito menos atender de forma compromissada, a demanda dos assentados. Segundo irmã Olga, havia também a preocupação com a juventude que começava se formar nos assentamentos e que, por vezes, não tinha motivações para continuar no campo, pois por uma série de fatores empurra os jovens para viver a ilusão da vida na cidade.

Na época em questão, essa preocupação levou a irmã Olga até o Estado do Espírito Santo para conhecer mais sobre as Escolas Famílias Agrícolas. Num segundo momento, um grupo formado por agentes da CPT e do Centro Organizacional e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul (COAAMS) vai até lá e mergulha no processo de educação adotado pela escola.

O conhecimento e troca de experiência sobre a educação em alternância realiza-se com uma viagem de três militantes à EFA Olivânia no Espírito Santo (1 diretores da COAAMS – Daniel da Silva e 2 Agente

da CPT – Ivan de Oliveira e Valdivino Santiago). Quando realizaram entrevistas que foram gravadas com professores, diretoria, alunos e pais. Conheceram a metodologia, trouxeram modelos de currículo e projeto político e pedagógico. A aproximação permitiu aos demais colaboradores da COAAMS e CPT que a metodologia poderia ser introduzida no MS. (ASSUNÇÃO, 2021, p. 206)

Após essa viagem, um grupo inicia o estudo de uma proposta para o que se tornou a Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues, a primeira escola família agrícola de Mato Grosso do Sul, fundada em 18 de maio de 1995. A proposta do presente trabalho não é versar sobre a metodologia da Escola ou fazer um histórico da mesma, porém queremos apontar a Escola como uma ação concreta do apoio da CPTMS no processo de construção da educação do campo no Estado.

A CPT seguiu apoiando as iniciativas de organização da educação do campo e foi uma das instituições que lutou nesse processo de conquistas perante o Estado, fundando e participando do Comitê de Educação do Campo, da Secretaria de Estado de Educação, buscando formular e articular políticas voltadas para o Campo.

A pastoral também esteve junto de outra luta, tendo à frente irmã Olga entre aqueles que pensaram um curso em nível superior para camponeses no Mato Grosso do Sul, a exemplo de outros cursos em diversas regiões do país, via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Congregando vários parceiros, movimentos do campo e a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), organizou-se o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, que aconteceu entre 2008 e 2012. O curso de graduação abriu 60 vagas para assentados, com seleção a partir de critérios avaliados em entrevistas. Esta turma formou 56 professores em nível superior. Destes, até o momento, cerca de 10 são mestres ou mestrandos e dois já são doutores.

As iniciativas no âmbito da Educação da CPTMS foram assumidas pela Secretaria de Estado de Educação, e a pastoral contava com dois agentes liberados pelo Estado para desenvolver o trabalho no campo da educação: irmãs Olga e Rosalvo. Mesmo que a liberação dos dois agentes tivesse gerado conflitos na CPTMS, a contribuição

educacional que eles deixaram foi importante. Ainda hoje a CPTMS faz parte do Conselho de Estadual de Educação, atualmente representada por Valdevino Santiago.

Agroecologia: princípios e práticas

Desde o início a CPTMS desenvolveu trabalhos tratando da relação do homem com a natureza para produção de alimentos, todavia sem mencionar diretamente o termo agroecologia ou apresentar a complexidade que o conceito possui na atualidade.

No II Encontro da CPT, ocorrido em dezembro de 1978, há registros da necessidade de formar um grupo para estudar os chamados defensivos agrícolas. No III Encontro, realizado em junho de 1979, o uso dos defensivos agrícolas foi pauta e tema de estudo. “Os participantes do encontro de dezembro da CPT, pediram para que fosse feito esse estudo. O agrônomo Ossir Gorenstein, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, conduziu esse estudo” (Arquivo Alfeo Prandel CPTMS).

Dentre as reflexões feitas nos grupos de trabalho, destacamos:

Orientar quanto a aplicação de defensivos, só deverá ser feito quando necessário; Estudar com os lavradores como evitar o plantio de lavouras que usam muito veneno; Incentivar o uso da rotação de culturas e; Lutar em conjunto com outros sindicatos para a criação de uma legislação que: a) proíba a aplicação de inseticidas por vias aéreas; b) que estabeleça penalidades para aqueles que prejudicam a saúde pública com a aplicação dos defensivos; c) que proíba a venda de produtos tóxicos já proibidos em outros países. (Arquivo Alfeo Prandel CPTMS)

É possível entender que o tema da agroecologia apareceu nos Encontros da CPTMS pela pauta de luta contra os agrotóxicos (chamados de defensivos agrícolas nessa época). Obviamente, não era uma reflexão aprofundada de agroecologia como conhecemos hoje, mas já era uma abertura e sensibilidade sobre um tema que, posteriormente, se tornaria importante para a Pastoral e para o Brasil, inclusive sendo parte de uma conquista, a mudança da denominação de defensivos agrícolas para agrotóxicos.

Somente nesses dois encontros citados aparecem esses temas mais ambientais, nas assembleias seguintes a temática está fortemente voltada ao fortalecimento do trabalho sindical e da luta pela terra.

Segundo Kudlavicz (2021), ao final da década de 1980 e início da década de 1990, aparecem nos documentos da CPT a expressão *agricultura alternativa* e, posteriormente, ainda muito timidamente o termo *agroecologia*. O autor relata também que em 1996 a CPT regional faz um trabalho de formação para conhecimento da agricultura alternativa em oposição à agricultura convencional e de mercado. Todo esse caminho é uma construção e são acontecimentos concomitantes, tanto o processo de organização dos camponeses para a luta pela terra como a formação da agroecologia no país, ambos com participação da CPT.

O debate nacional acerca da agroecologia ocorre nos anos de 1980, quando os estudos feitos fora do Brasil começam a dar unidade aos estilos alternativos de fazer agricultura, agora conhecidos como Agroecologia.

No Brasil, o movimento ecológico nasceu a partir do debate internacional, portanto, fora do contexto da agricultura. A incorporação de questões nacionais ao debate e a criação de um sentimento nacional de conservação da natureza foram produtos iniciais do movimento. A agricultura não sofria críticas mais severas desde o ponto de vista ecológico (CANUTO, 1998). Todavia, os impactos ecológicos da agricultura moderna contribuíram para modificar esse panorama, vinculando o movimento ecológico à agricultura. (MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA, 2006, p. 33)

Quando esse debate nacional sobre ecologia começou a fazer parte da agricultura, primeiro com o nome de agricultura alternativa, o tema da agroecologia começou a ser tratado nos estudos dos agentes da CPT e dos camponeses. A década de 1990 é um marco importante neste sentido para a CPT, que passou a dar apoio e aportar conhecimentos sobre a agroecologia.

Uma destas experiências de resgate de saberes camponeses foi desenvolvida por um grupo de jovens da Pastoral da Juventude Rural (PJR), de Ivinhema, que receberam assessoria da CPT/MS.

Esta experiência foi desenvolvida no período de 1995 a 1998, com plantio de mandioca, milho e de uva no sistema de cultivo orgânico, além da criação de galinhas. (KUDLAVICZ, 2021, p. 5)

Essa e outras experiências do grupo da PJR foram compiladas para produção de uma fita de vídeo cassete, produzida pela CPT Dourados, em 2004, intitulado *Técnicas Agroecológicas*, para ser utilizada no processo de formação dos camponeses (Idem, p. 6):

A primeira iniciativa da CPT de forma mais orgânica na direção do debate agricultura e ecologia irá ocorrer com a publicação e divulgação juntos aos agricultores e agricultoras da cartilha: “Produção de Subsistência Familiar. Agricultura Ecológica”, em 2002. Esta cartilha foi distribuída para todos os grupos e comunidades de agricultores familiares acompanhados pela CPT.

Após a elaboração desta cartilha, a CPTMS desenvolveu, em parceria com agentes dos estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro, um grande projeto, intitulado: “Fortalecimento socioeconômico, ambiental e organizativo, de comunidades rurais”. Este projeto abriu caminhos para outras iniciativas como feiras, intercâmbios, fomento de produção, produção de materiais impressos. (Idem).

A partir desta motivação e atividades de intercâmbios, a CPT promoveu uma visita a uma feira de sementes crioulas em Anchieta, no Estado de Santa Catarina, no ano de 2004. No ano seguinte os agentes da CPT de Juti, pertencentes à equipe de Dourados, Lucinda Moretti e Wagner José da Rosa, aceitaram o desafio e organizaram a Feira de Juti-MS.

A primeira Feira ocorreu no ano de 2005, no dia 28 de julho, na quadra de esportes da Escola Municipal Doraci de Freitas Fernandes, em Juti, sob o nome de 1ª Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos. Tratou-se de uma edição tímida, utilizando as carteiras da escola como mesa e, segundo o site de divulgação do evento, contou com a participação de cerca de 250 pessoas. (MARTINS, 2020, p. 50)

A Feira de Juti foi ganhando contornos diferentes conforme o tempo. Outros sujeitos e entidades começam a chegar, dando corpo a

esse trabalho. O quadro adiante indica o movimento de mudança ocorrido com a Feira com o passar dos anos.

Tabela 4 – Juti: Feira de Sementes Nativas e Crioulas e Produtos Agroecológicos de Juti

Ed.	Ano	Tema
1	2005	Feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos
2	2006	Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos
3	2007	Feira Estadual das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos
4	2008	Feira Estadual das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos de Juti MS
5	2009	Feira Estadual das Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos de Juti MS
6	2010	Feira Estadual das Sementes Crioulas e Produtos Agroecológicos
7	2011	Feira Estadual das Sementes Crioulas e Produtos Agroecológicos
8	2012	Feira de Sementes Nativas Crioulas e de Produtos Agroecológicos
9	2013	Feira de Sementes Nativas Crioulas e de Produtos Agroecológicos
10	2014	Feira de Sementes Nativas Crioulas e de Produtos Agroecológicos
11	2015	Feira de Sementes Nativas Crioulas e de Produtos Agroecológicos
12	2016	Feira de Sementes Nativas Crioulas e de Produtos Agroecológicos
13	2017	Feira de Sementes Nativas Crioulas e de Produtos Agroecológicos
14	2018	Feira de Sementes Nativas Crioulas e de Produtos Agroecológicos de Juti
15	2019	Feira de Sementes Nativas Crioulas e de Produtos Agroecológicos de Juti
16	2022	Feira de Sementes Nativas Crioulas e de Produtos Agroecológicos de Juti
17	2023	Feira de Sementes Nativas Crioulas e de Produtos Agroecológicos de Juti

Os termos que não desaparecem de cada edição deste evento são “feira”, “sementes”, “crioulas” e “produtos”, evidenciando que existe uma sequência no trabalho como uma base imutável, indicando a

essência da Feira. Os termos “orgânicos” e “agroecológicos” estão contidos em todas as edições, sendo que até a 5ª edição se utilizava o termo “orgânicos” e, depois, “agroecológicos”. Essa mudança ocorreu depois de que a organização passou a conceituar melhor os termos e percebeu que vários dos produtos estavam mais próximos do conceito de “agroecológico”, e que de certa forma esse termo poderia melhor representar a Feira. E conforme Leila, uma das organizadoras da Feira, ampliar a participação. “Nem todas os municípios e nem todos tinham como trazer só produtor orgânico e a gente queria pegar o máximo de pessoas, beneficiar o máximo de pessoas” (Leila, 25/05/2024)

A feira vai se qualificando e, ao mesmo tempo, formando os envolvidos, conforme recorda Olácio Komori: “Eu participei da primeira iniciativa da Feira lá em Juti com irmã Lucinda. É, a gente também estava iniciando essa questão da APOMS [...] A importância das sementes crioulas foi uma construção conjunta do nosso aprendizado” (Olácio Komori, 25/05/2024).

Após a 3ª edição há uma iniciativa, de parte do grupo, de levar a Feira para outras cidades do Estado. Mas a Feira de Juti seguiu nesta cidade e este enraizamento era parte da sua resistência. Um dos fatores para manter a Feira em Juti foi a percepção dos organizadores de que havia “a tentativa de fazer da Feira palanque político por parte dos representantes de diferentes partidos políticos, o que também não agradou a comissão organizadora, visto que esse aspecto se sobrepuja à finalidade primeira da Feira” (MARTINS, 2020, p. 60).

O nome do município aparece na 3ª e 4ª edições, indicando a intencionalidade de marcar o lugar da Feira. Em outras edições o nome do município aparece quando a prefeitura de Juti começa a ter um envolvimento mais direto e a Feira se torna parte do calendário municipal, conforme relata Leita: “E aí eu já até lembro de uma fala, eu não lembro de quem que foi na época, que a Feira de Juti era mais importante fora do município do que no município mesmo” (Leila, 25/05/2024).

A expressão “nativas”, referente às sementes, entra no nome da Feira no mesmo ano em que acontece o 1º Seminário sobre Uso e Conservação do Cerrado, sendo inserido na Feira pelos colaboradores da UFGD como forma de conseguir recursos para fomentar a Feira: “esse

seminário, ele vem somar junto com a Feira para facilitar no caso. Eles precisavam no espaço fazer um seminário e a gente tinha as pessoas ali então veio somar e deu certo” (Leila, 25/05/2024).

Como pudemos perceber as mudanças acontecem e os reflexos se percebem em outros aspectos, como são os cartazes, os tipos e quantidades de oficinas, os parceiros,¹⁷ essas mudanças apresentam-se como estratégia de permanência e continuidade. Em 2024, não foi possível a realização da Feira. Contudo, no ano de 2025 ocorreu a 18ª edição, ocasião em que se celebrou os 20 anos de fundação desse evento, que se consolidou como referência e espaço de encontro para todos aqueles e aquelas que desenvolvem trabalhos com a agricultura camponesa e a agroecologia.

A diversidade de sementes, parceiros, representações, atividades, sempre foi a tônica da Feira de Sementes de Juti, em consonância com os princípios da agroecologia.



Cartaz da 18ª Feira de Juti.

¹⁷ Para conhecer um pouco mais sobre o início e a trajetória da Feira vale conhecer a dissertação de mestrado de Adriano Martins, intitulada *Estudo sobre a feira de sementes nativas e crioulas de Juti, em Mato Grosso do Sul*, que pode ser obtida pelo link: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/3852>

Ademais, como ciência integradora a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. (CAPORAL, 2009, p. 68)

A experiência da Feira de Juti animou outras equipes da CPT a realizar suas feiras locais e/ou regionais, como no assentamento Itamaraty em Ponta Porã, Três Lagoas e região e Casa Verde em Nova Andradina. Neste sentido, concordamos com Kudlavicz (2021, p. 11) quando afirma:

as Feiras de Sementes Crioulas se tornaram importante meio de propagação do saber popular camponês, dos valores agroecológicos, espaço de troca de sementes e, sobretudo, de fortalecimento da agricultura camponesa, visto que as sementes crioulas se constituem numa forma de resistência, garantindo a autonomia camponesa frente à imposição do modelo de agricultura considerado “moderno”, centrado no valor de troca, contribuindo, dessa forma, para a soberania alimentar.

Conforme exposto acima, a primeira Feira de Sementes Crioulas aconteceu em 2005, um ano após a última Romaria. Fato que nos leva a questionar se as Feiras seriam as novas Romarias?

Outro exemplo exitoso de trabalho na agroecologia é o realizado por Rosangela Pedrosa, agente de pastoral da CPTMS desde o ano 2000. Residente no município de Ivinhema, esta agente camponesa tem sido uma das pessoas mais dedicadas à temática da agroecologia. No ano de 2006, Rosangela foi para o Paraná fazer curso superior de Tecnologia em Agroecologia, promovido pela Via Campesina em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), campus Lapa, no município de Campo Largo, hoje Instituto Federal do Paraná (IFPR). Além do curso, Rosangela, suas irmãs e sua mãe vivem na Chácara 4R, em Ivinhema, onde desenvolvem agroecologia.

Um dos meus objetivos ao concluir o curso foi permanecer no sítio e aplicar os conhecimentos adquiridos no sistema de produção e

desempenhar o processo de acompanhamento da produção para melhorar práticas de manejo, aumentar a produção e a renda familiar. Atualmente temos nossa produção diversificada, agroecológica e orgânica. [...] Na produção agroecológica os animais e aves são fundamentais fornecem o leite, carne, ovos e seus derivados para alimentação familiar e colaboram para melhorar a fertilidade do sistema. A pequena criação de peixes espécie tilápia é para o consumo e lazer familiar. O cultivo de 300 pés de café é para o consumo e o excedente é comercializado direto ao consumidor torrado e moído. Como cultivo principal temos 1.000 pés de urucum corante natural a produção maior é comercializada in natura e outra pequena parte é transformado em colorau e comercializado de forma direta. Na agroecologia um dos princípios fundamentais é produzir para o consumo familiar, aproveitar o que se produz no agroecossistema e agregar valor à produção para melhorar a renda familiar. A agroecologia para mim é um modo de vida em que tudo está interligado, as pessoas, os animais, as plantas e as forças da natureza. E um não vive sem o outro, por isso a necessidade de enriquecer a cada dia o sistema com coisas novas. Novas plantas, novas flores, novos animais, novos pássaros, novas relações entre as pessoas e o meio ambiente. (Rosângela Pedrosa, 28/9/23)

O sítio 4R é frequentemente visitado por produtores orgânicos, agroecológicos ou em transição agroecológica. A família foi matéria de documentário,¹⁸ tanto pela produção orgânica e agroecológica como pelo trabalho dessas cinco camponesas na organização da propriedade. Assim como Rosângela e sua família, a CPTMS tem apoiado outras famílias camponesas que se interessam pela agroecologia em diversas regiões onde as equipes desenvolvem seus trabalhos. Portanto, uma prática em consonância com os princípios maiores da agroecologia.

Só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como

¹⁸ O canal do YouTube Simplão de Tudo realizou documentário sobre a vida das irmãs Pedrosa. O vídeo foi publicado no canal em 6/4/2024, e pode ser acessado pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=r9tgLw92egU>

uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. (ALTIERI, 2004, p. 21)

Impasses e desafios da CPTMS no contexto sul-matogrossense de expansão do agronegócio

O caderno de conflitos 2023 da CPT traz um artigo que sintetiza bem a situação atual do campo no Brasil ao apontar o processo de contrarreforma agrária. Este processo acontece: “quando a política agrária fortalece o latifúndio e os agentes hegemônicos no campo, aumentando a concentração da terra, ampliando a expropriação de camponeses, indígenas, quilombolas e populações tradicionais e intensificando a destruição da natureza” (ALENTEJANO *et al.*, 2024, p. 24).

Como já afirmamos nesta pesquisa, o Estado do Mato Grosso do Sul nasce com estrutura fundiária concentrada, sendo o latifúndio o seu modelo agrário. Esta situação pouco mudou na atualidade, uma vez que o agronegócio segue apoiado na terra concentrada e nos governos. Não é só no Mato Grosso do Sul que a situação tem sido difícil para a reforma agrária, mas é a realidade em todo o país.

A hegemonia do agronegócio e da mineração, por sua vez, se concretiza: (1) no avanço da produção e exportação de commodities; (2) no fortalecimento político de suas organizações e representações; (3) na difusão cada vez mais ampla de sua ideologia; (4) na implementação de políticas, financiamentos e legislações voltadas ao favorecimento desses setores. (Ibid.)

A combinação da contrarreforma agrária com a hegemonia do agronegócio é a principal causa dos conflitos no campo nos últimos anos. É neste cenário atual de avanço do agronegócio que o trabalho da CPT está inserido. Logo, um dos maiores desafios da pastoral é fazer o que o Estado deveria, mas não faz: propor alternativas para que o camponês não sucumba, apoiando as iniciativas e contribuindo com o processo de formação dos camponeses. Segundo Alentejano *et al.* (2024), a concentração fundiária e grilagem de terras, o abandono das políticas de redistribuição e reconhecimento de terras e o desmonte das políticas

públicas para o campo são as principais ações que fortalecem a contrarreforma agrária em curso no país. O avanço da contrarreforma e, por consequência, o fortalecimento do agronegócio é também um dos maiores desafios da CPT no Mato Grosso do Sul, situação amplamente pautada pelos agentes quando perguntados quais seriam os maiores desafios da pastoral na atualidade. Parece que vivemos a era da hegemonia do agronegócio, assim como foram os anos de 1960 para o latifúndio, todavia, contraditoriamente, é também o século da fome crescente e das mudanças climáticas.

Para os agentes da CPTMS existem outras situações que enfraquecem, dificultam ou desafiam o trabalho da pastoral. Alguns impasses são de ordem interna, como a falta de agentes de pastoral voluntários, com disponibilidade de tempo, e de agentes liberados para trabalhar, bem como a necessidade da manutenção da pastoralidade, da formação bíblica para aqueles que querem fazer parte da CPT e, sobretudo, do autossustento. Segundo Valdevino, agente da CPTMS: “nós até temos um bom número de agentes voluntários na CPT Regional, mais de 30 pessoas, no entanto quando você dimensiona qual que é a disponibilidade de tempo que nossos agentes voluntários têm para atuar isso é muito restrito” (Valdevino Santiago, 24/5/2024).

Essa questão do autossustento ou autofinanciamento da pastoral é assunto de amplos debates porque reflete mudanças de escala internacional, pois as instituições que apoiavam e que apoiam a CPT passaram a financiar projetos que dão preferência para o desenvolvimento das comunidades ou, então, na área de produção de alimentos.

Cada vez mais, as entidades que apoiam a CPT, elas têm priorizado o apoio a projetos de desenvolvimento ou projetos produtivos. E isso tem sido uma constante de um grande desafio para CPT e que tem sérias tensões, porque parte dos agentes entendem que isso não é papel da CPT, de promover e apoiar a produção de alimentos. Embora, a gente sempre defendeu a agroecologia, a produção agroecológica, mas mais como uma pauta política e não como uma questão prática de acompanhamento de até às vezes de assistência técnica, né? Mas os projetos têm exigido isso. (Valdevino Santiago, 24/5/2024)

A partir destas dificuldades, e mesmo que se tenha tentado fazer um trabalho mais político, os projetos que foram e estão sendo apoiados acabaram ficando mais na área técnica e produtiva e isso tem causado desgastes entre os agentes, pois alguns não concordam com essa forma de atuação, uma vez que a necessidade de resultados técnicos tomou o lugar do trabalho de formação política.

Escrito em 2008, e executado entre 2010 e 2011, a CPTMS desenvolveu com a Petrobrás o seu primeiro projeto com esse cunho mais técnico. O projeto, denominado “Fortalecimento da agricultura familiar de Mato Grosso do Sul, acompanhados pela Comissão Pastoral – CPT/MS” teve como foco a geração de renda, tendo como objetivo principal:

[...] contribuir para o aumento e diversificação das linhas produção, acesso aos meios de transformação e articulação no comércio dos derivados da cana-de-açúcar (açúcar mascavo, melado e rapadura), pequi, polpa de abacaxi e plantas medicinais desidratadas, com ênfase na produção agroecológica. (Arquivo Alfeo Prandel CPTMS)

O Projeto Petrobrás aconteceu em quase todas as regiões onde a CPTMS tinha equipes, ou seja, Sul, Leste e Sudoeste. Somente a região de Corumbá não teve ações desenvolvidas. As ações deste projeto chegaram até os municípios de Mundo Novo, Japorã, Eldorado, Itaquiraí, Juti, Dourados, Bataguassu, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã, Três Lagoas Anastácio e Nioaque, atingindo diretamente 400 pessoas e indiretamente 2.000. O total dos recursos aportados pelo projeto foi de R\$ 590.000,00, em um ano de execução. A partir da visita das gestoras da Petrobrás foi aventada a proposta de continuação do Projeto, contudo, uma mudança na gestão impossibilitou a sua continuidade.

Em relação a esta realidade atual, em que a CPTMS direciona suas atividades a partir de um vínculo mais técnico voltado a captar recursos e gerar resultados, vejamos o que diz o agente da CPTMS Valdevino:

Eu pessoalmente entendo que, e a gente tem feito nos últimos anos, um esforço de casar as duas coisas, né, fazer isso e, ao mesmo tempo,

trabalhar a pastoralidade, né? Claro que não tem sido fácil, porque quando você faz um contrato com uma entidade que você tem uma série de atividades, metas, objetivos e indicadores a cumprir, você fica bastante focado nisso. Com a redução do número de agentes, liberados ou contratados, então acaba ficando difícil conciliar. Se nós tivéssemos um número maior de agentes com disponibilidades de tempo para atuar mais no aspecto pastoral, acho que a gente não teria talvez esse problema. O problema é que o dia a dia da CPT fica muito restrito a quem é liberado e quem é liberado antes de mais nada tem que cumprir os contratos, né? [...] esse têm sido um desafio, que tem gerado discussões acaloradas, às vezes, até tensionamentos, mas que é dessa nova realidade que nós vivemos por conta principalmente do financiamento do trabalho da CPT. (Valdevino Santiago, 24/5/2024)

Dando prosseguimento a esta reflexão sobre a busca de financiamento por parte da CPT, Valdevino explica o funcionamento do projeto da Misereor:¹⁹

[...] tem como foco principal a produção agroecológica em territórios indígenas em áreas de retomadas e também em assentamentos. Mas também agrega, e a gente fez um esforço de colocar nesse projeto, as principais atividades que já são do dia a dia da CPT como a campanha contra o trabalho escravo, o registro dos conflitos no campo, a articulação do Cerrado, a proteção de nascente, a campanha contra os agrotóxicos entre outras. [...] Inclusive as próprias assembleias, as reuniões do Conselho, a gente coloca no projeto. No entanto nessas atividades, gente tem que tratar do projeto, é uma exigência de miserior, né? Por exemplo, uma assembleia anual da CPT, a gente faz avaliação do projeto, a gente presta conta para os representantes das comunidades que participam do andamento do projeto, do recurso que foi utilizado, da perspectiva de continuidade, de avaliação que eles fazem, né? Então você coloca, no caso, a assembleia da CPT dentro dessa

¹⁹ Misereor é a Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Há mais de 60 anos, Misereor está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de Misereor dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo. <https://www.misereor.org/pt> Acesso em: 26/05/2024.

perspectiva ela passa a fazer parte do projeto, então a gente consegue casar a maioria das atividades. (Valdevino Santiago, 24/05/2024)

Importante registrar que, apesar do posicionamento público ao lado dos indígenas e das preocupações humanitárias, a CPT não trabalhou diretamente com essa temática indígena, ou seja, ela não aparece em suas intervenções práticas e nos registros, pois se entendia como um trabalho já realizado pelo CIMI.

Todavia, nas últimas assembleias o tema indígena se tornou recorrente, pois há na pastoral um projeto financiado por Misereor. Consequentemente, o trabalho da CPT agora é também presente entre os indígenas Guarani Kaiowá, desde 2018. Este projeto que, não é exclusivo com os indígenas, está na 3ª renovação com previsão até 2027, intitulado: “Tembiu Porã III – Produção de Alimentos Saudáveis em ambientes de Reforma Agrária e de Retomadas de Terras Indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul”. Este trabalho é direcionado para a produção de alimentos, sementes crioulas e atividades de formação na área de produção e “tem como foco principal a produção agroecológica em territórios indígenas em áreas de retomadas e também em assentamentos” (Valdevino Santiago, 24/5/2024). Porém, como veremos no próximo item este projeto é parte das ações de necessárias ao financiamento da CPT.



Rio Brillhante: Oficina de agroecologia Retomada Laranjeira Handeru 1. Arquivo pessoal Valdevino Santiago.



Douradina: Visita técnica Retomada Tajassu Ygua. Arquivo pessoal Valdevino Santiago.

Além do projeto com Misereor cabe também destacar o segundo projeto que a CPT está iniciando com recursos financeiros próprios, em consonância com suas pautas de trabalho, tendo o CIMI como parceria local, o Projeto Ampliar. Este projeto foi proposto pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, junto ao Departamento de Trabalho do Governo dos Estados Unidos e será executado entre fevereiro de 2024 e abril de 2026. Este projeto está vinculado à Campanha Nacional “De olho aberto para não virar escravo”, que é a parceira implementadora juntamente com a CPTMS e o CIMI.

Vejamos um o resumo do projeto:

O objetivo da campanha com o projeto é expandir sua atuação no Mato Grosso do Sul, fortalecendo o trabalho de dois parceiros que atuam junto a comunidades camponesas, indígenas e de trabalhadores rurais no Mato Grosso do Sul no enfrentamento a violações trabalhistas e trabalho escravo na cadeia produtiva da pecuária: as regionais da Comissão Pastoral da Terra (CPTMS) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMIMS) no estado. (Arquivo Alfeo Prandel CPTMS)

Ao que indica, esses projetos tornaram-se uma estratégia de manutenção econômica da pastoral, de sobrevivência, e talvez nessa estratégia resida a explicação da CPTMS ter assumido de forma mais

efetiva o trabalho junto aos indígenas, embora no passado essa não fosse uma temática hegemônica de atuação. Ainda segundo Valdevino, a CPT se vê cada vez mais a margem da Igreja e cada vez mais leiga: “com o fechamento da igreja, e a falta de apoio, principalmente das dioceses, e também a falta de renovação de religiosos, de novas religiosas estarem assumindo” (Valdevino Santiago, 24/5/2024).

Outra boa parte dos desafios vem de fora e não depende exclusivamente do trabalho da CPT, a exemplo do êxodo rural, em especial de jovens e, por consequência, o envelhecimento dos camponeses. A possível crise da recriação camponesa é mais um ponto de fortalecimento do agronegócio, enfim, da monocultura e dos agrotóxicos.

Entre os dias 13 e 14 de abril de 2024 aconteceu a Assembleia Regional da Comissão Pastora da Terra no Mato Grosso do Sul. A assembleia foi realizada em Rio Brilhante, na Escola Família Agrícola Rosalvo Rocha Rodrigues. Segundo a página do Instagram da CPTMS, lideranças camponesas, indígenas, agentes e parceiros estiveram reunidos para debater a conjuntura dos desafios do campo no Mato Grosso do Sul, confraternizar, celebrar a caminhada e, ao final, eleger a nova coordenação regional.

Um resumo da assembleia encontramos no site da CPTMS e transcrevemos a seguir:

[...] além do debate sobre a situação agrária no MS e no país, agentes e equipes da CPT apresentaram os projetos e ações da Pastoral que foram realizados no último triênio e que estão planejados para o próximo. Um dos destaques da apresentação foi a partilha dos resultados do projeto “Tembiu Porã”, que na língua Guarani significa “boa alimentação”, que beneficiou mais de 300 famílias camponesas e indígenas nos últimos três anos. “O projeto colaborou com a implementação de sistemas agroflorestais (SAF), práticas de apicultura e roças que contribuíram para a garantia da soberania alimentar e geração de renda nos territórios, totalizando a produção de mais de 300 toneladas de alimentos no último triênio”, explica Valdevino Santiago, um dos coordenadores da CPT-MS na gestão que se encerra em abril de 2024. Além das atividades com a produção camponesa e agricultura familiar, a CPT-MS também executou ações relacionadas ao combate aos agrotóxicos, suporte a famílias atingidas pela mineração,

formação e articulação com mulheres camponesas, recuperação de nascentes, produção de materiais educativos, denúncias, documentação e suporte a conflitos agrários ocorridos no estado. (Site CPTMS. Acesso em: 17/05/2024)

A partir da reflexão feita nessa assembleia da CPTMS percebemos que, mesmo com os desafios apontados pelos agentes, como a questão do financiamento das atividades e a falta de agentes liberados, aqueles que continuam seguem desenvolvendo diversas atividades. A assembleia aponta que a pastoral tem centrado esforços na agroecologia, na produção de alimentos com os indígenas, na organização de mulheres, no combate aos agrotóxicos e nos conflitos agrários. E diante dos compromissos assumidos, pode-se dizer que nos próximos anos seguirá por esse caminho o trabalho da CPTMS, com diversidade e unidade.



Rio Brillante: Assembleia CPT 2024. Fonte: Site CPTMS

5. A título de conclusão

Ao realizar as entrevistas para a pesquisa de Mestrado, a fim de buscar referências para análise da trajetória da CPTMS, fomos tocados pela importância da mobilização popular em prol dos direitos de uma vida melhor, direitos estes inscritos na Constituição Federal, mas que precisam do povo organizado para tornarem-se reais. A CPTMS teve um papel muito importante na luta, em particular na conquista da terra, na construção da educação do campo no Mato Grosso do Sul, na agroecologia, enfim, na luta pelos direitos dos camponeses. Soma-se ainda o trabalho de denúncia contra todas as formas de violência com a compilação de dados importantes sobre os conflitos no campo e trabalho escravo.

Olhando para essa trajetória da CPTMS, apreendemos como é importante o processo de formação e como a partilha desse conhecimento pode transformar tantas vidas. Os primeiros agentes da CPT tiveram um papel fundamental no processo de formação e na busca da emancipação dos camponeses. Foi por meio de assembleias e cursos de formação nos acampamentos e assentamentos que uma quantidade expressiva de jovens e adultos conquistaram a terra e também a educação, deixando assim de serem dependentes do outro para ler um texto bíblico, uma placa de indicação, uma matéria de jornal, deixaram de ser escravos. Alguns puderam ainda entrar na educação profissional ou superior, coisa antes impensada para os filhos dos camponeses.

A CPT tem sido uma das instituições que não mudou o cerne de suas preocupações e continua seguindo seu trabalho de apoio ao camponês, num Brasil que insiste em negar o legado e o futuro do campesinato. Os desafios da CPT são muito maiores do que a capacidade humana e financeira da pastoral, mas os seus agentes não deixam de ter esperança, pois a luta não depende exclusivamente de recursos financeiros, depende mesmo é do trabalho. Quando perguntados sobre os desafios que a CPTMS deve enfrentar, as respostas demonstram vontade de trabalhar em prol de um mundo melhor, mesmo aqueles agentes cuja idade é maior do que as forças que possuem.

A realidade aponta estagnação da luta pela terra e da reforma agrária, todavia é fundamental reafirmar que estas ações seguem sendo importantes para a CPT e para o país. A busca de fomentar e ampliar a produção orgânica e agroecológica, aliada ao debate das mulheres, é outra temática do presente, juntamente com a educação do campo para contribuir na resistência dos jovens nos assentamentos.

Não esqueçamos que nos últimos anos vivemos fatos que foram retrocessos na vida política do país, seja pelo poder do agronegócio sobre os governos de esquerda, seja pela política de direita implementada após o golpe de 2016. Esta situação ensinou que a mobilização popular deve ser contínua e que é necessário um processo de formação educacional incluyente e emancipador, para constituir sujeitos que consigam ser protagonistas de suas vidas e lutas.

Na realidade, feita de conquistas, tensões e diálogos que permeiam a trajetória da CPT no Mato Grosso do Sul, é preciso ser crítico para entender e superar as dificuldades enfrentadas pela pastoral e otimista para sentir seus acertos, que se dão em razão da permanência coerente de sua essência de pastoral da terra e da liberdade camponesa, construída a partir de sujeitos que pensam e buscam um mundo melhor e possível para os povos do campo, em especial para os camponeses.

A pesquisa nos motiva a pensar o futuro e nos perguntar: as mudanças de foco do trabalho da pastoral são uma adaptação e reprodução de uma perspectiva desenvolvimentista ou uma estratégia de sobrevivência? Questiona-se ainda: a CPTMS deixou de ser uma promotora da luta pela terra e da consciência política, optando por uma presença maior na luta na terra com projetos de geração de renda para contribuir na permanência do camponês na terra?

Não temos respostas a estas e tantas outras indagações, uma vez que o tempo presente ainda está em construção e cabe aos sujeitos que tecem esta realidade pensar sobre o sentido de suas ações a partir do legado da CPTMS, que em parte foi apresentado neste texto.

Por fim, a luta dos povos e, de modo especial, dos pobres do campo não é pela ascensão econômica. A luta final é por uma vida digna em abundância, motivação inicial dos agentes da CPTMS, recordando o texto do evangelho de João 10,10.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo et al. **Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro (2014-2023)**. Conflitos no campo Brasil 2023 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, p. 24-36, 2024.
- ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 390 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente.
- ARAÚJO FILHO, R.; CARNEIRO FILHO, C. P.; OLIVEIRA, T. C. M. **A Consolidação da Fronteira Sul-Mato-Grossense e as Relações com o Paraguai ao Longo dos Diferentes Períodos da História Brasileira**. Revista GeoPantanal (UFMS), v. 14, p. 145-165, 2019.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ARRUDA, G. **FRUTOS DA TERRA: Os trabalhadores da Matte Larangeira**. 1. ed. LONDRINA – PR: Eduel, 1997.
- ASSUNÇÃO, Adenildo dos Santos. **Educação do campo e questão agrária: a práxis pedagógica em alternância da Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues (EFAR)**. 2021. 335 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.
- BARATELLI, A. E. S.; APARECIDA DE ALMEIDA, ROSEMEIRE. **Novo estado em uma velha estrutura fundiária: a terra como âmago no processo da divisão do estado de Mato Grosso**. REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, SEÇÃO TRÊS LAGOAS, v. 1, p. 100-122, 2022
- BATISTA, Luiz Carlos. **Brasiguaios na Fronteira: Caminhos e Lutas por Liberdade**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 5. Ed. Revista e ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- BRANDAO, C. R.. **O Que é Educação**. 35a. ed. São Paulo: Brasiliensis, 1981.
- _____.; BORGES, Maristela Corrêa . **A Pesquisa Participante: um momento da Educação Popular**. Revista de Educação Popular, v. 6, p. 51-62, 2007


- BRAND, Antonio. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guaraní no MS**. Tellus, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004. Campo Grande – MS.
- BRÁULIO, 2012. Entrevista realizada no ano de 2012 como coleta de dados para um trabalho da graduação em Ciências Sociais.
- BRITO, L. N.; ARAS, Lina Maria Brandão de. **Aspectos históricos da vida consagrada feminina no Brasil: ser Freira antes e depois do Concílio Vaticano II**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- BRASIL. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **INCRA nos Estados – Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acesso em: 27/09/23 às 16h.
- CAA – a força da erva. Direção: Lú Bigatão Produção: Ubirajara Guimarães Roteiro: Rosiney Bigatão Direção de fotografia: Zédu Moraes e Dalmo de Oliveira. Brasil. Realização: Teatral Grupo de Risco. Ano: 2005. Internet.
- CAPORAL, Francisco R., COSTABEBER, José A., PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. **Educação do campo: expressão da resistência cultural e política dos sujeitos do campo**. In: Jacira Helena do Valle Pereira; Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). Educação no/do campo em Mato Grosso do Sul. 1ed. Campo Grande: UFMS, 2008, v. 1, p. 86-103.
- _____. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. Revista NERA (UNESP), vol. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.
- _____.; ASSUNCAO, A. S. **A geografia e a história da luta pela terra em Mato Grosso do Sul**. Revista Nera (UNESP), v.25, p.22 – 50, 2022.
- CARVALHO, Raquel. A. **Educação do campo e educação rural no Brasil: histórias e conceitos**.
- CASTRAVECHI, L. A.. **Dom Pedro Casaldáliga: Sinônimo da luta pela terra na Amazônia Mato – Grossense**. In: XVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores – velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos, 2015. p. 1-19.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Territorialização e uso do espaço: estudo sobre as formas de ocupação e uso do espaço entre os Kaiowá de Mato Grosso do Sul**. In: 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2010, Belém. CD Virtual da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília: ABA, 2010. v. 1. p. 1-16.
- COLOGNESE, S. A. **Brasiguaios: uma identidade na fronteira Brasil/Paraguai**. Tempo da Ciência (UNIOESTE), v. 19, 2012.

- CONCLUSÕES DA IIIª CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1979. Disponível em <https://dehoniana.edu.br/wp-content/uploads/2019/08/Documento-de-Puebla.pdf> Acesso em: 31/07/23 às 20h.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, C. **Igreja e problemas da terra**. Revista Eclesiástica Brasileira, [S. l.], v. 40, n. 157, p. 136–152, 1980. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/3826> . Acesso em: 18 jul. 2024.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- FABRINI, João E. A Agroecologia e a Teoria do Valor-Trabalho. **Revista Pegada**. Vol. 19. n.2. Maio-Agosto/2018.
- _____. **Existência (e resistência) camponesa no sul de Mato Grosso do Sul**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS, n. 29, Ano 15, Mai. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/8111>. Acesso em: 06/06/23 às 9h.
- FARIAS, M. F. L. **Acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra**. 01. ed. Dourados/MS: Fundo de Investimentos Culturais/MS: Dinâmica, 2006.
- FERRARO JR, Vicente Giaccaglini. **A Integração na Fronteira Brasil-Paraguai: As Cidades-Gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero**. In: 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) / Jornada Nacional de Iniciação Científica (JNIC), 2011, Goiânia-GO. Anais/Resumos da 63ª Reunião Anual da SBPC, 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). *Campepinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf Acesso em: 31/07/23 às 21h.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf/view> Acesso em: 31/07/23 às 21h15.
- GALILEA, Segundo. **Teologia da libertação: ensaio de síntese**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Paulinas, 1982.
- JOÃO PAULO II. **Reconciliatio et Paenitentia**. 1984 João XXIII. **Mater et Magistra**. 1961.
- _____. **Pacem in Terris**. 1963.
- _____. Carta Encíclica fides et ratio do papa João Paulo II aos bispos da igreja católica sobre as relações entre fé e razão de 14/09/1998

- KNOB, Frei Pedro. **A missão franciscana do Mato Grosso**. São Paulo – SP: Edições Loyola, 1988.
- KUDLAVICZ, Mieceslau; **Sementes Crioulas e Feiras como Estratégias de Resistência e Autonomia Camponesa**. Anais do 2º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade – Dourados, Mato Grosso do Sul. 2021.
- _____. ; ALMEIDA, Rosemeire A. **Abrindo caminhos para uma educação que valoriza os saberes do homem e da mulher do campo**. In: Jacira Helena do Valle Pereira; Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). Educação no/do campo em Mato Grosso do Sul. 1ed.Campo Grande: UFMS, 2008, v. 1, p. 11-25
- LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. 1891.
- LEONARDO, LETÍCIA ALVES; LUIZ, LUANA FERNANDA; MELO, DANILO SOUZA;
- LIMA, Alceu Amoroso. **Leão XIII, o mensageiro da paz social**. Grandes Vocações. V. 4. Apóstolos Modernos. DONATO EDITORA. São Paulo, S/D.
- LIMA JUNIOR, N. **“A gente vinha caminhando, caminhando e agora encontramos o lugar de parar”: Os brasiguaios na (re) ocupação da Gleba Santa Idalina e a resignificação da nova morada (1984-1986)**. 1º. Ed. Campo Grande- MS: Life Editora, 2020.
- MARIANO, A. J. F.; TEIXEIRA, J. C. . **O avanço do atraso: a territorialização do agronegócio em Mato Grosso do Sul**. Revista Ciência Geográfica, v. XXVI, p. 968-1002, 2022.
- MARSCHNER, W. R.. **Sementes e o ethos camponês**. In: MARSCHNER, W.; KNAPP, W.. (Org.). Educação e Territorialidade. 1ed.Dourados: Editora UEMS, 2020
- MARTINS, A. C. **Um Estudo sobre a feira de sementes nativas e crioulas de Juti, em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil. 2020.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais e no campo**. São Paulo: Hucitec. Acesso em: 17 maio 2024, 1989
- _____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2019.
- MCKENZIE, John L. **Dicionário bíblico**. (tradução Álvaro Cunha... *et al.*; revisão geral Honório Dalbosco). – São Paulo, 1983. Coleção dicionários.
- MEDEIRO, Rosa Maria Vieira. **Território, Espaço de Identidade**. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf/view> Acesso em: 31/07/23.

- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Leonilde Sérvalo de Medeiros. — Rio de Janeiro FASE, 1989.
- MENDONÇA, M. R. **A Geografia das Lutas da Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Três Lagoas (MS): a opção preferencial pelos mais pobres**. 2021. 254 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2021.
- MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS**. Dourados- MS: Editoras da UFGD/UEMS, 2009.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical. Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. São Paulo: USP, 2008. PDF.
- MONTEIRO, John Manuel. **Os Guarani e a História do Brasil Meridional. Séculos XVI-XVII**. In CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 (p. 475-498).
- MORENO, G.. **Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**. 633f. Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo.1994
- MURAD, Afonso. **Ecoteologia: ciência da fé e espiritualidade**. REVISTA PISTIS & PRÁXIS: TEOLOGIA E PASTORAL, v. 12, p. 519-540, 2020
- NARDOQUE, SEDEVAL. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul e a manutenção do latifúndio**. Campo.Território, v. 16, p. 168-194, 2021.
- OLIVEIRA, B. C. **A Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937-1945: o discurso e a História**. Revista Fronteiras, Dourados/MS, v. 1, p. 13 – 25, 02 mar. 1997.
- PAULO VI. **Gaudium et Spes**. 1965. PIO XI. **Quadragesimum anno**. 1931.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A luta pela terra. luta pela Terra: ruptura metabólica e reapropriação social da natureza**. In: CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança. Comissão Nacional de Formação da CPT. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. In: LAMOSO, Lisandra Pereira. (Org.). Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. 1ed. Dourados: Editora da UFGD, 2008.
- RESENDE, RICARDO. **A vida de um padre sob ameaça de morte por 18 anos**. *reporterbrasil.org.br*. Acesso em: 30/10/2023.
- ROSA, W. J. **Teólogo, intelectual orgânico por essência**. GRANDE SINAL (PETRÓPOLIS), v. 71, p. 93-198, 2017.
- STEIN, Frederico. **Dicionário Enciclopédico da Bíblia**. Petrópolis: Vozes. 1971.
- STEVANELI, José Adriano. **Disciplina: Escatologia**. Campo Grande: UCDB, 2017.

Faça o download gratuito de todos
os títulos da Editora Pontocom em
www.editorapontocom.com.br



"Nesta obra, o leitor terá a oportunidade de entender as particularidades da trajetória de fundação da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso do Sul (CPTMS), em especial da primeira pastoral de Mato Grosso do Sul: a regional Dourados. Todavia, para chegar nesta análise Wagner apresenta dados da conjuntura social, econômica e eclesial que levou à organização e fundação da CPTMS. Neste sentido, ênfase é dada ao resgate da questão agrária, que se expressava em conflitos fundiários e violência contra os pobres da terra, no sul de Mato Grosso do Sul – este será o 'pano de fundo' para a ação dos principais sujeitos do processo de fundação da CPTMS, motivados pela Teologia da Libertação."

(do Prefácio de Rosemeire Aparecida de Almeida)